

militia

ANO III
MARÇO/ABRIL

N.º 15
1950



SUMÁRIO

EDITORIAL

Libertas quae sera tamen	5
--------------------------------	---

DIVERSOS

Coisas da Fôrça Pública — cel. Anchieta Torres	9
As Fôrças Armadas à luz da Constituição — ten. Antenor O. Plotegher	13
A Comédia do Paraíso — Fernando De La Guerra	22
Tocaia — ten. Félix B. Morgado	23
Negro aqui não forma! — Monte Serrat F.º	27
A Banda de Música da P.M. da Bahia — ten. Gilberto Novais Figueira	31
Uma notável entidade artística — redação	38
Os Corpos Policiais Permanentes na Guerra do Paraguai — redação	44
A Polícia Militar da Paraíba e sua atuação no cenário Nacional — ten. Francisco Assis Veloso	45
Polícia — inspetor Antônio Vieira	49
Bilhetes a um aspirante — ten.-cel. Augusto C. C. Muniz Aragão	43
A História é esta... — cap. Alfredo Marchetti	55

NOTICIARIO

O primeiro pavilhão para o 6.º B. C.	61
Colônia de Férias — grandiosa festa inaugural	62
Dia das Polícias civis e militares	69
Inauguração do quartel do 5.º B.C.	72
70.º aniversário do C.B.	74
O C.S.S. recebe a visita do Governador	77
Curso de Monitores de Instrução Policial	80
Singela homenagem	82
Notícias dos Estados:	
— Promoção de oficiais e nomeação de sub-tenentes da Brigada Militar Gaucha	83
— Declaração de aspirantes da P.M. de Minas Gerais	84

EDUCAÇÃO FISICA E DESPORTOS

Prova "Cel. Ferraz" — III disputa	85
Nova Diretoria para a F.P.T.A.	87
Torneio futebolístico	88
Esquadrão de Cavalaria da P.M. de Pernambuco	90
Esportistas paraguaios visitam a E.E.F.	90
40.º aniversário da E.E.F.	91
O Policial e a Educação Física — cap. Autilio G. Oliveira	92
A Escola de Educação Física da Fôrça Pública	95

RECREAÇÃO

Ciranda — por Silvosky	114
Secção de Édipo	115
Página Humorística	118

LEGISLAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO — cap. José Arimathéa do Nascimento	119
NOSSA CAPA	122

MILITIA

REVISTA PUBLICADA NA FORÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO
DE ACORDO COM OS ESTATUTOS DO C. M. F. P. S. P.

Red. e Adm.: — Rua Alfredo Maia, 106 — Fone: 4-8171 - Ramal 298

ANO III — MARÇO/ABRIL DE 1950 — N.º 15

DIRETOR: — cel. Coriolano de Almeida Júnior
REDATOR-CHEFE: — ten. cel. adm. Aparício de Barros Messias
SECRETARIO: — 1.º ten. Paulo Monte Serrat Filho.

REDATORES: —

maj. Arrisson de Souza Ferraz
cap. Efraim Bratfisch Lastebasse
cap. Ubirajara da Silveira
cap Osvaldo Feliciano dos Santos
2.º ten. Hildebrando Chagas

GERENTE: — cap. Francisco Vieira Fonseca
TESOUREIRO: — major adm. Nelson de Carvalho Rosa

Assinatura anual	Cr.\$ 25,00
Assinatura semestral	Cr.\$ 15,00
Número avulso	Cr.\$ 5,00

- * MILITIA destina-se a tratar de assuntos técnicos policiais-militares e culturais em geral.
- * A colaboração nesta revista é franca a todos; porém, não será possível a publicação de trabalhos político-partidários ou religioso-sectários, os quais não se enquadram em seu programa.
- * Pedese que os originais sejam datilografados, com espaço duplo, sendo que não serão devolvidos, mesmo quando não publicados. Pedese ainda sejam entregues à redação, no endereço acima.
- * A Revista não assume responsabilidade por conceitos formulados pelos autores em trabalhos assinados.
- * Os trabalhos publicados em MILITIA poderão ser transcritos, desde que se mencione a origem.



Transporte cuidadoso...

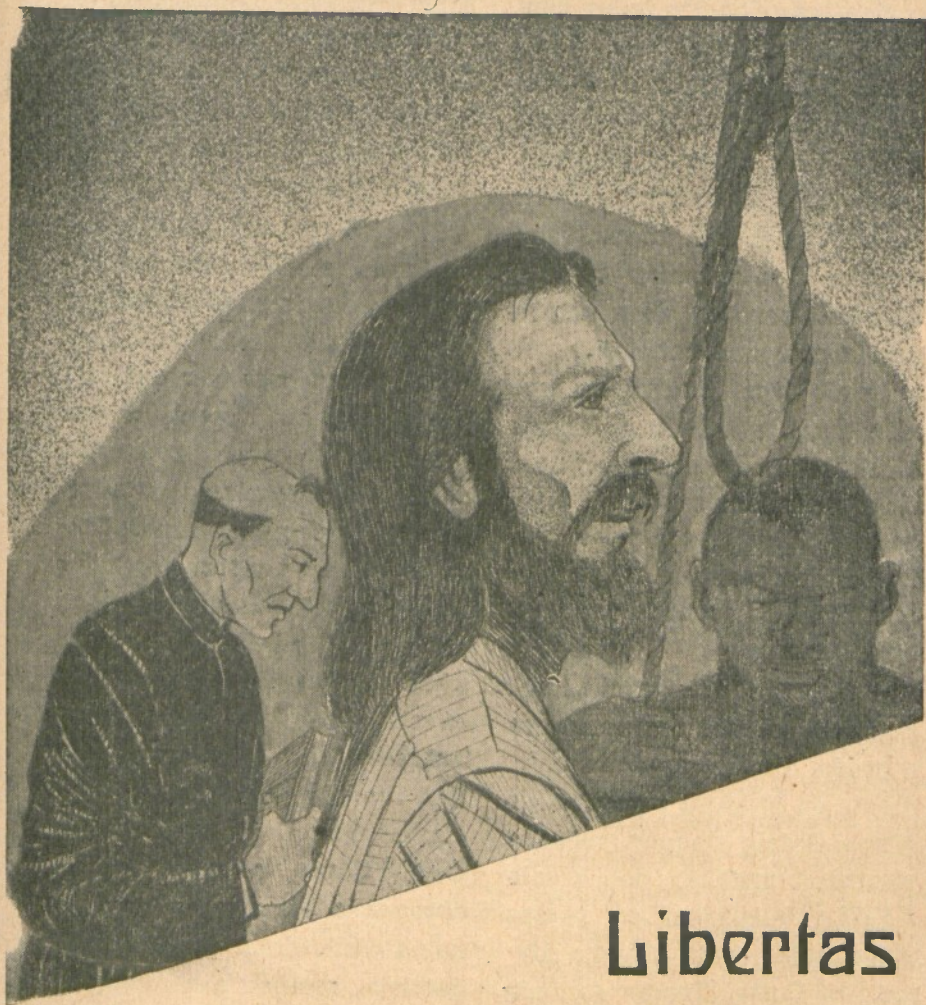
**carga - correspondência
encomendas**

É esse o nosso ponto de vista: para nós toda a carga ou encomenda é merecedora do maior cuidado, como se fosse marcada "Fragil". E toda a correspondência é como se fosse marcada "Urgente". cremos que esse é também seu ponto de vista. Envie, portanto, pela VASP ou pela Aerovias.

Vasp - Aerovias

Rua Libero Badaró, 89
Telefone: 2-6993

Rua Libero Badaró, 370
Telefone: 6-2960



Libertas quae sèra tamen!

Liberdade, ainda que tardia, sim! Foi esta legenda, tirada de uma das mais belas poesias do cantor da Eneida que os inconfidentes inscreveram na

bandeira da revolução libertadora, ao lado do gênio despedaçando grilhões. Grande simbolismo para uma grande idéia, para uma causa sagrada.

Os pernambucanos, lutando contra tudo e contra todos, contra a Holanda poderosa, a fraqueza e a dubiedade de Portugal e expulsando o invasor após três lustros de lutas titânicas, mostraram ao mundo o valor de uma raça que começava a plasmar-se pela união do trio afro-indo-europeu. Os mineiros, procurando quebrar o jugo da opressão lusa, mostravam aos outros povos que sonhávamos a liberdade, a auto-determinação e possuíamos a noção verdadeira da vida, sem peias, sem freios, sem as tutelas, sempre contrárias ao primado da dignidade humana.

A falange dos revolucionários de Vila Rica era numerosa e luzida. Uma verdadeira elite, a elite da gloriosa província de Minas Gerais, daquela recuada segunda metade do século XVIII. Integravam-na poetas primorosos, como Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto, sacerdotes como o Cônego Vieira da Silva e os padres Toledo e Melo, Oliveira Rolim, Rodrigues da Costa e Lopes de Oliveira, intelectuais como José Alvares Maciel, Domingos Vidal Barbosa, Amaral Gurgel,

Rezende Costa, Rezende Costa Filho e Oliveira Lopes, além de várias patentes das forças armadas da Capitania, como Paula Freire Andrada, Silvério dos Reis e Joaquim José da Silva Xavier.

Pela Fé com que se integrara na causa, pelo entusiasmo contagiante e arrebatador com que defendia a idéia esposada, pela coragem indômita com que realizava as mais temerárias emprezas, a serviço da nova cruzada, pelo dinamismo extraordinário com que as multiplicava para estar em todos os lugares, convencendo descrentes e animando indecisos, Joaquim José da Silva Xavier, oficial de cavalaria do Regimento dos Dragões, filho do município de São João Del Rei, tornara-se a figura central do movimento. Como Silva Xavier, antes de abraçar a carreira militar, se havia dedicado à profissão de dentista, recebeu a alcunha de «Tiradentes», com a qual havia de transpor, mais tarde, o panteão das glórias nacionais.

A revolução não vingou. Um dos conjurados denunciou-a ao Visconde de Barbacena, Governador da Capitania, levando com êsse gesto, os seus compa-

nheiros ao cárcere. Já na ceia do Senhor tinha havido um judas !

Durante três longos anos, as autoridades da metrópole submeteram os implicados a um processo lento, moroso, estafante e iníquo. Dir-se-ia que a justiça da rainha que depois veio descançar o último sono na terra brasileira, desejava, antes de condena-los à morte, minar-lhes a saúde, abater-lhes o ânimo para acabar de vez com as idéias exóticas de liberdade para um povo em estágio colonial. E em parte aquela justiça feudal conseguiu o seu objetivo. Muitos dos conjurados baquearam nessa tremenda prova. Aquele, porém, que havia sido o maior na pregação da idéia e na articulação do movimento — Joaquim José da Silva Xavier — foi um super-homem na prisão. Corajoso como um Leônidas, assumiu as responsabilidades totais da conspiração; nobre como um Graccho, inocentou a todos os companheiros de ideal.

Tiradentes foi condenado à morte. Se fôsse um caricato da estirpe de Febo Muniz que implorava a liberdade de sua pátria, rastejando diante do po-

der do Duque D'Alba, talvez tivesse sido perdoado. Mas foi grande e uma justiça pequenina não podia tolerar essa qualidade de um súdito da majestade lusa.

Na manhã de 21 de abril de 1792, clara manhã ensolarada, em meio a formidável aparato, o ilustre filho das montanhas é executado no largo da Lapa, no Rio de Janeiro, Capital do Vice-Reinado. Mas, o mártir confundiu os algozes que esperavam vê-lo trêmulo, abatido, arrependido diante do povo, para exemplo e escarmento dos que pensavam em liberdade, marchando de passo seguro e olhar alevantado, calmo, sereno, como um herói da alvorada cristã, a enfrentar a morte com estoicismo que tocava as raias da sublimação. Nunca se vira, diz um historiador, tanta constância e tamanha consolação em transe tão augustioso. Era preciso ser uma figura excepcional, um verdadeiro predestinado, para perdoar os algozes, morrer contente pela liberdade e cheio de prazer por não arrastar consigo os seus companheiros ao sacrifício, como deixou gravado nas páginas da história.

A grandeza de Tiradentes na conspiração, no cárcere e diante da morte despertou admiração até de autores estrangeiros. Charles de Ribeyrolles, em «Brasil Pitoresco», afirmou:— «O mártir soube morrer. A multidão emocionada não viu passar um queixume, um temor, sôbre essa fronte de saudade. É que êle se sacrificava por uma idéia».

Nascido em pequeno burgo sertanejo, em um recanto de província, filho de pais modestos, Tiradentes foi um desses homens privilegiados que o destino escolheu para uma grande missão histórica, para os delírios divinos da renovação social, para o martírio supremo dos que morrem para a vida e vivem para a luminosa imortalidade. A posteridade já o elegera proto-mártir da independência do Brasil e a justiça dos contemporâneos acaba de glorificá-lo com a refulgente condecoração de Patrono das Polícias Civil e Militar da terra brasileira. Grandes florões de uma grande vida. Vida digna da pátria e da liberdade, pelas quais soube lutar e soube morrer.

Morreu o herói; mas a idéia vingou. Sempre que um ho-

mem foi a encarnação de um ideal, que soube morrer por êle, o sangue de seu martírio fecundará a alvorada do seu triunfo. Podem encarcerá-lo anos e mais anos; podem roubar-lhe a vida em meio de aparatosa ostentação; podem infamar os seus descendentes. O seu nome, porém, há de ressurgir através dos séculos para glorificação das gerações.

Liberdade, ainda que tardia. E não tardou muito. Trinta anos depois, um príncipe português rebentava as algemas que nos prediam ao velho Portugal, da colina histórica de Piratinin-ga, transformando em realidade o sonho do imortal Alferes de Milícia. Bimbalharam os sinos, foguetes subiram, hosanas foram entoadas, saudando a almejada liberdade. Muitos patriotas balbuciarão preces, não pelo monarca impetuoso, mas pelo herói ímpoluto que soubera dar a vida por um sonho tão lindo como os cenários de sua infância, tão elevado como o cume das montanhas que saudaram o seu nascimento. E muitos dos que presenciaram o seu martírio, repetiram baixinho, em surdina, com carinhosa e comovente afetividade:

Libertas Quae Sera Tamen!

Coisas da Fôrça Pública

Cel. Anchieta Torres

I

Justiça Militar

A Justiça Militar da Fôrça Pública tem a sua história tão longa quanto a da própria corporação, com ela se entrelaçando através dos vários regulamentos que lhe foram dados.

Até 1837 a Milícia criada 6 anos antes não possuía um serviço de Justiça. Nesse ano a Assembléia Legislativa Provincial decretou e o Presidente da Província, Brigadeiro Bernardino José Gavião Peixoto, sancionou a lei n.º 73, de 2 de março, que estabeleceu normas relativas ao alistamento nos corpos municipais permanentes e à Justiça a que os milicianos ficariam sujeitos.

Corporação de efetivo reduzido, de organização incipiente ainda, os Municipais Permanentes não dispunham de recursos para a manutenção dêsse importante serviço.

Ficou estabelecido, então, seria extensivo aos corpos de municipais permanentes o conselho de que tratava o artigo 20 do decreto baixado a 22 de outubro de 1831, o qual seria composto de 3 oficiais da Guarda Nacional ou da tropa de linha, abolido o recurso para

o júri de que cogitavam os artigos 22 e seguintes, do citado decreto.

Esse serviço de Justiça vigorou por largos anos, de vez que a lei n.º 352, de 6 de setembro de 1848 ao aprovar o regulamento de 30 de outubro de 1844, exceptuou dessa aprovação os arts. 2.º, 3.º, 4.º e 7.º do capítulo I e os títulos 2.º e 3.º que tratavam das penas e dos processos, observando-se nesta parte o regulamento e mais disposições anteriores.

A lei n.º 678, de 30 de abril de 1861, autorizou o Presidente da Província a modificar os regulamentos penais dos corpos de Permanentes "no sentido de diminuir as penas e facilitar os engajamentos". Determinou, também, que os conselhos criminaes "não poderiam ser feitos sem a assistência de um curador para o acusado, ficando a cargo do presidente convidar para esse fim pessoa habilitada".

Em consequência, o regulamento de 1.º de julho de 1864, que organizou a Justiça com um Conselho Criminal, orgão de 1.ª instância, composto de 3

oficiais da própria corporação, para julgar as faltas cujas penas excedessem de 7 dias. O acusado seria assistido por um curador ou defensor.

Como órgão superior uma Junta de Justiça, composta do Presidente da Província, como presidente nato, do Chefe de Polícia, do Juiz de Direito da Capital, do Promotor Público e de dois oficiais superiores do Exército ou da Guarda Nacional, como vogais. Um dos juizes togados, à escolha do presidente, seria o relator.

Regulamentos posteriores mantiveram a mesma organização dos Conselhos até que, em 1888, sendo Presidente da Província o Visconde de Parnaíba, foi dado, a 3 de março, novo regulamento ao Corpo Policial Permanente.

A organização da Justiça sofreu por esse regulamento ligeiras modificações na parte referente aos conselhos, sendo, entretanto, criado um novo órgão.

O Conselho Criminal continuou com 3 oficiais, sendo 2 subalternos, podendo estes ser substituídos por sargentos. A Junta de Justiça passou a ser composta pelo Chefe de Polícia, como Presidente nato, pelo Juiz de Direito da 1.^a ou 2.^a Vara da Capital, pelo comandante do Corpo, como membro nato e por 2 oficiais reformados, do Exército ou da Guarda Nacional.

Das decisões da Junta haveria recurso necessário ou voluntário, segundo o caso, para o Presidente da Província. Era assim uma espécie de 3.^a instância, cuja decisão era definitiva.

Essa situação perdurou após a proclamação da República, até 6 de abril

de 1896, quando o regulamento baixado com o decreto n.º 348, alterou a composição da Junta de Justiça.

Com o aumento de unidades não se tornava mais precisa a presença do Comandante da Fôrça como membro nato da referida Junta. Foi, então, substituído nêsse serviço pelo comandante de um dos corpos.

Regulamento de duração efêmera, foi revogado pelo de 20 de março de 1897, baixado com o decreto n.º 437, que vigorou até nossos dias. Foi êsse o regulamento de vida mais longa na corporação e sua parte penal muito nossa conhecida, comportava um Conselho de Investigação e um Conselho de Justiça de que fazia parte o Auditor, com recurso para o Presidente do Estado.

Em 1932, durante o Movimento Constitucionalista, o Govêrno Provisório, por decreto de 25 de agosto criou a Justiça Militar em tempo de guerra de que tratava o artigo 352 do Código de Justiça Militar então vigente, constituído de um Conselho Superior de Justiça, com a composição referida naquele artigo, sendo o juiz civil escolhido dentre os ministros do Tribunal de Justiça. Os Conselhos de Justiça Militar seriam compostos de oficiais do Exército e da Fôrça Pública, indistintamente.

Êsse serviço de Justiça foi executado durante o Movimento citado, terminado o qual voltou a vigorar o do decreto n.º 437 até que, por fôrça do que determina o artigo 190 § único da Lei Federal n.º 192, de 17 de janeiro de

1936, foi organizada a Justiça Militar nos moldes atuais pela Lei n.º 2.856, de 8 de janeiro de 1937.

A lei n.º 73 de 21 de fevereiro de 1948 modificou a composição do Tribunal de Justiça Militar que, de 3

juizes, — 2 civis e 1 militar — passou para 5: — 3 militares e dois civis.

A Justiça Militar da Fôrça Pública foi considerada, pela Constituição Estadual de 9 de julho de 1947, como órgão do Poder Judiciário do Estado.

II

Bicicleta e... Música

Não, leitor amigo. Não é o que você está pensando: uma bicicleta ultra moderna tendo adaptado um pequeno aparelho receptor, dêsses inventados ultimamente, pouco maior do que um dedal.

Ao tempo em que essa bicicleta rodou pelas ruas de São Paulo ainda não havia aparelhos tão aperfeiçoados, estando mesmo a rádio-transmissão em sua infância.

Não se trata, também, de uma banda de música transportada em bicicleta o que além de sumamente incômodo era incabível, porque a banda que com ela se relaciona, pertencendo ao valoroso Regimento de Cavalaria, possuía um meio de transporte mais nobre, o cavalo; essa história, então, não será lorota? Não. Não é lorota. A banda existiu. A bicicleta também.

Era uma bicicleta autêntica, com duas rodas, quadro, engrenagem, guldon, etc. Não era, assim, essa figuração futebolística inventada por conhecido campeão, famoso neste Continente e... na França, onde sua acrobacia incrível até hoje é lembrada. Ele, o inventor, embora jogando suas coisas em famoso esquadrão que se intitula «o mais

querido da cidade», contenta-se, agora, em ver, com inveja os «bro-



finhos» do futebol empregarem sua diabólica invenção. Com inveja, sim, porque sua idade e peso não lhe

permite mais essas altas cavalaria-rias...

Mas... quer me parecer que estou fugindo ao assunto que me propus tratar. Voltemos a êle.

Qual a relação existente entre a bicicleta e a música? Aqui para nós, à guisa de explicação, direi que o título deveria ser: «Bicicleta e... banda de música», mas parece-me, o que dei está melhor.

Estamos em 1897. A bicicleta, êsse meio de transporte tão popular, espalhara-se por todo mundo e aqui fazia furor.

Toões queriam experimentar o moderno veículo, aliás o mais moderno. O automóvel ainda não havia aportado por estas bandas.

Os mais tímidos sentiam calafrios ao se verem, em pensamento, equilibrados sôbre duas rodas.

Os menos timoratos sentiam comichão nas canelas e invejavam os ciclistas-velocipedistas, como então se denominavam, zigzagueando pelas ruas desertas da Paulicéia.

Os Chefes da Fôrça Pública perceberam a vantagem do emprêgo dêsse meio de transporte no policiamento da cidade e pensaram adotá-lo. Surgiu, porém, uma dificuldade; a falta de meios. Então, como hoje, as verbas eram curtas. Não havia, ainda, chegado e... passado, o tempo das vacas gordas.

Que fazer? Essa era a interrogação a martelar continuamente as pobres cabeças dos nossos dirigentes.

Certo dia, dia memorável, para o Regimento de Cavalaria, seu comandante conferindo o balancete da banda de música verificou um saldo.

Pequeno, mas era um saldo. Pensou êle: por que não comprar uma bicicleta com êsse saldo? Era uma idéia. Mas os nossos velhos chefes eram prudentes. Antes de qualquer decisão determinou uma revista para a banda. Realizada esta, verificou que o instrumental estava em forma e brilhante, sem possibilidade de, tão logo, necessitar de consêrto. Manifestou, então, o que havia pensado: compraria uma bicicleta com o saldo existente na caixa da banda de música.

Dirigiu-se ao Comando Geral, a quem comunicou o que havia idealizado e o resultado foi a autorização contida nas diversas ordens do detalhe de 22 de Agosto daquele ano para que o comandante do Regimento de Cavalaria adquirisse «uma bicicleta pela quantia de 200\$000 (duzentos mil réis) afim de instruir algumas praças, correndo a despeza por conta do saldo da caixa da banda de música».

A bicicleta foi adquirida, instruiu-se, não algumas praças, mas quase todo o pessoal e quando, tempo depois, a máquina desgastou-se devido ao uso intensivo a que foi submetida, estava o Regimento em condições de usar parte das 5 centenas de bicicletas adquiridas pelo Estado, para o serviço de policiamento da nossa Capital.

Estava em condições, mas contentou-se em ficar com a glória de ser o introdutor da bicicleta na Fôrça Pública porque, das novas chegadas, 300 foram distribuídas ao 1.º Batalhão e 200 ao 1.º Corpo da Guarda Cívica...

O CAFÉ ROCHA oferece qualidade

Ten. Antenor Olívio Plotegher
Representante de MILITIA na
P. M. do Espírito Santo.

As Fôrças Armadas à luz da Constituição

Incontestavelmente a Constituição Federal de 18 de Setembro de 1946, no que tange às Fôrças Armadas é a mais técnica e sistematizada no assunto de tôdas as similares anteriores. Para alguns exegetas a referida Carta Básica pode até parecer excessivamente discriminativa, mas o certo é que para a época atual, quando se sente pairar no ar um bápio indissipado de indisciplina, de revolta, de conturbações e de guerra, a constituição, a finalidade, a subordinação e a extensão do poder dos elementos destinados a velar pela desejada harmonia social, precisam ser bem definidas e bem delineado o âmbito dentro do qual devem ter ação. Se compararmos o texto específico da "Lei Mater" vigorante com os que se ocupam da matéria nas Constituições anteriores, só encontraremos qualquer similitude em o projeto elaborado pela Assembléa Constituinte de 1823. Nesse projeto, de autoria da comissão integrada por Antônio Carlos, José Bonifácio, Pereira da Cunha, Câmara de Bittencourt e Sá, Araujo Lima, José Ricardo Muniz Tavares, foi introduzida uma série de artigos pelos quais se organizava a Fôrça Armada de maneira a reduzir-lhe a importância na política interna. Isto em contraposição ao disposto na Constituição recém-outorgada que, por excessivamente

reacionária ou hostil ao povo e à Assembléa, dava tôda sorte de garantias e direitos de interferência nos assuntos políticos internos à mesma Fôrça Armada. Em o referido projeto, lê-se: "A Fôrça Armada terrestre está à disposição do poder executivo o qual é obrigado a conformar-se com as regras adiante traçadas" (art. 227.º). A Divisão dessa Fôrça Armada era em três classes: O Exército de linha, as Milícias e a Guarda Policial (art. 228.º). Competia ao Exército de Linha a missão de manter a segurança externa do País, "sendo para isso estacionado nas fronteiras", não podendo ser empregado no interior, sinão no caso de revolta declarada; ficando então o Poder Executivo e seus Agentes obrigados a sujeitar a exame da Assembléa Geral tôdas as circunstâncias que motivaram a sua resolução (arts. 230.º, 31.º e 32.º) e para o qual o Imperador ficava obrigado a convocar ambas as Salas (art. 243.º). As Milícias, competia manter a segurança pública no interior das Províncias, de cujos limites não podiam sair, exceto em caso de revolta ou invasão. Os oficiais eram efetivos ou temporários. Subsistindo a distinção de postos e subordinação só relativamente ao serviço e enquanto êle durasse e valendo também para as Milícias o referente a exame pela Assembléa Geral, como está para o

Exército de Linha (art. 233.º e 238.º). Competia à Guarda Policial a segurança dos particulares, isto é, perseguir e prender os criminosos e não devia ser empregada em mais cousa alguma, salvo nos casos de revolta ou invasão (artigos 241.º, 43.º e 42.º). O artigo 248.º, proibia o Generalíssimo em tempo de paz e declarava que a Fôrça Armada era essencialmente obediente e acrescentava: "Não pode ser deliberante". A Fôrça Marítima ficava à disposição do Poder Executivo e sujeita às ordenanças próprias (art. 246.º). O ato adicional não cuidou dessa parte. Na Constituição republicana de 1891 o assunto é tratado de maneira dispersa. Alias, é este um grande mal da referida Lei Principal — a falta de sistematização. Assuntos diversos tratados sob a mesma rubrica e assunto de natureza semelhante tratado em rubricas diferentes. E assim que as Fôrças Armadas têm sua constituição, finalidade, organização, etc., tratados em os artigos 14.º, 48.º, 73.º, 74.º, 76.º, 77.º, 85.º, e 87.º. Como se vê, não podia ser mais dispersiva nem mais farrã de ordenação das matérias que versava. A Constituição de 1934, cuida da espécie, sob o título "Segurança Nacional" e em oito artigos define cabalmente o papel das Fôrças Armadas, dispondo categoricamente no art. 162.º que as mesmas são Instituições Nacionais Permanentes e, dentro da lei, essencialmente obedientes aos seus superiores hierárquicos. Destinam-se a defender a Pátria e garantir os Poderes Constituídos, a Ordem e a Lei. Em o art. 167.º revive aquele dispositivo do projeto dos Andradãs em que as fôrças militares dos Estados são reconhecidas

como Instituições Nacionais e fazem parte integrante do Exército, como suas reservas. Como se vê, no que se refere às Fôrças Armadas, como também em muitos outros assuntos, a Carta Magna de 1934 superpõe a de 18 de Setembro de 1946. Contudo não é de se negar louvores ao Estatuto Básico vigente pois, principalmente no que se refere ao capítulo "Das Fôrças Armadas" é mais técnico e condiz melhor com o texto do que o título "Segurança Nacional", contido na de 1934. Sim porque nem só às Fôrças Armadas compete a Segurança Nacional. Hoje mais do que nunca a Segurança Nacional é dever de todos, pois que na fase atual a guerra é sempre total, incumbindo a todos enviar todos os meios para consecução da vitória. Não toca, pois, exclusivamente às Fôrças Armadas, não estando correto o confundir-se as atribuições das referidas Entidades



— Eu bem lhe disse que era bobagem
revistar o prestidigitador.

(Bic & Rac, Paris)

com a de toda a Nação. Parece, portanto, que o constituinte de 1946 andou mais acertado nesse ponto, do que o de 1934. Coerentemente o primeiro artigo do título, o de número 176.º, define claramente o que a Soberania Nacional entende por Forças Armadas, de modo essencial. Parece-nos que podia ser um pouco mais claro esse texto, excluindo aquele advérbio de modo "essencialmente" e acrescentando-se, após a palavra Aeronáutica a seguinte expressão: "e as respectivas reservas". Teríamos, então, um reconhecimento público dessa massa enorme de reservistas e Corporações como as Polícias Militares, os Tiros de Guerra, etc., que são os melhores elementos a se enquadrar em caso de guerra, isto é, em caso de mobilização, ou seja quando as Forças Armadas terão demonstrado a sua verdadeira razão de existir. Por "Instituições Nacionais Permanentes" quis o constituinte dar-lhes, em caráter solene, como parte essencial da própria Nação, como um dos elementos constitutivos do próprio Estado Nacional. Foi bem que assim houvesse procedido dando-lhe esse halo de Entidade tutelar da Pátria, cercando-as de mais respeito e veneração dos que as contemplam e nelas confiam, ao mesmo passo que lhes dá uma admissão das grandes e insuperáveis responsabilidades sobre cujos ombros estão a pesar-lhes. Quanto ao estar a sua organização baseada na hierarquia e na disciplina é salutar princípio democrático, ao contrário de outros Exércitos, em outros tempos e em outros países, onde predominava o sangue azul, etc., etc.. Entre nós, não, prevalece sim o comando hierárquico, cuja autoridade legal en-

contra a indispensável coerção na disciplina, tanto mais rígida quanto menor a compreensão desse respeito igualitário patriótico que deve ser a única preocupação dos que são chamados a manter permanente vigília em prol da Soberania e tranqüillidade da Pátria. Sua explícita subordinação ao Presidente da República é corolário lógico do preceito estatuído em o inciso XI do artigo 87.º que diz: "Compete privativamente ao Presidente da República exercer o Comando Supremo das Forças Armadas, administrando-as por intermédio dos Órgãos competentes". Não é susceptível de críticas como tem parecido a alguns constitucionalistas o atribuir-se tanta autoridade ao Presidente, tanto mais que nem sempre está ele de familiaridade com os assuntos técnicos inerentes a essas Forças. Não é com esse escopo que o Presidente chefia todas as Forças Armadas. Mas, e principalmente, como a mais alta expressão da vontade do povo encarnado em um só indivíduo. O Presidente da República, nos regimens republicanos de feição presidencialista, como o nosso e como o dos Estados Unidos da América do Norte, é o verdadeiro depositário da confiança nacional. Nenhuma outra Entidade, pois, está em condições melhores ou iguais de exercer a autoridade de modo eficaz e ininterrupto e como se faz mister, como delegado da Soberania Nacional. Claro está que não poderá fazê-lo sem rigorosa observância dos interesses e do desejo do povo, e por isso o mesmo artigo referido restringe a sua ação, tira-lhe o arbítrio quando preceitua que a sua autoridade é exercida "dentro dos li-

mites da lei". Isto é, de acôrdo com as normas elaboradas pelo Poder Legislativo que é para esse fim o único Órgão autorizado pelo povo.

Quanto ao fim a que se destinam as Fôrças Armadas, estatui o art. 177.º: "Defender a Pátria e garantir os Poderes Constitucionais a lei e a ordem". Vemos que na defesa da Pátria tomam as Fôrças Armadas o encargo principal, formam o primeiro escalão em cuja esteira marchará tóda a Nação. Toca-lhes ainda manter a ordem fazendo respeitar a lei e os elementos encarregados de obrigar a todos a observância das normas jurídicas. Está claro que a ação das Fôrças Armadas em garantindo as autoridades não visa a proteção de determinado indivíduo por si mesmo, como a muitos parece. Toca, às vêzes, às Fôrças Armadas dar guarida, proteger, defender até com violência certas

pessoas que ao povo parecem, e às vêzes são indignas do cargo, mas que não compete às Fôrças Armadas, órgãos de mera execução e não deliberantes, examinar se merecem ou não a proteção que devem dar. É preciso que se compreenda esse aspécto interessante das funções das Fôrças Armadas para se não lhes atribuir culpas que não têm, pois é fácil de imaginar os inconvenientes que adviriam se a cada missão que lhes fôsse atribuída sobrasse competência às Fôrças Armadas para examinarem de antemão, se justa ou injusta a causa, se devem ou não devem cumprir a ordem recebida. Essa atribuição compete a outro órgão e é por isso que se lhes deve responsabilizar. Se ordem emãnda de autoridade competente, recai sobre esta a responsabilidade sobre os excessos comentidos.

O art. 178.º determina caber ao Presidente da República a direção política da guerra e a escolha dos Comandantes-Chefes das fôrças em operação. Vê-se que não se trata da parte técnica, sinão da política, isto é, das razões pelas quais se declarará ou aceitará a guerra, o que também é de seu livre arbítrio, mas de acôrdo com os princípios dos arts. 4.º, 65.º, inciso II, 87.º, inciso VIII, da Constituição Federal. A sua interferência no desenrolar das batalhas se verificará através das deliberações do Conselho de Segurança Nacional, do qual é presidente também, e por execução dos Comandantes-Chefes cuja faculdade de escolha lhe atribui a Constituição, no que andou bem avisado o constituinte, pois que não se atribuem missões de natureza tão importante



— Tirei a grade para entrar mais ar...

a indivíduos que não inspirem inteira confiança e este atributo é, por excelência, personalíssimo. Ainda é de exclusiva competência do Presidente a solução dos problemas estratégicos, claro que assessorado pelos Chefes militares. Como é óbvio, a defesa estratégica de um país não se improvisa. Por isso, desde os tempos de paz, um plano de defesa é previsto e os meios indispensáveis a sua execução, quer de ordem militar, política, ou industrial, são logo postos em prática.

No que concerne ao Estado Maior, esses planos são reservados e só os Chefes militares de responsabilidade deles têm amplo conhecimento. Entretanto, medidas outras devem ser tomadas em correlação com aquelas providências. Eis a razão de ser do artigo 180.º, seus incisos e parágrafos, quando estatuem que nas zonas indispensáveis à defesa do País não se permitirá concessão de terras, estradas, meios de transportes, exploração de indústrias, que interessem à segurança do País, sem prévio assentimento do Conselho de Segurança Nacional, órgão que tem a seu cargo os problemas relativos à defesa do País.

Sendo a precípua finalidade das Fôrças Armadas a defesa da Pátria, não é demais que a Lei Básica declare a obrigatoriedade de todos os brasileiros de se apresentarem no devido tempo para que, quando oportuno, estejam em condições de bem atenderem àquela imperativa necessidade. Daí a razão de ser do

art. 181.º, estabelecendo que todos os brasileiros são obrigados ao serviço militar ou a outros encargos necessários à defesa da Pátria, nos termos e sob as penas da lei. Quando a lei prescreve "todos" não exclui ninguém. Por isso o parágrafo 1.º isenta as mulheres do serviço militar, sujeitando-as entretanto, a outros encargos que a lei ordinária estabelece. Na última guerra vimos como as mulheres puderam levar às Fôrças Armadas um inapreciável contingente de esforços, quer como enfermeiras, quer como membros da "defesa passiva", nas fábricas, nas empresas de transportes, onde substituíram os homens em armas.

Uma das mais elogiáveis inovações da Lei Básica é a Assistência Espiritual às Fôrças Armadas. Felicíssimo foi o constituinte nesse particular. Nenhum dos que acompanharam com atenção o desenrolar do último grande conflito armado, pode ignorar os enormes benefícios prestados às Fôrças Armadas pelos abnegados sacerdotes e outros ministros de Deus, que não trepidavam em arriscar a vida para levar aos combatentes, nos momentos decisivos e as vèzes cruciantes, o incentivo ou o consólo que só os que se entregaram a Cristo sabem prodigalizar. Sem nos referirmos a outros fatos, é bastante que citemos o estoicismo dêsse magnífico frei Orlando, tombado, mortalmente, quando ministrava a extrema unção a um soldado brasileiro, nos campos de luta da Itália. Sem esses abnegados médicos

Beba **CAFÊ ROCHA**, o insuperável

da alma, quase que não se poderá mais conceber uma guerra entre aqueles que, por espírito patriótico, sob a égide do Direito e da Justiça, vão ao teatro das operações solucionar, pelo entrechoque das armas, um ponto de direito internacional controverso.

É claro que para que seja entendido e obedecido o preceito obrigacional citado, isto é, de que todos são obrigados ao serviço militar, faz-se mister um meio de fiscalização. Eis porque o parágrafo 3.º estatui que nenhum brasileiro poderá exercer função pública, em entidade autárquica, sociedade de economia mixta ou empresa concessória de serviço público sem apresentar prova de estar com sua situação regularizada com o serviço militar. Isto é, estar devidamente alistado, nas juntas de alistamento que existem em todas as Prefeituras Municipais; ou ser reservista de qualquer categoria, de qualquer Unidade do Exército, da Polícia Militar, da Marinha, da Aeronáutica, de Tiro de Guerra ou por haver atingido a idade para ter direito a certificado de 3.ª categoria; ou, ainda, estar isento, o que se dará pela incapacidade física, comprovada por juntas médicas que o Exército faz funcionar em determinadas épocas de convocação. É assás importante o preceito citado, porque além de ser indispensável à regularização da situação militar para os fins aludidos, há ainda uma grande quantidade de outros benefícios que não poderão ser obtidos sem a mencionada regularização. Urge, pois, que todos os brasileiros atentem seriamente para a obrigação que têm de, antes de tomar a resolução de seguir esta ou aquela carreira, prestar o

serviço militar, primeiramente. Num país de regime democrático como o nosso não se admite pensar sequer que dos encargos mais importantes como sejam o de garantir a intangibilidade das nossas fronteiras, o respeito às nossas normas de vida às nossas Instituições e às Entidades, incumbidas de prover as necessidades, possa alguém se eximir. Antes de mais nada é preciso que nos imbuamos da certeza de que é honra e nobreza ser-se apto para envergar uma farda de qualquer de nossas Forças Armadas e que para os cidadãos concientes e de responsabilidade no seio da sociedade, não há posto ou cargo mais ou menos honroso. Tanto merece veneração e respeito o mais graduado General como o mais recruta dos soldados, porque no entrechoque das batalhas se o Exército sem General não tri-



— Desculpe... qual é o mais curto caminho para ir-se ao Banco da cidade?

unfa, o general sem soldados é uma abstração. Procurem pois, os brasileiros, tão logo atinjam a idade suficiente, incorporar-se a uma Unidade do Exército, à Polícia Militar que é hoje parte integrante de sua reserva, aos Tiros de Guerra ou a outra formação qualquer de reservistas para que, se um dia a fortuna adversa nos levar de novo aos azares de outra guerra, encontre-se o Brasil não só coêso como em 1942, mas forte e capaz como é preciso que seja, em prol de quatro séculos de existência gloriosa de 8.500.000 quilômetros quadrados de um território rico, portentoso e por isso cubiçado.

Há um brocardo jurídico que estabelece: «jus et obligatio sunt correcta». Eis por que a tantos deveres algumas vantagens devem corresponder. E por isso que o art. 182.º prescreve que as patentes com vantagens, regalias e prerrogativas a elas inerentes, são garantidas em toda sua plenitude aos oficiais da ativa, da reserva e reformados, do mesmo modo que os postos, títulos e uniformes desses militares lhes são privativos, só perdendo esse direito aquele que, tendo cometido crime, for condenado a mais de dois anos de prisão, ou, se infringindo disposição da lei, for declarado indigno do oficiado por tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial em tempo de guerra.

Os oficiais são militares de carreira, o que não acontece com as praças, porque têm tempo delimitado para servir. Com os oficiais não pode ser assim porque há necessidade de serem muito competentes,

aptos física, intelectual e técnica-mente, de vez que lhes incumbem os mistéres de grande importância como sejam os de instruir os elementos enquadrantes e ensinar-lhes a arte da guerra de acôrdo com as mais recentes experiências. Ora, se não fôssem elementos de caráter permanente jamais poderiam satisfazer aquelas exigências. Têm, pois, que se devotar inteiramente ao serviço das armas sem quaisquer outras preocupações para que sejam em verdade eficientes. Eis porque o oficial não tem sequer direito de fazer uso de sua pessoa como entende. O oficial não tem vida privada. De sua conduta funcional, social ou civil, tem que prestar contas sempre que seus chefes julguem necessário tomá-las. Portanto, para tanto sacrifício deve corresponder a necessária recompensa. Explica-se assim os direitos que a Constituição lhes assegura e não é um prestígio de um individuo ou de uma casta, mas é uma garantia que a própria Nação se reserva para si mesma, através de sua espinha dorsal ou seja o elemento que mantém a sua própria existência. E bem pelas aludidas razões que o oficial não pode aceitar cargo público permanente estranho à própria carreira. Se isso se der será êle excluído do Exército ativo, passando para a reserva. E que a carreira militar não é uma sinecura, um meio de vida, é sacerdocio em que só encontram "habitat" aqueles que para ela têm verdadeira vocação. Ora, se o militar, por interesse de ordem material, prefere um emprêgo qualquer ao comando de sua tropa é porque é um desajustado. Não é a caser-

na um ambiente ideal para sua ação. Deve, pois, ser afastado a fim de que não prejudique os que melhor possam ocupar o seu lugar e para que não contagie com o seu desânimo pela farda aqueles que, empolgados pelo entusiasmo, sentem ainda a ressonância do brado de Caxias em Itororó, ou de Barroso em Riachuelo. Já não é a mesma coisa o cargo eletivo. Pode o povo preferir para seu governo um oficial, o que é muitas vezes solução acertada para problema quase insolúvel. Neste caso o oficial não é excluído da ativa, mas agregado apenas, a fim de que não ocasione entraves à vida da tropa a ausência prolongada de um seu elemento. Entretanto, se nesse cargo eletivo o oficial demora mais de oito anos será transferido para a reserva. É que se presume que, com tanto tempo afastado das atividades próprias, já não esteja o oficial em condições físicas e técnicas suficientes para comandar com a indispensável eficiência. Os membros ficam lassos, as experiências mais recentes lhe serão estranhas. Visando ainda não prejudicar a eficiência dos Quadros sempre pequenos em face de nossa grande necessidade de defesa, esses oficiais que se afastam da caserna não percebem quaisquer vencimentos ou vantagens pecuniárias pelas Forças Armadas. Estes estímulos serão aplicados com a promoção de outros, para que não haja solução de continuidade na vida da tropa.

Quanto ao que se refere às Corporações Militares dos Estados, a novel Constituição mantém os mesmos princípios de projeto de 1823. Destinam-se a manter a ordem nos respectivos Estados, e, no caso de guerra ou comoção intestina grave serão mobilizadas e, só então, gozarão das vantagens atribuídas ao Exército. Bem, mas neste caso, qualquer elemento mesmo que nunca tenha servido às Forças Armadas ou que nunca tenha visto um "portão das armas", ficará no mesmo pé de igualdade das referidas Corporações. Errados, lamentavelmente errados, andaram os constituintes de 81, 34 e 46. É pena que por mero preconceito, por motivos que até o diabo desconhece, se menosprezassem o valor, a tradição e os exemplos magníficos de patriotismo, de bravura e de lealdade que esses noventa mil brasileiros das Milícias estaduais têm dado à Pátria comum. Em um País tão grande, tão vasto, por maiores que sejam os efeitos das Forças Armadas destinadas à sua guarda, serão sempre insuficientes. Aproveitar todos os elementos úteis à realização desse objetivo é dever elementar daqueles a quem incumbem encargos tão sérios. Pois bem, se em todos os países do mundo, inclusive os mais poderosos, como os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, o Canadá, etc., tôda a preocupação dos Estados Maiores é a preparação das reservas e sua constante renovação e adaptações às condições atuais, porque os orçamentos e os encargos da vida

CAFÉ ROCHA, o amigo dos bons paladares!

civil não permitem manter-se uma força em atividade, de acôrdo com as necessidades da defesa do País. Como nós, que temos responsabilidades idênticas ou maiores, sendo infinitamente mais desprovidos de meios financeiros, poderemos desprezar esse magnífico contingente de tropas permanentes, de homens que conhecem passo a passo todo o nosso «hinterland» e de oficiais em sua maioria brilhantes, com a prática da guerra oriunda do trato cotidiano com a tropa, único meio de se formar Comandantes, pois que só o trato constante e ininterrupto com a tropa inspira, aos comandos a confiança do Chefe? — Pois bem. É o que se verifica no Brasil. O senador Melo Viana houve por bem negar destaque a uma emenda do deputado Brochado da Rocha, coronel do Exército ativo, em que se pedia fôsem as Fôrças Policiais transformadas em uma só Corporação e subordinada ao Governo Federal, a qual se achava assinada por mais de uma centena de constituintes, inclusive todos os representantes do Espírito Santo, mas não logrou a boa vontade do Presidente da Casa Legislativa e assim uma aspiração nacional foi sufocada pela vontade de um só homem que se estribou em razões cuja base balofa é dispensável aqui recordá-la, pois o Brasil todo a conhece... Mas o que seria acertado e obra de brasilidade era ter o Poder Constituinte federalizado as Polcias, atribuindo ao Exército a sua fiscalização, organização e distribuição pelos vários recantos do País, ao mesmo tempo que obrigasse a instrução e forma de recruta-

mento de seu pessoal de maneira que em qualquer circunstância pudesse a Nação dispor de um elemento que ora não atende à sua mais importante finalidade por falta absoluta de unidade de doutrina e de Comando e ainda pela desigualdade da apreciação do valor dos serviços dos seus elementos, em razão de que uns recebem paga e honraria razoáveis, enquanto outros são injusta e errôneamente considerados.

As Fôrças Armadas de uma Nação devem merecer o máximo de consideração, acatamento e respeito. Sem essa sensação de existência necessária, útil e reconhecida, há de falhar-lhes o entusiasmo e o espírito de sacrifício, imprescindíveis aos que se destinam ao mavórtico mister. Sem as Fôrças Armadas não subsistem as sociedades, não tem ambiente a ordem, falta clima propício ao Direito, à moral e à religião. Que todos os brasileiros vejam nos seus soldados, marinheiros e aviadores, a própria razão de ser da nacionalidade. Realmente repugna ser-se governado como se fôsse comandado. A interferência do militar na vida política do Estado, é intolerável, mas desde que as Fôrças Armadas se contenham dentro dos limites que a Carta Magna da Nação lhes traçou, isto é, como elemento destinado a garantir a Soberania Nacional perante o estrangeiro e velar pela estrita obediência às leis que são a expressão da vontade do povo, desde que assim procedam, devem ser consideradas como o pun-donor, o brio e a dignidade do próprio Povo.

A Comédia do Paraíso

(Para Carlos Rizzini)

Quando Deus deu por finda a sua imensa obra,
— O céu, a terra e o mar — tendo tempo de sobra,
Ficou a refletir com o universo na mão.
De súbito, exclamou:

— Como esqueci Adão?!

Zás! de um naco de barro Adão surgiu no mundo.
(Um ridículo ser construído num segundo!)
Mas, ó vaidade humana! êle, feito da treva,
Julgando-se um deus, disse:

— O que?! Mas como?! E a Eva?

Acaso ides deixar-me aqui abandonado?
E nas noites de inverno, eu não terei agrado?
Vamos! fazei depressa uma deusa bem linda!
O nome pouco importa, Eva ou Almerinda...
Caso contrário... Sim! entraremos em luta,
Então vosso poder ficará em disputa!
E Deus, ou por bondade, ou por prudência, fêz
A primeira mulher a toques de torquez!
A história conta assim:

— Dando um entorpecente,

— Espécie de morfina — Adão ficou dormente.
E Deus, operador exímio, da costela
Do infeliz fêz (milagre) uma linda donzela!
Após a operação (demorara uns minutos)
Deus sorriu orgulhoso olhando os seus produtos,
E disse:

— O Paraíso é um sonho perfumado...

É a primavera em festa... e vós, muito cuidado!
Cautela com a serpente e com o fruto do mal.
Gozai de tudo enfim, menos do original...
Fiquem na doce paz...

E após isto ter dito,

Deus desapareceu ao longo do infinito...

Mas por demais a carne é fraca! E ambos, sòzinhos,
Ouvindo a cascavel desfizeram seus ninhos...

Podes crer, meu leitor, dessa comédia reles,
Descende a humanidade, ou seja: nós, vós e êles!

FERNANDO DE LA GUERRA

TOCAIA

Chovia a cântaros, mas Aparício não sentia a umidade que tomava conta de tudo. A roupa grudara-lhe no corpo e a água escorria pelos seus membros. Aparício, porém, não sentia frio. Acontecia-lhe ficar insensível assim, sempre que uma preocupação mais profunda latejava na sua cabeça. Mantinha-se, então, concentrado e não tinha olhos, nem ouvidos e parecia que sua pele era constituída dum tecido que o isolava de qualquer sensação exterior.

Atirou o cigarro no riozinho de água de chuva que corria a seus pés. A brasa chiou, quando tocou a água pardacenta. — «Ele vai morrer assim, como a brasa!» . Suas mãos enfiadas nos bolsos do paletó contrairam-se, como se estivessem apertando o gasnete do homem que ia matar. Mas a faca de cabo de osso de Aparício é que ia dar cabo d'ele. O golpe seria rápido e o homem morreria como a brasa do cigarro. Olhava para uma esquina iluminada, próxima. Há tempo que seus olhos não se despregavam daquele ponto. Por duas vêzes seu corpo se eriçou todo (como um gato enraivecido), quando vultos se destacaram na zona iluminada. Parecia uma tela de cinema aquela esquina e Aparício, num vão escuro duma construção inacabada, aguardava ansiosamente que surgisse a figura principal do drama.

Um dia disseram-lhe que Deus havia levado sua mãe para o ceu. Ele era pequeno ainda. Mas

de raciocínio ágil. Não conseguiu compreender bem, contudo, o que lhe haviam dito. Sua mãe sempre fôra boa para êle e constantemente lhe dizia que não morreria antes de vê-lo doutor. Por isso passava horas debruçada sôbre o córrego próximo da casa onde moravam, ensaboando e lavando montes de roupa. Era um trabalho estafante, que terminava à noitinha e enchia seu corpo duma canseira de dar pena. Não, não chegou a atinar com o motivo da sua partida. Fôra-se sem dizer-lhe nada, durante a noite (como lhe contaram) levada por Deus, para o céu, ela que lhe dava de comer, e o cobria de noite, com cuidado, acertando os trapos de cobertas sôbre seu corpinho encolhido, para depois rezar um têrço inteiro em intenção d'ele, que havia de ser doutor antes da sua morte. Agora estava sôzinho, sem sua mãe, que havia ido para o céu e... nunca mais seria doutor. Data daí a sua aversão por Deus, que na confusão dos seus pensamentos trôpegos de criança, já não significava a personificação mais sublime da bon-



dade, mas uma lembrança má e perigosa.

Os olhos de Aparício brilharam intensamente quando um vulto surgiu na esquina. A chuva havia engrossado e as imagens pareciam estar além duma cortina de tecido leve. Ficou aflito, receioso de que lhe escapasse aquele que esperava fazia tempo. Abriu bem os olhos e retirou as mãos apressadamente dos bolsos, como se num movimento rápido pudesse afastar a cortina que encurtava sua visão. Encolheu-se todo (como um tigre que arma o pulo) e sua mão procurou o cabo do punhal que trazia preso ao cinto. Foi quando um velho passou por ele, entanduido pela umidade, o reumatismo acutilando-lhe as juntas certamente.

Foi Donana que tirou Aparício do abandono completo. Condoeu-se daquele menino de olhos vivos e corpo mirrado e o botou para dentro de casa, juntamente com seus cacarecos: algumas peças de roupa grosseira e uns brinquedos sem forma, mas que na imaginação fértil do menino tomavam ares de coisa real. Havia um cabo de vassoura que passava por cavalo, por exemplo. Pareceu a Donana, alma boa e marcada pela vida — que para ela tinha sido avara de momentos alegres — que assim conquistaria um lugar no céu. Os seus desejos, os mais modestos, o tempo e as vicissitudes haviam pulverizado impiedosamente. Restava-lhe apenas o mais forte, que ela defendeu com verdadeiro fanatismo: conquistar um lugar no céu, onde pudesse, na companhia dos anjos, descansar das atribulações sem fim da vida terrena. Educar Aparício nos moldes cristãos significou-

lhe o merecimento que Deus havia de considerar digno de levá-la para o reino celeste. Foi bastante consternada que verificou, porém, quão difícil seria obter seu intento. Aparício, desde o início, revelou-se avesso a tudo que se relacionasse com a religião católica e quando Donana evocava Deus, em seus olhos transparecia uma profunda revolta. Ficou espantada, a boa velhinha, e muitas vezes seus olhos cansados se encheram de lágrimas, maldizendo-se a si mesma, em outras ocasiões, por não ser capaz de atrair para o caminho da salvação aquele «pagãozinho». O mal de Aparício era grave e Donana jamais atentaria com o diagnóstico certo. Fugiam-lhe à compreensão os motivos daquela atitude estranha do menino, diante dos sagrados deveres religiosos que Deus impunha a todos. Aparício não repetia as orações que ela pacientemente tentava ensinar-lhe e todas as vezes que o levou à capela foi com profunda tristeza que o viu burlar a sua vigilância e desaparecer. Chegou a ameaçá-lo, com chineladas, com varas de marmelo, mas as ameaças nunca se realizavam. Valeu-se, em último recurso, da bondade notória e do tratamento convincente do padre da capela, que ministrava lições de catecismo à garotada do bairro. Um dia o padre cercou Aparício na rua e, pegando-o pelo braço, propôs-se a falar-lhe sobre os pecados graves que ele andava cometendo. O menino não lhe deu tempo para isso, porém. Safou-se ágilmente e quando já estava distante gritou bem alto: «Urubu!».

Contaram tudo a Donana, que desta vez, revoltada com o procedimento de Aparício, não titubeou em aplicar-lhe umas boas chineladas.

Aparício sumiu no dia seguinte e ninguém conseguiu encontrá-lo daí por diante. Diziam uns que talvez tivesse se afogado no lavador de areia próximo, outros afirmavam tê-lo visto tomar a «rabeira» dum caminhão de transporte que demandava a capital. O fato é que o garoto não apareceu mais.

Donana, com o coração abalado pelos últimos acontecimentos, adoeceu para morrer logo depois, de tristeza, disseram muitos.

Aparício estava cansado de esperar. Seus olhos seguiam agora duas mariposas que se esforçavam em atingir a lâmpada de luz forte que iluminava toda a esquina. De longe as mariposas não eram mais que dois pontos pretos mexendo-se no ar. «A chuva irá derrubá-las logo», pensou Aparício, penalizado com a sorte dos insetos irriquetos. «O que será que elas querem com a lâmpada?». Não compreendia a atração exercida pela claridade sobre as mariposas que eram dois pontos pretos zigzagueando num feixe de luz brilhante. «Se eu pudesse pararia a chuva».

Aparício cresceu e teve a sua escola no turbilhão da cidade grande. Tinha um raciocínio ágil e logo aprendeu a matar a fome e a fugir quando um guarda cismava com o seu aspecto de garoto endiabrado. A cidade era um mundo, mas ele foi, aos poucos, penetrando nos seus labirintos cheios de gente de toda espécie. Um dia experimentou furtar uma fruta da quitanda, em cuja porta tinha o seu ponto de engraxate. Já vira muitos garotos furtarem e nada lhes acontecera. Parecia muito fácil, quase natural na cidade grande.

Depois da primeira vez furtou muitas outras vezes e foi ficando mais ousado. A medida que crescia, cresciam também o valor das coisas furtadas e a habilidade que empregava para passar despercebido. Foi crescendo, crescendo.

«Será que não vem?» As mariposas já haviam caído, com as asas molhadas pela chuva. «Ele vem sim, tenho certeza. Vai morrer como a brasa do cigarro que caiu água».

Aparício cresceu bastante e ficou «taludo», bonito até. Trajava-se à moda dos malandros e tinha muita sorte com mulheres. Juntou-se com muitas, a cidade grande estava cheia delas e eram fáceis. Gostavam logo do seu tipo desempenado e achavam graça na sua gíria impregnada de malícia e de insinuações, que dizia tudo e nada dizia. Disseram a ele que «se estreparia» com uma delas, um dia. Não ligou. Sobrava-lhe confiança em si mesmo. Não era mais criança e aprendera tudo por conta própria. Sua mãe o deixara sozinho, quando ele era pequeno ainda.

Uma noite, porém, encontrou Marlene e foi morar com ela. Mudou muito depois. Ficou cismado e deixou em paz as outras mulheres. Já não roubava para si apenas. Havia Marlene e ela era uma princesa. Necessitava de abrigos de pele, de jóias. Duma só feita «limpou» uma joalheria famosa. Ficou orgulhoso quando os jornais publicaram, com grande cabedalho, a notícia do seu furto. Não haviam descoberto um vestígio que levasse a polícia a prender o autor. Cobriu Marlene de jóias, mas não sossegou. Havia começado e já não podia parar, sentia cócegas

nas mãos e estava certo de que ninguém podia com ele. Era fino, diplomado. Por isso foi além. Furtou mais e mais, agora farejando as jóias mais caras, impune sempre.

Um dia um malandro propôs-lhe trabalharem juntos. Não aceitou o convite. Não confiava em ninguém. Havia aprendido sôzinho, dentro da cidade grande, a enfrentar os imprevistos e não deixar indícios que o culpassem mais tarde. Pareceu-lhe que o malandro não gostou da recusa. Vislumbrou uma ameaça nos olhos do homem, mas logo depois esqueceu o acontecido. A partir daí notou que lhe seguiam os passos e teve que pôr um ponto final na sua série de assaltos. Em cada esquina havia alguém vigiando-o. Fôra traído, sem duvida. Por pouco escapou à prisão, quando tentou um furtozinho sem importância. Estava cercado. Se abusasse iria apodrecer na cadeia. Um ódio terrível foi se acumulando dentro d'êle, agora convicto de que havia sido traído pelo malandro que lhe propusera parceria. Num instante, como se fôra uma coisa inevitável, decidiu acabar com ele. Não lhe foi difícil descobrir que o malandro jogava até tarde num cassino clandestino que fechava às 3 da madrugada e depois passava por uma esquina iluminada, aquela esquina...

Aparício teve um sobressalto. Havia desviado o olhar da esquina iluminada por um momento, para acender outro cigarro. Quando seus olhos voltaram a observá-la surgiu um vulto, um vulto que foi aumentando, aumentando cada vez mais, as feições do rosto tornando-se mais e mais nítidas: dois olhos escuros, um nariz curvo, bigodes, não, não dera tudo o que sabia.

tinha bigodes, uma boca de lábios grossos, a sobrancelha esquerda repuxada para cima. Sim, era ele. Já o tinha visto duas ou três vezes, aqueles olhos escuros e a sobrancelha esquerda repuxada para cima. Não podia enganar-se. Era bem ele. Procurou nervosamente o punhal. Nunca havia matado antes e a primeira vítima estava bem perto, vinha na sua direção. Não podia perder tempo. Se ele passasse teria que matá-lo pelas costas e isso lhe parecia covardia. O homem parou por uns instantes, uns segundos, mas Aparício teve tempo para pensar que talvez fôsse voltar. Teria esquecido alguma coisa? Não podia perder a ocasião. Se surgisse alguém teria que desistir. O homem, porém, não voltou e Aparício pulou à sua frente, a mão apertando o cabo de osso do punhal, como se quisesse esmagá-lo. O homem abriu a boca, assustado com aquela aparição. «Vai gritar», pensou Aparício, «tem que morrer como a brasa» e enterrou-lhe a faca no peito, com força. De início a faca quase não penetrou. Aparício botou mais força e a lâmina afundou na carne quente, sem encontrar resistência. A boca do homem continuou aberta, mas ele não gritou. Arquejou baixinho, como se tivesse medo de acordar alguém. Não havia mais vida nele. Depois caiu, duma vez, pesadamente, espadanando a água da chuva que corria pela sarjeta. «Morreu como a brasa do cigarro», falou para si mesmo Aparício, um arremêdo de riso aflorando-lhe na boca. Ficou a olhar, por uns instantes, um fiozinho de sangue que descia do peito do homem e se desfazia n'água. Depois foi-se embora, voltando para o turbilhão da cidade grande, onde crescera e aprendeu.

Negro aqui não forma!...

Brasileiro quando ouve falar no preconceito racista existente nos Estados Unidos, sente arrefecer seu entusiasmo pela grande república do norte. E sofre arrepios no seu sentimento de humanidade quando tem conhecimento, pelos jornais, de que uma multidão de brancos enfurecidos justicou, com as próprias mãos, um preto, às vèzes, já à disposição da polícia.

— :: —

São Paulo foi dos Estados que recebeu maior número de africanos, para cá trazidos para impulsionar nossas fazendas de café e os primeiros engenhos paulistas. Em 1888 veio a libertação. Imigrantes italianos, espanhóis, portugueses e de outras nacionalidades substituíram o braço alforriado. Os libertos passaram a lutar por um lugar ao sol. Hoje muitos são funcionários públicos, outros conseguiram relativa independência econômica e alguns ostentam anel de grau. Convivem conosco, são bons amigos e contra eles não guardamos preconceitos de cor ou sentimentos de antigos escravagistas.

Há, no entanto, um rincão bandeirante em que êsse preconceito ainda existe. Constitue, sem dúvida, um caso curioso por nós já dado à publicidade em 1946 e que aqui vai para os leitores de MILITIA, pois a situação continua, apesar do assunto ter sido ventilado posterior-

mente na Assembléa Estadual, segundo fomos informados.

— :: —

No desempenho de missão policial, fomos conhecer Rio das Pedras, cidade sempre lembrada pelos inveterados sugadores de cigarrões de palha. Entretanto não é pela qua-



lidade das suas culturas de fumo, que referências ao seu nome vêm hoje à baila, se não, vejamos. Terminados os trabalhos preliminares de sindicância a nós confiada, e, com eles, o desassossêgo de parte da população, saímos para um passeio pelo burgo que conta para mais de quatro mil almas. Nossa atenção foi logo chamada pela presença de alguns pretos guedelhudos. Perguntamos ao escrívão, sr. Baroni,

que gentilmente nos acompanhava, se os pretos da terra não costumavam cortar o cabelo, ou se era o preço do corte que os obrigava a tal procedimento como medida de economia. O nosso loquaz e delicado «cicerone» passou a explicar-nos: — Não «seu» tenente, não é o desleixo nem o preço do corte de cabelo que os faz andar assim.

— ...?

Os barbeiros daqui não trabalham para gente de côr.

— Não me diga, «seu» Baroni!

— Sim, senhor. Tem havido caso de preto importante em trânsito por esta cidade, e que, depois de se ter sentado e aprumado o crâneo ebúrneo, recebeu a advertência que já se transformou em norma de conduta: «O senhor vai desculpar, mas nós não trabalhamos para pessoas de côr». Poucas vêzes o freguez se conforma. Quase sempre insiste. Diz que o dinheiro dêle vale tanto quanto o do branco, e faz outras considerações. Os mais violentos querem brigar, porém terminam todos concordando, e deixam o salão revoltados e com mais recalque no seu complexo da côr.

— E êsses nossos humildes patrícios não têm onde cortar o cabelo?

— Aqui não. Dos seis barbeiros existentes, nenhum se presta ao serviço, com medo de perder a freguezia dos brancos. Barbeiro preto não há. O recurso é gastar pouco mais de seis cruzeiros numa passagem de ida e volta a Piracicaba, e ainda perder um dia de trabalho, cada vez que têm de derrubar a «mata» cerrada da cabeça.

Causou-nos espécie ouvir contar, certa vez, que em Blumenau o

mesmo se passava antes da ida para lá de uma unidade do Exército. Ficámos perplexos ao constatar tal preconceito entre nós, numa cidade do Estado que tem sido, por excelência, o caldeador de raças do Brasil. — Precisamos tomar uma providência, «seu» Baroni. Esta situação deprimente para o negro riopedrense não pode continuar.

Pensamos convidar os barbeiros a comparecer à delegacia de polícia, porém, como o dia fôsse sabado, tal medida estragaria a féria da semana, pois é nesse dia que a caboclada da circunvizinhança procura a cidade para as compras e para o aprumo indumentário, na expectativa da assistência à missa de domingo. Resolvemos então iniciar uma «via sacra» pelas barbearias, tôdas localizadas ao longo da rua principal.

— Bom dia «seu» Mangarito.

— Bom dia. E o «figaro» avançou de navalha em punho, procurando a bem tratada «macega rala» do meu queixo.

— Nada disso, «seu» Mangarito: não vou precisar dos seus serviços. Quero apenas saber se é verdade que os senhores não trabalham para gente de côr.

— Sim, senhor. E' verdade. Os pretos não são atendidos nos nossos salões.

— Qual a origem dessa prevenção racial, de que não há notícia em outra localidade do Estado?

— Para falar verdade, não fomos nós que estabelecemos essa distinção de raça. Ela já vem de muitos anos, e ninguém se lembra mesmo de quando começou.

— Mas, «seu» Mangarito, as nossas constituições, desde a de 1891,

na parte referente aos direitos dos cidadãos, dizem claramente que todos os brasileiros são iguais perante a lei. Falámos ainda dos princípios democráticos da igualdade e da fraternidade, apelámos, enfim, para o sentimento religioso de cada um e eles acabaram dizendo: se os outros companheiros concordarem, eu acompanho. Comprometeram-se a discutir o assunto em reunião a realizar-se no salão de um deles.

Como a atitude dos barbeiros de Rio das Pedras pudesse dar origem à perturbação da ordem pública, consultámos o Código Penal, e mesmo o antigo Código das Contravenções, para impôr-lhes um procedimento. Nenhum apóio nos dois códigos para a defesa substancial desses patricios que nos lembram o intrépido Henrique Dias o inconparável Machado de Assis, o erudito Luiz Gama, o poeta Cruz e Sousa, o parlamentar Monteiro Lopes, o notável político e ex-presidente Nilo Peçanha, e tantos outros que seria longo enumerar.

O certo é que se, perante a lei, não há distinção de raça, isso não quer dizer que o cidadão se obrigue a servir ou a tomar a seu serviço a pessoa de determinada cor. Está nas mãos, ou, melhor, na consciência de Rio das Pedras, acabar com a actual situação difficil e deprimente para seus humildes negros, situação esta que talvez exista desde o 13 de Maio de 1888.

— :: —

Foram, naquela época, tomadas providências pelo Comandante Geral da Força Pública, pois o graduado do destacamento era de cor e para cortar o cabelo precisava ausentar-

se da cidade. Foi elle quem nos disse sorrindo e com bom humor quando perguntámos-lhe: Então Gibi, você um rapaz de «boas conversas» não conseguiu nada com os barbeiros?

— Quê «seu» tenente, negro aqui não forma!...

Parece-nos que a solução encontrada foi a de substituir o cabo «colored» por um outro branco, uma vez que a situação perdura até hoje.

Há em São Paulo uma secção da Federação Brasileira dos Homens de Cór; a ela incumbe socorrer os desvalidos irmãos de Rio das Pedras.



— Para avaiar bem da sua perversidade, saiba que elle me pediu emprestada uma lima, para fazer as unhas.

(Daily Mirror, Londres).

Muito econômica!

Absolutamente pura!

Nutritiva e Saudável!

Paladar suave!

ESPLÊNDIDA!...

para passar no pão, nas bolachas, nas torradas e biscoitos, tornando-os mais saborosos e nutritivos!

Sirva **MARGARINA Saude** para bem servir!

ANDERSON, CLAYTON & CIA. LTDA.

ACCIO

A IMAGINAÇÃO

A imaginação constitue o maior tesouro do orador. E' quem lhe vai sugerindo as mais lindas composições, as mais formosas e adequadas figuras para os seus pensamentos, as transposições elegantes, as inversões de efeito oratório, as descrições empolgantes. A imaginação é o colorista de cuja habilidade depende a formosura do feio esquema que a inteligência havia delineado. O orador sem imaginação é o memo que cantor sem voz, que pintor cego ou músico completamente surdo. Os seus melhores pensamentos serão frios e inertes; não terão força de persuadir e muito menos de comover. As melhores idéias aparecerão nuas e sem efeito e todo o seu esforço resultará em inútil fadiga e vã canseira.

Silveira Bueno
"A ARTE DE FALAR EM PÚBLICO"

1.º ten. Gilberto de Novais Figueira

da P.M. da Bahia

A Banda de Música da

Polícia Militar da Bahia

O calendário registrou, no mês de setembro de 1949, uma data excepcionalmente significativa para a Banda de Música da nossa Polícia e — por que não dizê-lo? — para a própria Bahia, que também vive na comunhão das nossas tradições.

Cem anos decorridos desde que, por dispositivos da Lei Provincial n.º 352, de 17 de setembro de 1849, foi criada a Banda de Música desta Corporação. Desde então, a história da nossa Polícia Militar vem recebendo o tributo imprecívvel que lhe vem prestando, em peso de glória, tal organização, toda vez que tem sabido alcançar posição insuperável nos certames artísticos, dentro e fora do Estado.

Constituída por um pequeno corpo, nos madrugados dias de sua existência, cresceu e, finalmente, agigantou-se, nutrida sempre das provações, entre as quais o apoucado estipêndio votado à sua manutenção.

Narra o geógrafo João da Silva Campos, caprichoso rebuscador de arquivos, em seu carinhoso estudo da história da Banda da Polícia da Bahia, fonte em que buscamos preciosas informações para este modesto trabalho, que os primeiros músicos, durante um período de mais de 20 anos, estiveram sujeitos aos serviços internos do quartel, próprios tão somente aos soldados de fileiras. Isto prova as restrições financeiras sob

cuja angústia a nossa Banda Marcial dera os primeiros passos.

Dentro de tais limitações, Lourenço José de Aragão, seu primeiro



Cap. Maestro Valdemar Manoel da Paixão

regente, teria que reunir, indubitavelmente, qualidades de legítimo pioneiro, para tornar viável o nascente conjunto. Fôra, por certo, árdua tarefa, capaz de exigir grande força de vontade e vigilante idealismo, a de fazer músicos entre discípulos tão circunstancialmente inadequados. Uma bem justa homenagem ao proficiente maestro é prestada hoje, nesta sala, em que se dedica um quadro

à sua memória, pela influência decisiva que imprimiu aos destinos da nossa Banda Marcial.

Merece ser citado, também, aqui, o nome do sgt. Maximiano da Cruz Murta, sucessor do mestre Aragão, que conta entre os seus braços o fato de ter seguido à vanguarda de sua Banda para os campos de combate da guerra do Paraguai. A esse tempo, os dispêndios motivados pela guerra passaram a justificar intensas restrições nas despesas oficiais que a Assembléia propunha, a fim de conjurar as graves dificuldades do erário público. O dr. Venâncio José de Oliveira Lisboa, Presidente da Assembléia, intercedera, no entanto, pela música da nossa Polícia, salvando-a às podas da administração.

Ocupou a regência da Banda, com a reforma do sgt. Maximiano, em 1870, o maestro Joaquim Pedro Moreira, cujas excelentes qualidades de ensaiador o tornavam pessoa acatada.

Segue-se, com êle, o primeiro período áureo da história da Banda da nossa Polícia, credora agora dos encômios oficiais, sendo mesmo classificada superior a tôdas as existentes no país.

Suprindo satisfatoriamente a escassez de diversões na cidade, provocou vibrantes aplausos populares nas suas freqüentes tocatas nos logradouros públicos, principalmente nas tradicionais festas comemorativas do regresso da campanha do Paraguai, que se repetiam anualmente, a 11 de maio.

Nos últimos dias do império, o comandante do Corpo de Polícia, Brigadeiro Evaristo Ladislau e Silva, decidiu-se, de parceria com o governo, a dirigir de um modo especial

suas atenções para a nossa Banda de Música. E assim, em 1887, achava-se devidamente aparelhada para conquistar delirantes aclamações do povo.

Contavam-se, em seu conjunto, artistas do valor de Aureliano Marques, José Baraúna, Sérgio Pinho de Souza, José Tomás de Freitas, Antônio Augusto de Freitas, Manoel Ramos Moreira e Antônio Ferreira Valongo, que eram apreciados compositores.

Ao ser proclamada a República, o fardamento de gala de Banda foi substituído por outro azul escuro, de botões prateados, dragonas e alamares, apresentando no capacete um penacho. Conduziam, então, os músicos, ao invés de sabre, espadim. Lutava já a Banda, a esse tempo com as deficiências de seu instrumental e, apesar de veementes apelos do comandante do então Regimento de Polícia, somente na administração Luiz Viana foi removida tal dificuldade.

Em dias do ano de 1895, um acontecimento da mais alta importância veio ligar-se à história da música da Polícia: quando por ocasião de sua visita à Bahia, em primeiro de agosto do referido ano, o imortal Carlos Gomes ouvira a nossa Banda de Música, teceu-lhe irrestritos elogios, e em memorável festa oferecida em sua honra no recinto do Politeama, o insigne compositor a regueu, visivelmente emocionado, enquanto o brilhante conjunto executava a sinfonia do O Guarany. Uma carta dirigida ao comandante do Regimento Policial, eivada de referências elogiosas à Banda, provocou do referido militar a pitoresca sentença: «Vocês já são cadetes. Se eu

publicar esta carta em ordem do dia, serão oficiais».

A contar da proclamação da República, várias reformas sofreu a Polícia Militar e com ela também, a sua Banda de Música. Houve inicialmente a Banda do Primeiro Corpo, sendo que pouco depois, isto é, em 1896, foi criada a do 2.º Corpo, e em 1902, provavelmente, a do Terceiro. Em 1.º de janeiro de 1925 nossa Polícia passou a denominar-se Força Pública. Comandava-a o cel. Terêncio Dourado, por cuja deliberação fundiram-se em uma as três bandas de música, que passaram a constituir três secções, a primeira das quais se destinou a perpetuar a glória de que se enlourava, outrora, a primitiva música da nossa Polícia.

— : : —

Há dois tipos de biografia, diz Henry Thomas: o primeiro é a história mortal de um homem; o segundo, um retrato de sua personalidade imortal. Ocupemo-nos desta, agora, falando de um músico brilhante, cuja vida é também uma página, e, sem dúvida, a mais luminosa da história da nossa Banda de Música.

Em 6 de fevereiro de 1891, contando 15 anos de idade, passava a fazer parte do conjunto de música da Polícia, João Antônio Vanderlei, cujas qualidades de excelente músico foram, mais tarde, superadas pela grande notoriedade com que patenteava os seus indiscutíveis dons de regente de bandas de música e orquestras, mostrando que sabia transmitir pelos acenos maravilhosos de sua batuta, o influxo poderoso de sua virtuosidade.

Já em 1903, Henrique Cânciao, pelas colunas do «Diário da Bahia», de 5 de fevereiro, referindo-se aos sucessos da filarmônica «Recreio do Bonfim», afirmava que os mesmos eram devido ao seu competente maestro, João Antônio Vanderlei. Nesse ano, sua promoção a 2.º sgt. punha-o no cargo de contra-mestre da Banda do 1.º Corpo. Galgando, por merecimento, sucessivamente os lugares de mestre, regente e, finalmente, inspetor, atingiu, em 4 de agosto de 1924, o posto de capitão. Percorria, assim, dentro de sua grandeza modesta, um caminho de notoriedade invulgar.

Em 14 de março de 1910, outra vez a imprensa incidia sobre o valor artístico do maestro. Em setembro de 1912, um concêrto no Politeama consagrava definitivamente a fama do notável regente e de sua disciplinada Banda. Sucessivas vêzes registavam-se semelhantes triunfos, até que, em 1917, acompanhando uma representação de militares que seguia para o Rio de Janeiro a fim de participar de grande parada que ali se deveria realizar, no dia da independência, seguiu para aquela metrópole a Banda do 1.º Corpo, sendo recebida em 4 de setembro pela colônia baiana em peso e por elementos da bancada federal da Bahia.

A primeira tocata, no pavilhão das regatas, em Botafogo, vingou de logo calorosos aplausos da compacta multidão de ouvintes, destacando-se a maneira com que o dr. Amaro Cavalcanti, então Prefeito do Distrito Federal, expressou a sua emoção ante a execução de determinada peça, pedindo em alta voz que a bisassem.

No dia 14, no Campo de Santana, tocava a Banda da Polícia da Bahia e as duas mais afamadas do Rio de Janeiro — a dos Fuzileiros Navais e a do Corpo de Bombeiros. Um detido confronto entre elas, deu à nossa a palma da vitória. Repetiram-se, naquela cidade, retretas e concêrto, um dos quais, efetuado na noite de dezoito, no Teatro Lírico, fôra ouvido pela colônia baiana e pelo vulto destacado de Rui Barbosa, que brindara os visitantes baianos com memorável discurso. Executou-se, aí, a Abertura do *O Guarany* e a ópera *Tannhauser*. O maestro Vanderlei, profundamente emocionado, recebia, então, distinta homenagem da bancada federal da Bahia, e, com ela, o brinde de rica batuta de unicórnio e ouro. A imprensa, particularmente o «*Jornal do Comércio*», prodigalizou os mais distintos elogios, dando à Banda de Música da Bahia o 1.º lugar no país e qualificando-a de bellissima organização. Os círculos artísticos do Rio de Janeiro homologaram esta sentença. De Vanderlei, disse apenas o jornal «*A Rua*»: «E' o tipo completo de músico. Nervoso, dotado de uma regência larga, parecendo comunicar vibração aos seus dirigidos».

As aclamações populares foram sem precedentes, não obstante, conforme diz João Campos, fôsse a alma daquela gente pouco susceptível de empolgar-se.

Finalmente, a 26 de setembro, regressa a Banda, triunfante, constituindo a sua recepção na Bahia, um acontecimento extraordinário, tais as aclamações com que a grande massa popular a saudava.

Cumprê referir que entre os exímios músicos que constituíram a

memorável embaixada artística da Bahia ao Rio de Janeiro, achava-se o atual Inspetor-Chefe de nossa Banda, capitão Valdemar Manoel da Paixão.

Após voltar dessa excursão, houve sensível arrefecimento nas atividades da mesma, dando motivos a isso o afastamento de muitos dos mais conceituados músicos, ao que porém fizera face Vanderlei, sendo em jôgo sua inteligência e capacidade, preparando novos elementos, tanto que, em 1922, estava novamente a Banda preparada para a sua planejada viagem, novamente ao Rio de Janeiro, a fim de participar da grande festa do centenário da independência do Brasil. Esta viagem, porém, fôra frustrada.

Durante o Governo do eminente brasileiro José Joaquim Seabra, sob cuja égide se enriquecia a nossa música, a performance da banda do 1.º Batalhão era invejável. Com um rico e completo instrumental, um primoroso repertório de marchas e dobrados, seguia, consciente do seu papel, para as solenidades oficiais, para as recepções de vultos ilustres, como o príncipe de Sabóia, e assim comparecia a exéquias pomposas, como as de Rui e da Princesa Isabel.

As opiniões autorizadas de esclarecidos estrangeiros, a respeito, eram dêste jaez: «É uma das melhores bandas que tenho ouvido em minha vida». «Nunca ouvimos coisa igual».

Uma viagem ao norte do país proporcionou uma série de oportunidades felizes em que a carinhosa imprensa de Pernambuco teceu grandes elogios à Banda. Seu regresso dessa excursão fez vibrar mais uma vez a alma da Bahia. No entanto,

a respeito de um concêrto realizado no políteama, logo após, com o fito de conjurar o *déficit* que o custo da viagem ocasionara, Vanderlei decepçionava-se com a indiferença com que os seus conterrâneos encaravam o assunto, tanto que a renda não chegou sequer para as custas do referido certame.

O «Diário da Bahia» exprobara semelhante falta dos baianos, que cōntrastava com o franco apôio por eles dado a uma filarmônica de Viena que aqui aportara, na mesma ocasião. Não obstante, Vanderlei prosseguia na sua obra de avolumar o prestígio alcançado pela nossa música, planejando uma série de notáveis concêrtos sinfônicos no recinto do Teatro Guarani, que foram magistralmente executados, com peças do quilatê de Cavalgada das Valquírias, Wagner.

Raimundo de Macedo, o grande pianista lusitano, por ocasião de sua visita à Bahia, externou-se com palavras sumamente desvanecedoras ante os triunfos artísticos da banda da Polícia, que, aliás, já era do seu conhecimento na Europa; e chegou mesmo, conforme refere a crônica, a infundir no espírito de Vanderlei o grande sonho de uma viagem à Europa.

Os Coros Ucranianos, que pouco mais tarde aqui estiveram, conforme o testemunho da imprensa, chegaram, depois de breve contacto com a Banda, a esta confissão: «Nunca podíamos imaginar que encontrássemos na Bahia, uma Banda habilitada a tocar nas cidades da Europa, nada ficando a dever à da célebre Guarda Republicana de Paris».

O ano de 1926 assinalava-se pela faina a que se votou o maestro Vanderlei, provendo recursos para a sonhada viagem à Europa. Rumou para o Rio de Janeiro, neste desiderato, onde fôra bem recebida a idéia de seu gigantesco plano, pela colônia e bancada federal da Bahia, trazendo dali subsídios que o animaram a promover subscrições no comércio da cidade e a realizar uma série de concêrtos com a mesma finalidade.

O Govêrno do Estado limitou-se a adiantar fardamento. Enquanto isto, Vanderlei consolidava os recursos artísticos de sua Banda, com demorados ensaios do que de melhor houvesse entre as composições nacionais, bem como das mais geniais composições estrangeiras. Chegara até a firmar um contrato com a Sociedade de Viagens Internacionais, visando seguir para a Europa, com o seu conjunto, em companhia dos peregrinos que do Brasil seguiriam para a cidade italiana de Assis, pelo centenário da morte de São Francisco.

Estava mesmo programada a excursão. Em 2 de agosto, desembarcariam em Assis, na Itália, e ali se fariam ouvir pela primeira vez na Europa. Seguir-se-iam concertos em Roma, no Vaticano, em Lausanne, em Paris, e, finalmente, em Bruxelas. O regresso teria lugar no dia 22, em companhia dos peregrinos, partindo do Havre. Aportariam então no Rio de Janeiro, onde teria lugar um concêrto excepcional. No entanto, o grande intento do artista não tivera eco na alma indiferente de quem devia tutelar o seu plano altaneiro. E' mesmo assim. Os grandes idea-

listas estão sujeitos ao desfêcho das grandes decepções.

O genial compositor Johann Bach, lutando contra a sua época, afirmou: «Os maiores obstáculos contra o progresso de um homem não são, às vêzes, forças impessoais, senão humanas».

Vanderlei, com a alma esmagada pelo choque moral, recolheu-se ao silêncio enquanto a sua vida se consumia devorada pelo desgosto.

Alguns meses depois, isto é, a 1.º de abril de 1927, exalava o seu último alento. Antes de expirar, revelou o desejo de que ao sair o féretro de sua residência, fôsse executada a Abertura do *O Guarany*; e, ao descer à campa, que se tocasse a Sinfonia Sétima de Beethoven.

Sua vontade fôra cumprida, tendo o seu filho, maestro Claudionor Vanderlei, estado à frente da música. Poucos músicos, porém, puderam continuar a usar os seus instrumentos, sendo a maioria dêles obrigada a interromper o toque, entrecortado pelo pranto.

Morto Vanderlei, um verdadeiro eclipse toldou o conceito daquele conjunto, cuja vitalidade como que já estava a depender da personalidade vibrante do seu magno professor. Tanto que, ocupando a regência da música o 1.º sgt. João Pereira da Silva, afastaram-se, logo, os melhores músicos da Banda, que ficou em condições de não poder mais realizar tocatas. Prova, isto, o incontestável domínio moral que a personalidade de Vanderlei exercia sobre os seus dedicados músicos.

Em 1931, aposentado João Pereira da Silva, substituiu um músico distinto, que ocupava, então, o lugar de auxiliar de regente.

Desfrutando de justa simpatia e da admiração dos seus músicos, êsse novo regente, que era, então, o 1.º sgt. Valdemar Manoel da Paixão, valendo-se do seu espírito organizador e do seu apurado gosto pela arte, empreendeu uma campanha junto ao cel. João Félix de Sousa, então Comandante Geral da Fôrça, no sentido de adquirir novo instrumental para a Banda, condição inicial para que voltasse ela ao conceito que lhe pertencia.

Promovido a 2.º tenente, o maestro Valdemar da Paixão eleva bem alto o renome da Banda em concertos que empreendeu, a ponto de despertar a atenção da imprensa, que havia silenciado desde o passamento de Vanderlei. Nessa nova etapa da história da nossa Banda, merece especial menção a sua viagem ao Rio de Janeiro, em 1935, e entre os concertos ali realizados, os seguintes: No auditório da Feira de Amostras, em 28 de março; no Instituto Nacional de Música, em 6 de abril, dedicado à classe musical do Rio; no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, em homenagem ao então Presidente da República, e, finalmente, a retreta que teve lugar no dia 13, em homenagem à Polícia Militar do Rio, pelo transcurso, naquela data, do seu primeiro centenário de organização.

Nessa temporada, em que a música da Polícia soube reviver as suas tradições, os mais expressivos elogios lhe foram feitos, por críticos de valor, tendo, mesmo, Oscar Guanabarrino, Artur Imbassaí e outros, emitido opinião de que a Banda podia ser classificada entre as primeiras do Brasil. Além disso, muitas e calorosas ovações lhe foram repetidas,

na ocasião, pelo povo do Rio de Janeiro.

Ao regressar a Banda, receberam-na aqui, festivamente, as autoridades e o povo; e, entre as homenagens a ela prestadas, destaca-se a colocação no alojamento, pelos sargentos e músicos de nossa Polícia, de um retrato do seu dedicado professor, o então tenente Paixão.

No dia 11 de junho de 1936, a Banda festejou o 1.º centenário de nascimento de Carlos Gomes, com um esplêndido concerto na Praça da Piedade, em que foram executadas, exclusivamente, peças da autoria do imortal compositor pátrio.

Viva impressão causou, também, o concerto inédito, idealizado pelo então tenente Paixão, incluído, por determinação oficial, no programa das festas do Dia da Pátria, no auditório do Instituto Normal, em 7 de setembro de 1944, em que 62 músicos realizaram o que para muitos se afigurava impossível, acompanhando a exímia virtuose Carmem de Assis, ao violino.

Os elogios da seleta assistência refluíram daquele recinto para a cidade, aparecendo mesmo, no Boletim Geral desta Corporação, assinado pelo coronel Everardo de Simas Kelly, seu então Comandante.

E, recentemente, a Banda viveu um dos maiores dias, por ocasião das comemorações do 4.º centenário desta cidade, em que, por determinação do sr. Governador do Estado, executou um memorável concerto, oferecido por essa alta autoridade

aos congressistas e parlamentares que vieram assistir ao deslumbrante espetáculo de arte e civismo.

Músicos da Polícia da Bahia!

Ao limiar de um novo século de existência desta tradicional Banda de Música, apraz-me estampar, em linhas desprezenciosas, o quadro patético do vosso passado, não na forma mas na substância, em cujas nuances se divisam os traços vivos de uma sentimentalidade pujante, dessa sentimentalidade que atrai os homens ao sacrifício e os faz arrotar o perigo; que é a ténpera dos mártires e dos heróis; que finalmente, invade a imaginação, e, mobilizando tôdas as forças do espírito, realiza o milagre das grandes criações da arte, graças às quais vidas inicialmente obscuras passaram à imortalidade. Acreditamos que, sob a dedicada regência do capitão Maestro Valdemar Manoel da Paixão, a cultura de nossa Banda de Música seja levada a um grau cada vez mais alto, permitindo um contacto mais constante de nossa gente com os grandes compositores, o que promoverá, por certo, resultados morais altamente benéficos, porque, no dizer de Johann Bach a seu próprio respeito, a obra dos grandes artistas é uma mensagem de espiritualidade e de harmonia para o coração do homem.

Camaradas:

Até hoje trabalhastes na arquitetura de um momento — o de vossas tradições. Conservai, garanti esse patrimônio de glórias.

Beber o CAFÉ ROCHA é beber o MELHOR CAFÉ

Uma notável entidade artística

Consoante referência anterior, inserta em seu n.º 13, MILITIA apresenta aos leitores, nas páginas lateral e seguintes, a descrição e trechos da "Sinfonia das Américas", admirável produção do nosso camarada 1.º ten. Antônio Bento da Cunha, maestro da Banda de Música da Fôrça Pública. Sobre ela, nunca será demais repetirmos um trecho da crônica com o título supra, do saudoso Lellis Vieira:

Mas, onde o jovem maestro A. B. Cunha se alteia na grandeza e na massa instrumental, é na "Sinfonia das Américas", soberba página de extraordinária concepção musical, e riqueza de ritmos, melodias, arroubos, e poder descritivo comparável a muitas composições mundiais.



BALÕES

SEMENTES DE DESTRUIÇÃO!

SEJA VOCE
O PRIMEIRO A COLABORAR COM A

POLICIA FLORESTAL DO ESTADO E
CORPO DE BOMBEIROS DE S. PAULO

SECRETARIA DA AGRICULTURA Serviço Florestal do Estado

Contribuição

de

MILITIA

para a

Campanha da

SECRETARIA

DA

AGRICULTURA

(Gentileza de "A GAZETA")

SINFONIA DAS AMÉRICAS Op. N.º 8

DE

ANTONIO BENTO DA CUNHA

Esta sinfonia foi escrita, em homenagem à paz universal. Iniciando com uma variedade de acordes, formado por grande número de instrumentos,

Largo Sostenuto

ppp cresc. molto *ff todos*

Timpano Solo *Tam-Tam*

Detailed description: This musical score shows the beginning of the symphony. It consists of two staves. The upper staff is for piano, starting with a treble clef, a key signature of one sharp (F#), and a 3/2 time signature. The lower staff is for timpani, starting with a bass clef and a 3/2 time signature. The tempo is marked 'Largo Sostenuto'. Dynamics include 'ppp cresc. molto' and 'ff todos'. The score includes notes, rests, and a 'Tam-Tam' symbol.

representando o entusiasmo reinante em todos os continentes pela esperança da vitória.

Largo *Flauta* *Oboé*

N.º 1 *Trompas* *Fagote* *C. Baixo*

Detailed description: This musical score shows the first movement. It consists of two staves. The upper staff is for flute and oboe, starting with a treble clef, a key signature of one sharp (F#), and a 3/2 time signature. The lower staff is for trumpets, fagote, and C. Baixo, starting with a bass clef and a 3/2 time signature. The tempo is marked 'Largo'. The score includes notes, rests, and dynamic markings.

Desenvolvendo-se o tema do n.º 1, é interrompido depois por uma cadência de harpa.

f *mezz* *f*

Detailed description: This musical score shows the harp cadence. It consists of a single staff with a treble clef, a key signature of one sharp (F#), and a 3/2 time signature. The tempo is marked 'Largo'. The score includes notes, rests, and dynamic markings.

Moderato a Capricho N^o 2

Com este movimento se faz representar nas Américas o repúdio à guerra.

Moderato a capricho
Viol. Viola e Cello

N^o 2

p *espress.*

Cor. Fagote e C. Baixo

Allegro Brillhante N^o 3

Com o Allegro Brillhante se faz representar a força das potências aliadas, em luta contra a sanguinária pretensão inimiga.

Allegro Brillhante

N^o 3

p *o leggero*

Violinos

Cor. Fagote C. Baixo

Combates, bombardeios, destruições, ruínas de cidades à maneira.

Clar.

N^o 4

p e cresc. *cresc.*

Flauta

Trompas Trombones C. Baixo Euteria

Passando para um tema triste, tendo como solista o Corno Inglês

Nº 6

Flautas

pp dolce e legato

Logo mais, ouve-se a Trompa, que anuncia nova fase de combates

(a)

p stac.

Timpano

Passando para o Nº 6 que são reminiscências do Allegro e logo em seguida ao Nº 7.

(Derrotas sangüinárias e grandes destruições nas posições tomadas pelas forças aliadas.)

Nº 7

Piu lento

Viol.
Clar.

ff pesante

Harpa

fff

As divisões aliadas, ávidas por uma decisão, lutam com grande ímpeto, demarcando com ardorosa coragem a retirada dos vis inimigos que covardemente decidem abandonar suas posições.

Piu mosso *Callo e C. Baixo* etc

Nº 8
(a)

pp e *Pizz*

(b)

ff

Trombones

Destacando-se os instrumentos de percussão, no anunciar de uma salva em homenagem à paz em todo o mundo.

Caixa
Pratos
Bombo
Tiimpanos
Tam-Tam *fff*

Terminando com um *Grandioso Fortissimo*;

(CÔRO) *Grandioso toda força*

Nº 9

fff

Vi - gran si - nos no - brêa ter - ra Pois
é o povo em grandes manifestações, cantando, tocando
sinos, soltando fogos... em regosijo pela sua liberdade!

(Campanas)

Nº 9

Nº 10
(a)

Presto

Vol.

ff

(b)

Flautins

fff

(c)

Largo

Vi-va a liber da-de

fff

ppp

fff

FIM

Timpanos

(As campanas batem em escalas descendentes, continuamente, até o «LARGO» juntamente com um sino grande em «si gravissimo» batendo ad libitum; e o sino grande e os fogos, estão a distancia da orquestra junto a uma fanfarra que executam ao mesmo tempo os temas «Nº 9 e 10» com a orquestra.)

-5-

1.º Ten. *Blumby*

Os Corpos Policiais Permanentes na guerra do Paraguai

Na história bélica do Brasil a Campanha do Paraguai ocupa, pela sua importância, o primeiro plano. Basta considerarmos a sua duração, o efetivo de homens empregados e o fato de lutarmos, no início, pela recuperação do chão pátrio invadido pelo inimigo.

Cinco anos de lutas, de sacrifício, de heroicidade, em que brilhantes páginas de bravura foram escritas com o sangue generoso dos seus filhos, constituem o legado precioso no qual as gerações que se sucederam têm ido buscar inspiração e força para a tarefa sublime da preservação e do engrandecimento da Pátria.

A princípio a sorte nos foi contrária nas armas. O adversário estava de há muito preparado e desferiu o golpe de surpresa. Eram diminutas as nossas Forças. Em 7 de janeiro de 1865 são criados os Corpos de Voluntários da Pátria, para os serviços de guerra em circunstâncias extraordinárias. Entre os primeiros voluntários apresentaram-se os componentes dos Corpos Policiais Permanentes, numa sadia demonstração de patriotismo. Seguiram enquadrados nos Batalhões de Voluntários e por isso os seus feitos não têm sido registrados pelos historiadores, de maneira a tor-

ná-los identificados com os Permanentes das Províncias.

Sendo nossa intenção ressaltar nas páginas de MILITIA a contribuição dos antigos Corpos Policiais Permanentes das Províncias, na Guerra do Paraguai, solicitamos aos nossos representantes e a todos que possuam dados sobre a ação das milícias coastaduanas na campanha contra o ditador Lopes, que nos enviem para oportuna publicação.

Cabe-nos a tarefa de evidenciar o valor dos que nos precederam e se destacaram na defesa do solo sagrado da Pátria. Vasculhemos, pois, os Arquivos dos nossos Estados, para de lá trazer à publicidade o documentos inéditos da época e dessa forma collocarmos os nossos heróis no devido lugar perante a admiração dos pósteros.

Já nos dirigimos por carta ao ilustre historiador mineiro Augusto de Lima Junior e a diversos colegas de outros Estados, sendo que em São Paulo contamos com a colaboração de conhecido estudioso do passado da Força Pública, cap. José Nogueira Sampaio, que gentilmente nos franqueou preciosa documentação referente ao assunto.

Tôda correspondência neste sentido deverá ser encaminhada à Redação de MILITIA.

A Polícia Militar da Paraíba

e sua atuação no cenário Nacional

Predestinada que foi a Polícia Militar, pela própria origem e através de sua evolução, ao combate incessante aos malfetores, não é de admirar a sua vida accidental de guerras e combates a bem da Ordem e da Justiça. E, para termos uma melhor noção de seus feitos militares, passemos a fazer um estudo retrospectivo de sua atuação no cenário nacional.

Criada em 10 de outubro de 1831, prestou desde logo inestimáveis serviços ao Governo e à ordem pública, justificando assim a necessidade de sua existência. Já em fevereiro de 1832, tendo o revolucionário cearense Pinto Moreira, acossado pelas forças legais de sua província, preparado tropas para invadir a vila de Sousa, determinou o Presidente da Província da Paraíba que se guiasse para aquela vila a tropa que se encontrava destacada em Pombal, enquanto se preparava um contingente que seguiu sob o comando do sargento Francisco Sérgio de Oliveira. Na mencionada vila, o Juiz de Paz, que vivia em rivalidade com João Dantas Rotêia, reune a 23 de maio um grupo armado e invade, obrigando a Câmara Municipal a exigir do sargento que abandonasse a localidade. A luta continuou entre o Juiz e João Dantas até que o Governo tomasse as medidas indispensáveis para sufocar a revolta que foi cog-

nominada "Rusga dos Dantas", voltando à normalidade a pacata vila. Ainda naquele ano, a Polícia prestava outro serviço à ordem pública, abafando o motim irrompido a 23 de outubro, no quartel dos soldados de segunda linha, que exigiam do Governo o sôldo diário de 320 réis, a exemplo do que sucedia na vizinha Província do Sul.

Daquela época até 1848, estiveram entregues ao serviço normal do Corpo, os encargos: guarda de repartições, policiamento e captura de escravos e criminosos.

Em princípios de novembro de 1848, irrompeu, em Pernambuco, uma insurreição popular a que foi dado o nome de "Revolução Praieira" e que durou até os meados de 1850.

Para aquela Província seguiu um contingente de 84 homens, composto de tropa de primeira linha e do Corpo de Polícia, sob o comando do cap. Genuíno Antônio de Almeida, que na manhã do dia 13 de novembro travou combate com os revoltosos em Goiana. Os rebeldes invadem a Paraíba chegando, a custa de constantes e sangrentos encontros, a Brejo de Areia, onde sofreram grande revés, conseguindo, no entanto, sobreviver uns 130 homens que se retiraram em ordem.

A 16 de fevereiro de 1852, rebentava no interior da Província a revolução

conhecida popularmente por "Ronto da Abelha", motivada pela execução do regulamento de 18 de junho de 1850, acerca do registro de nascimento e óbitos.

Nesta revolta, novamente se fez sentir a ação pronta e eficaz da disciplinada tropa do Corpo de Polícia que, com a colaboração da tropa de 1.^a linha, restabeleceu a ordem dentro de poucos dias.

Declarada a guerra ao Paraguai, em 1865, a Força Policial fez seguir um contingente ao lado do Exército de Caxias, o qual tomou parte ativa, como tropa de vanguarda, nos combates oferecidos ao ditador Solano Lopez. Então, mais uma vez, deu provas de bravura, patriotismo e desprendimento, sob o troar da artilharia, crepitar da fuzilaria e as cargas da cavalaria inimiga.

Retornando dos campos paraguaios, a 30 de julho de 1870, com a honra do Brasil lavada em sangue de herói, retomam novamente os soldados da Polícia Paraibana a vida normal de perseguição ao crime.

O regime imposto em 1889, com a Proclamação da República, foi aceito com entusiasmo e patriotismo pela Força Policial, que via nêles uma alta aspiração social do povo brasileiro e um grande progresso político para o País. E, por isso, tiveram de lutar contra as emboscadas e motins formados pelos descontentes.

Em 1911, já com a denominação de Batalhão de Segurança, um contingente de 100 homens foi incumbido de pôr termo às desordens verificadas em Alagôas do Monteiro. Nessa campanha cognominada de "Santa Cruz", a Polícia Paraibana portou-se à altura da sua tradição honrosa a serviço da ordem pública.

Em 1924, quando surgiu a 5.^a de julho, em São Paulo, uma rebelião chefiada pelo general Isidoro Dias Lopes, ficou a Polícia Militar ao lado das forças nacionais fiéis ao Governo.

De 1926 a 1928, teve a Polícia Paraibana de combater a onda de cangaceiros que trazia em inquietações as zonas distantes da Capital. Por essa época, estava no comando da nossa Corporação, o cel. Elísio Sobreira que, indo pessoalmente aos campos de luta, pôde expulsá-los do território paraibano, deixando livre do flagelo do cangaço o nosso povo sertanejo. Não era somente a Paraíba o "habitat" dos desajustados sociais, pois, outros Estados do Nordeste como Alagoas, Pernambuco, Rio G. do Norte, e Ceará foram perturbados por incursões e correrias de grupos de malfetores. Em razão desse estado de coisas foi realizado um convênio entre aqueles Estados, para que suas polícias tivessem ação conjunta e sistemática contra os bandos facínoras. Essa campanha logrou grande êxito e foi referida pelo Governo João Suassuna, em mensagem dirigida à Assembléia Legislativa. Ainda nêles ano, ao assumir o governo da Paraíba o Presidente João Pessoa, encontrava-se o tenente João Costa a serviço no interior do Estado, no comando de uma volante, dando captura aos cangaceiros e criminosos que se encontravam foragidos nos recôncavos paraibanos cumprindo, assim, o programa de repressão estabelecido pelo convênio interestadual.

Em 1930, com o rompimento do chefe político de Princesá, deputado José Pereira, com o governo do Presidente João Pessoa, a 23 de fevereiro, rebentou um movimento armado com repercussão política fora do Estado, por

ter aquele Presidente negado apôio de seu Estado à candidatura oficial. Esse movimento, a que de início talvez não se desse tanta importância, custou à Polícia Militar sete meses de luta sangrenta, numa situação precária de conforto e material, cujos rasgos de heroísmo e bravura de seus soldados foram descritos pelo ilustre conterrâneo, escritor João Leles, em seu livro "A Campanha de Princesa". Essa luta, que levou a Polícia da Paraíba bem alta no cenário nacional, roubou muitas vidas preciosas de nossa Corporação, impôs ao Governo do Estado os mais angustiosos dias e à família paraibana amarguras infinitas.

Em 1932, ao rebelar-se o povo paulista, estava a Polícia Militar, como sempre, obediente às ordens do Governo. Para São Paulo seguiram, além de um batalhão do efetivo, três ditos provisórios. Sob o comando do cap. do Exército Aristóteles de Souza Dantas, o primeiro batalhão entrou logo em luta, demonstrando intrepidez e valor guerreiro. Na passagem do Rio do Peixe e nos combates de Itapira, Pedreiras, Amparo, Rio das Almas e outros, as tropas da Polícia Paraibana deixaram em evidência a temeridade de sua bravura, apesar de ter sido uma luta inglória entre irmãos. Essa revolta do povo paulista deixou, também, patentes à indômita bravura e alta visão dos filhos de São Paulo, que desejavam a constitucionalização do Brasil.

Terminando as campanhas feitas a bem da ordem e do bem-estar do País, um batalhão da Polícia Militar deslocou-se em 1935 para o vizinho Estado

do Rio Grande do Norte, onde, em novembro desse ano, houve uma sublevação comunista que estourou simultaneamente com as havidas em Pernambuco e no Rio.

Em tôdas essas agitações, a Polícia da Paraíba deixou nitidamente claros a fidelidade e o valor do soldado nordestino. Levando uma vida obscura de desconforto e sacrificio, a Polícia Militar soube impôr-se à confiança e ao respeito de seus patrícios. A sua história é a própria história da Paraíba e do Brasil, porque ela marchou pelos territórios do Estado e da Pátria indo aonde era reclamada a sua presença para defender o Governo e a honra do Brasil. Jamais houve em seu seio manifestação coletiva que manchasse a sua dignidade.

Se não temos a cultura e a cortesia de um "policeman" americano para servir melhor aos nossos concidadãos e ao próprio Governo, devemos à nossa condição social; mas não nos tem faltado boa vontade de ajustar a nossa eficiência a uma boa organização.

Pelo passado glorioso e pelos serviços prestados ao País, a Corporação ainda tem um grande destino a cumprir, porque, como disse o magno democrata Presidente Roosevelt, para haver ordem, disciplina e paz, "a América só precisa de Polícia". E' certo que estamos num período de transição, em que vemos a desorganização, os nossos êrros; mas, futuramente, quando os responsáveis alargarem a visão, estaremos coesos, nós e as co-irmãs, formando uma só Instituição com qualidades para guiar e defender o nosso Povo.

CAFÉ ROCHA, sempre gostoso

Bilhetes a um Aspirante ⁽¹⁾

SEGUNDO BILHETE

DEDICA AOS TEUS HOMENS CONFIANÇA E RESPEITO

Só depois de haveres estabelecido a tua manobra, analisando atenta e minuciosamente o material humano que te foi confiado, conhecida a estrada a percorrer e decidido os métodos a utilizar, poderás, gradualmente, abandonar tua reserva, "ceder as rédeas".

Dá tuas ordens, que exalem confiança em ti e em teus homens. Muita, muita calma. Nada de nervosismo. Foge da redundância e da repetição. Esforça-te por transmitir aos teus subordinados a impressão de que os consideras bons soldados, inteligentes, merecedores de confiança. Jamais esqueças que o fato de um dia poder estar, junto de ti, exposto à mesma morte gloriosa em defesa do Brasil, torna o pior dos soldados digno do teu respeito.

Cautela! Pensa que certos caracteres podem ter se azedado e muitos corações se confrangido sob a ação enervante do teu antecessor. Evita, pois, extinguir a chama que ainda crepita. A ocasião é propícia. Consente que essas almas se entreguem, a ti, de novo e sem reservas. E' a oportunidade que tens, novo chefe, de tomá-las em tuas mãos e mostrar que — "a paz descera sobre os homens de boa vontade". Nada de dúvidas! Nada de gritos! Nada de palavras grosseiras!

Lembra-te que a condução de seres humanos é uma arte difícil. No Exército Brasileiro, condenados à eterna vida de guarnição, salvo um pugilo de oficiais que estiveram na FEB, não lhe emprestamos o devido valor. O conhecimento do homem não se improvisa. Pede estudo e subtileza. Exige teoria e prática. Impõe o conhecimento dos complexos elásticos de sua alma.

Mãos à obra. Esforça-te por desenvolver as tuas faculdades de observação. Torna-te um psicólogo. Mas, acima de tudo, sê HONESTO.

(1) Os BILHETES foram extraídos da obra de Arthur Deloge — CONDUIRE LES HOMMES! (Nota do autor).

Antônio Vieira

Inspetor da Guarda Civil de São Paulo
Representante de MILITIA

POLÍCIA

Policiamento — Policiamento Preventivo e Repressivo — Polícia Administrativa e Polícia Judiciária — Zonas de Policiamento — Delinquência.

Policiamento. No presente trabalho, algumas noções suscintas relativas ao serviço de vigilância de ruas, apresentadas de ordem prática, terão o objetivo de contribuir para o conhecimento da polícia moderna.

O policiamento é a função primordial da polícia. A palavra polícia deriva do vocábulo grego «poliquis», que quer dizer protetor da cidade. A primeira forma era «politeia» (vb. grego que significa governo, administração). Assim sendo a polícia deveria ser o meio para coordenar e harmonizar a sociedade.

Partindo-se da atribuição que se lhe delegara, cabe algumas perguntas e alguns esclarecimentos sob a honestidade das fontes das suas pesquisas. O policial deve denunciar por obrigação e princípio todo e qualquer fato que chegar ao seu conhecimento? O policial não obstante conhecer por denúncia de terceiro, fatos os mais variados, deve antes de tudo indagar se interessa ou não comunicá-los às autoridades?

O interesse social é que deve determinar a denúncia. Levar ao conhecimento dos chefes de serviço

ou de superiores hierárquicos, certos fatos, mesmo graves, cujo segredo fora obtido por meio de processos mesquinhos, é negar a verdadeira finalidade educativa da polícia. Denunciar pelo simples prazer, para ser agradável e obter vantagens a custa de injustiças, de baixos processos, é desempenhar a função de «alcaguêta» ou de «dedo duro» (1).. Denunciar por prazer não é ato de polícia, mas de degradação policial.

O desprezível «alcaguêta» sob todos os pontos de vista, constitue uma planta nociva que vegeta, infelizmente, em quase tôdas as corporações policiais dos países civilizados. O processo que emprega para desempenho de suas funções são incompatíveis com as boas normas a que deve obedecer o policial honesto e certo de seu verdadeiro papel, pois, muitas vezes, alguns componentes da sociedade julgam que realmente a polícia exerce função educativa e orientadora.

Para obter dos companheiros o segredo de que necessita para fundamentar uma denúncia, o «dedo duro» chega ao cúmulo de deixar-se prender, permanecendo na prisão muitas

(1) alcaguêta ou dedo duro, malfetor que denuncia os companheiros.

horas, às vèzes muitos dias. O seu papel é tão indigno, que as próprias pessoas, por conta de quem age, terminam por votar-lhe, dentro em pouco, completo deprêso.

O policial honesto deve alertar-se contra o «alcagüeta», evitando principalmente desempenhar-lhe o papel. Quando o interêsse social corre perigo, não deve o agente poupar esforços para ampará-lo, aproveitando-se dos próprios recursos da investigação moderna. E em se tratando dos deveres e funções de um bom guarda, acêrca do papel social da polícia, urge que se entenda o vocábulo «guarda» no sentido lato da expressão, pertença êle a qualquer, das instituições de policiamento.

Os fins justificam os meios quando empregados com dignidade, sempre que seja de evidente utilidade e de interêsse social. Afinal para amparar a sociedade com fins nobres e justos, o policial desdobra-se e, mesmo chega ao sacrificio pessoal. Deve proceder com coragem, dedicação e honestidade.

Os processos subordinados à delação ou à «alcagüetagem» não trazem proveito e enfraquecem a própria polícia, porque as investigações passariam a moldar-se na mentira, nas fantasias românticas etc., e o mesmo intruso teria a facilidade de intrigar os bons funcionários com os chefes de serviço, a fim de obter das autoridades certos favores.

A função da polícia como se vê é educar e orientar, por conseguinte a grande observação dos seus elementos deve superar a daqueles que

exercem funções ou trabalho diferente. Demais a perspicácia da delinqüência profissional impõe à polícia melhorar cada vez mais sua técnica contra os malfeitores. Se não houver por parte da polícia um trabalho de convicção, os delatores ou «alcagüetas» terão ascendência, sôbre os agentes, perante as autoridades.

O malfeitor, mesmo detido, mantém intensa observação em tudo quanto se passa na polícia, interessando-lhe particularmente os característicos dos policiais. Quando tal individuo permanece na chamada «sala de manjamento» (2) na polícia, a fim de que os agentes o observem, não raro se verifica o contrário, pois os delinqüentes, aproveitando-se da desídia ou da despreocupação de cada um dêles, decoram-lhes tôdas as minúcias fisionômicas.

Enquanto os agentes da mesma sala se divertem com os colegas, contando-lhes anedotas, ou preocupando-se com proesas e licenciociedades, os meliantes mentalmente, num simples coçar de orelha ou nariz, dos primeiros, imaginam até um sósia para confrontar com o «tira», (3) de cuja fisionomia não pretendem esquecer. Neste caso o agente perde terreno ao policiado, e em vez de «manjar» é «manjado».

Em consequência, o meliante encontra facilidade em safar-se ou segundo a gíria em «pirar» (4) ao perceber de longe á presença do «tira». Numa aglomeração, por exemplo, nos pontos de bondes, ônibus etc., quando o «punguista» (5) lá se acha,

(2) sala de manjamento, sala na qual os agentes ficam conhecendo os ladrões.

(3) tira, agente de polícia.

(4) pirar, fugir.

(5) punguista, batedor de carteira.

realiza atenta observação sobre a multidão e é capaz de destacar entre a aglomeração um agente que vê pela segunda vez. É claro que o «lunfa» (6) se «esquinaça» (7) ao perceber a iminência da detenção.

Policiamento Preventivo e Repressivo. Mantém-se a ordem na via pública por dois modos: prevenindo ou reprimindo o delito ou a contravenção. A mais nobre missão, porém, é a de prevenir o delito, evitando-se danos morais e materiais.

Os menores «chocadores» de veículos, jogadores de football petêca, caixeta etc., na via pública, os banhistas imprudentes e contraventores, seriam vítimas mais constantes do excesso de liberdade se não fosse a vigilância preventiva.

O número de ocorrências policiais, contravenções e crimes aumentaria assustadoramente, os desastres de veículos, a toxicomania, o roubo, o furto, enfim, os delitos nas suas múltiplas modalidades, tomariam proporções incalculáveis. A substituição seria às claras. O candidato ao suicídio não iria muito longe para limitar a sua existência.

Em face de problemas sociais que dependem de solução imediata, não se dispensa a polícia preventiva, que impede a todo o momento a consumação de grande parte de delitos e contravenções.

Vê-se com freqüência que a intervenção prudente e orientadora de um policial, evita quase sempre a prática de ocorrência em via de registrar-se. Estatística cuidadosamente organizada, demonstrará o quanto é útil o policiamento preventivo.

(6) lunfa, ladrão de qualquer espécie

(7) esquinaçar, fugir dobrando a esquina.

A ação preventiva se manifesta direta ou indiretamente:

a — quando exercida secretamente, sobre pessoas ou classes de quem se espera e se pretende impedir atos danosos.

b — quando exercida de modo geral, como nos patrulhamentos, nos logradouros públicos, nas diversões, festas populares etc.

Polícia Administrativa e Polícia Judiciária. Em 1791, diz o jurisculto João Mendes de Almeida, no «Processo Criminal Brasileiro», a Assembléia Nacional Francesa definiu a missão geral da polícia, dizendo: «A polícia considerada em suas relações com a segurança pública, deve prender-se à ação da Justiça. A vigilância deve ser o seu caráter principal». E os artigos 19 e 20 do Código do «Brumário», de 1794 fixaram a distinção entre polícia administrativa e a polícia judiciária.

A polícia administrativa tem por objeto a manutenção habitual da ordem pública em cada lugar e em cada parte da administração geral.

Tende principalmente prevenir os delitos.

A polícia judiciária investiga os delitos que a polícia administrativa não pôde evitar que fossem cometidos; colige as provas e entrega os autores aos tribunais, incumbidos pela lei de puni-los.

A polícia administrativa é mais de ordem geral do que particular, procede por meio de posturas, avisos e disposições preventivas.

Portanto, exerce uma missão de providência, tomando conhecimento das pessoas suspeitas, dando passa-

portes aos viajantes, desviando as causas de perturbação da ordem, paz e segurança pública; modificando os fatos que possam ser ocasião de desordem e delitos, vigiando os indivíduos perigosos; reftreando as provocações das ruins paixões, os excessos dos vícios, a audácia dos malfetores. Procura coligir indícios e provas após a consumação do delicto. Não aprecia e não define o caráter geral desses indícios e dessas provas. Prepara a ação do juiz, mas não participa dessa ação senão para executar os mandados judiciais.

Faustin Helie afirma que a policia é «olho da justiça», e que é preciso que seu olhar se estenda por toda a parte, que seus meios de atividades, como uma vasta rede, cubram o território a fim de que, como a sentinela, possa dar alarma e advertir o juiz; «é preciso que seus agentes, sempre prontos aos primeiros ruídos, recolham os primeiros indícios dos fatos puníveis, possam transportar-se, visitar os lugares, descobrir os vestígios e designar as testemunhas e transmitir às autoridades competentes todos os esclarecimentos que possam servir de elementos para instrução ou formação da culpa; ela edifica um processo judiciário».

Entre nós, depois da célebre sessão de 20 de Setembro de 1871, da Câmara dos Deputados, na qual surgiu a lei 3033, não mais foram usados os termos «policia administrativa» e «policia judiciária».

Depois da proclamação da República, o decreto 436, de Maio de 1890, igualmente não empregou a expressão «policia judiciária».

Não há portanto, policia administrativa e policia judiciária e as

leis vigentes não usam dessas expressões, para designarem a dupla função policial: a preventiva e a repressiva. Em síntese: que é policia preventiva e policia repressiva? Quando no seu papel de vigilância, a autoridade, cuida do sossêgo, reftreando as provocações dos indivíduos perigosos, os excessos dos vícios etc., pratica policia preventiva. Quando surge no encaço dos criminosos, após a perpetração do delicto e procede as diligências necessárias ao seu esclarecimento, organizando inquéritos policiais para as instruções dos processos, pratica atos de policia repressiva.

A policia preventiva ou administrativa e à policia repressiva ou judiciária admite-se exerçam a função de policia civil (que delibera) e de policia militar (que executa).

Zonas de Policiamento. O problema do policiamento cada vez mais se torna delicado, exigindo, não somente maior critério, mais perfeito conhecimento, por parte daqueles que são incumbidos de exercê-lo, mas exigindo igualmente o concurso do povo, especialmente na prevenção das causas originárias dos delitos ou contravenções.

Nas capitais de intenso movimento, onde há ocorrências policiais, freqüentemente, considera-se o policiamento dividido em quatro zonas, que podem ser assim denominadas:

- 1 — Zona perigosa
- 2 — Zona intermediária
- 3 — Zona do meretrício
- 4 — Zona pacífica.

Zona perigosa. Esta classificação abrange os perímetros das casas suspeitas, onde a desordem é manifesta, porque seus freqüentadores são

na maioria intoxicados por bebidas e entorpecentes, criando ali um ambiente pernicioso, de contínuas ocorrências policiais.

Zona intermediária. A zona intermediária embora não apresente as mesmas condições de delinquência, nela, entretanto, se registram frequentes crimes, originando quase sempre escândalos.

Zona do meretrício. A zona do meretrício é uma concentração de lupanares, nos quais as mulheres mercantilizam o seu próprio corpo com indivíduos procedentes dos mais duvidosos recantos, resultando, em consequência, fatal disseminação da sífilis, a mais devastadora das moléstias sexuais. Nelas a prostituição revela as duras misérias humanas, através de ocorrências policiais que se registram com maior frequência que em qualquer outra zona.

Zona pacífica. A zona pacífica compreende os bairros residenciais, onde os escândalos e os crimes nem sempre estão ao alcance das vistas de qualquer indivíduo, e às vezes, da própria polícia.

Delinquência.

Delinquência é a manifestação dos delitos e contravenções, que podem originar-se de um indivíduo, de um grupo de pessoas, ou de uma nação. Delinquência é a quantidade de crimes e contravenções praticados numa sociedade.

Para combatê-la é preciso: cultura popular, meios adequados, eliminação das contradições que entavam o progresso, tendo-se vista que em 90% dos casos, a delinquência resulta da má organização social.

Surgido o delinquente, em vez da sociedade promover os meios de transformá-lo num ser útil, agrava-lhe a situação, pois em lugar de curá-lo, estigmatiza-o.

Segundo a criminologia moderna, não escapa viva alma infensa a atos de delinquência, do que se conclue que todo o ser humano é um delinquente em potencial. Daí a exigência da educação da polícia para que seus agentes possam agir com especial cuidado, para não se tornarem os principais veículos da sua propagação.

Injetar-se indireta ou diretamente no indivíduo a gota da suspeita é contribuir ou inculcar a criminalidade, pois, uma vez que o hipócrita e o servil são tidos como delinquentes (e em potencial todo o ser humano é delinquente), o simples agente analfabeto nada solucionará, em virtude do problema exigir a ação sincronizada da justiça, povo e polícia.

Para combater a delinquência, o remédio não é somente a repressão policial ou a encenação de criar-se departamentos técnicos para a ilustração daqueles mais representativos policiais, cuja missão é deter os indivíduos e entregá-los ao promotor público para acusá-los, e aos juizes para condená-los; para combatê-la com o propósito de suprimir o crime, anular o peculato, e criar no povo nova concepção de vida, o remédio realmente é a educação da polícia.

Na Suíça e em Suécia a polícia não é mais que expressão orientadora e educativa, em virtude do nível de civilização que alcançaram seus povos.

Banco do Estado de S. Paulo S. A.

CAPITAL REALIZADO: CR\$ 100.000.000,00

DEPÓSITOS — EMPRÉSTIMOS — DESCONTOS —
CAMBIO — COBRANÇAS — TRANSFERÊNCIAS —
TÍTULOS — COFRES DE ALUGUEL



M A T R I Z :

PRAÇA ANTONIO PRADO N.º 6 — SÃO PAULO

CAIXA POSTAL, 789

Enderêço telegráfico: BANESPA



53 AGENCIAS NO INTERIOR DO ESTADO; UMA NO RIO DE
JANEIRO E OUTRA EM CAMPO GRANDE (Estado de Mato Grosso)



AS MELHORES TAXAS — AS MELHORES CONDIÇÕES
RAPIDEZ — EFICIÊNCIA

A história é esta...

A — ASPECTO GERAL DA EVOLUÇÃO ECONÔMICA DAS CAPITANIAS DE SÃO VICENTE E NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE ITANHAEM (CAPITANIA DE SANTO AMARO).

CAPITULO I

De 1532 a 1554

A lavoura canaveira no litoral e a agricultura no Planalto. Início da formação do espírito militar dos paulistas.

Com a «fragmentação do poder como meio de defesa e administração» (1) iniciava-se o período das Capitanias Hereditárias do Brasil colonial. A Martim Afonso de Souza cabia o seu quinhão de cem léguas de costa pelos seus grandes serviços prestados a el-Rei de Portugal. Constituiu esse quinhão a Capitania que se chamou de São Vicente, onde se fundou o primeiro núcleo colonial (de igual denominação), justamente na ilha desse mesmo nome, como um meio de defesa contra os ataques dos índios da terra recém-descoberta.

Era esse núcleo o ponto de partida e de apóio, no sul da Colônia, segundo o Tratado de Tordesilhas (linha teórica de demarcação dos limites das colônias portuguesa e espanhola, na América, e que cortava o Brasil nos pontos extremos se-

guintes: a ilha de Marajó, no Norte, e Laguna, no Sul), para a colonização portuguesa, a base inicial para a consolidação de seu domínio e posse da Terra, através a economia açucareira, primeiro na ilha, depois no litoral, e, conseqüentemente, o início do povoamento com os adventícios da Lusitânia, nesta parte da Colônia.

Em 1532, com a fundação da Vila de São Vicente, tem início, no litoral da Capitania, com os primeiros colonizadores da expedição martim-afonsina, o ciclo açucareiro pela plantação e exploração da cana de açúcar, despertando o espírito de defesa dos povoadores, já em terras brasileiras.

Nessa época, já se contavam cerca de seis engenhos de açúcar, movidos a água. Em Varnhagen, encontramos a esse respeito o seguinte trecho:

(1) Oliveira Viana — "Evolução do Povo Brasileiro", 181.

"Foi igualmente esta Capitania a primeira que apresentou um engenho de açúcar moente e corrente, havendo para êsse fim o donatário feito sociedade com alguns estrangeiros entendidos neste ramo de máquina agrícola, como os Venistes, Erasmos, e Adornos, sem dúvida no Brasil mesmo, e propagadores de tal indústria, que primeiro permitiu que o país se pudesse reger e pagar os seus funcionários, sem sobrecarregar o tesouro da Metrópole" (2).

Por essa informação preciosa e autorizada do insigne historiador, vemos que as condições mesológicas do litoral de São Vicente permitiram uma indústria açucareira significativa para aquela época de grandes dificuldades de toda espécie, no novo meio a colonizar. Mas essa exploração agrícola do litoral vicentino, proporcionando indústria açucareira aos novos moradores desprotegidos de toda sorte por parte da Metrópole (protegidos, porém, apenas pelo isolamento da ilha em relação aos ataques dos índios do litoral, apesar de significativa para sua manutenção), era incipiente e rudimentares os resultados de sua produção. Não era tão extensa ou intensa como a que mais tarde se processou e se desenvolveu vantajosamente no Nordeste, dada a pequena área agricultável, não só da própria ilha sujeita a inundações, como da faixa estreita do próprio litoral, imprensado entre os abruptos da serra do mar e a orla atlântica. É verdade que tínhamos um clima quente e úmido e um só apropriado — o aluvião; porém, sem se comparar com a extensão do massapê do Nordeste,

sob um clima ainda mais quente que o vicentino, mas que associado ao fator posição geográfica em relação à Metrópole, permitiu a esta região, pela sua maior proximidade dos mercados consumidores e redistribuidores do produto, u'a melhor e mais lucrativa exploração açucareira.

Dadas essas diferenças de vantagens e desvantagens, na produção açucareira, muito cedo, fatalmente, a concorrência econômica, entre elas, fez com que o Nordeste passasse a auferir melhores lucros, segundo a fórmula de produção: $P = T + M + C + t + c$ (T = ecologia; M = mão de obra; C = capital; t = transporte; c = consumo). Isto fez com que o litoral vicentino perdesse, lentamente, a partir da segunda metade do século XVI, as primeiras vantagens conseguidas com grandes dificuldades.

Todos aqueles fatores o Nordeste os possuía em melhores condições que o litoral vicentino e principal e particularmente, o que se relaciona com os transportes, dada a maior proximidade do centro de produção de de consumo — a Metrópole e as colônias americanas.

Examinemos rapidamente êsses fatores, que, quase todos nascentes num mesmo lugar do espaço, dificultavam e impediam aos colonizadores da Capitania de São Vicente uma exploração em grande escala ou compensadora a sua efetivação econômica:

a) em primeiro lugar e talvez o mais decisivo em desfavor da exploração açucareira vicentina é o fator distância. Como sabemos, o

(2) Varnhagen — "História Geral", T. 1, 204, 4.ª ed.

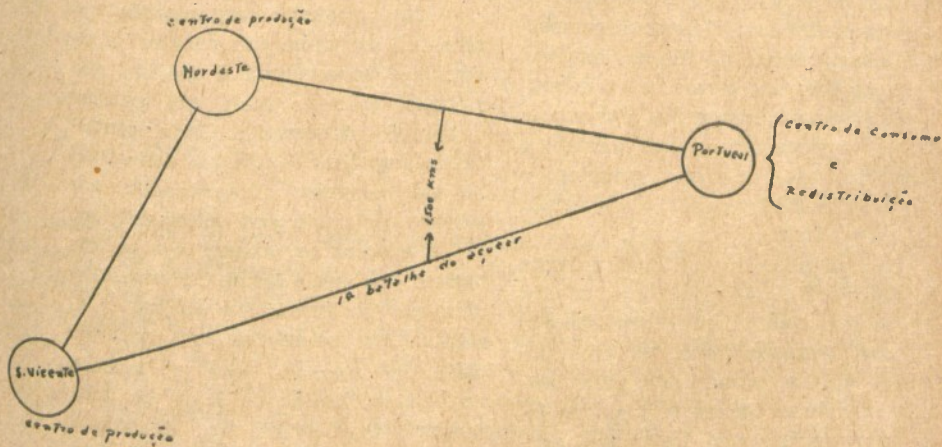
centro de produção açucareira do litoral vicentino se achava e se acha a cerca de 1.500 quilômetros para mais em relação ao Nordeste, muito mais próximo do centro de consumo e redistribuição — Lisboa. Da forma em que se encontravam, naquela época, as dificuldades e deficiências dos meios de transportes marítimos, a produção do açúcar vicentino era pouca e quase nulo o resultado econômico de sua exploração.

Naquela época, um veleiro de transporte tinha, em média, uma velocidade de 2 kms. horários. Ora, calculando-se uma velocidade média diária de 50 kms., um veleiro teria que vencer os 1.500 kms. de distância entre o litoral vicentino e o

tanto, uma carga aproximada de 40 vezes maior.

Dessa forma, o açúcar tinha que ter um preço maior que o nordestino, porque grande era a diferença de frete marítimo entre os dois centros produtores coloniais.

b) em segundo lugar, as condições mesológicas do litoral vicentino (clima, faixa estreita do litoral, o solo pouco apropriado, os ataques dos índios e piratas do litoral, transportes quase nulos, as pestes, falta de mão de obra, de capitais e de consumo, etc.) impediam uma exploração açucareira que pudesse, mesmo em grande escala, nesta região difícil e hostil, compensar os trabalhos agrícolas e manufatureiros dos primeiros colonizadores portu-



Nordeste, em 30 dias ou mais, o que naturalmente tornaria o produto mais caro.

Além disso, a capacidade de carga do veleiro era de cerca de 200 toneladas, número esse bastante pequeno si compararmos com o atual, que é de 8.000 a 9.000 toneladas, por-

gueses isolados «neste cabo do mundo».

Os colonizadores do litoral vicentino, limitaram-se, naturalmente, a uma exploração rudimentar, mas que permitiu, em todos os casos, uma fixação do homem à terra e preparou, desde então, pela experiência das

dificuldades a vencer no novo meio, u'a mentalidade de luta constante para a sobrevivência.

A fixação do colonizador e as dificuldades reinantes, que impediam a penetração, não só do homem, como de sua atividade açucareira, determinaram e desenvolveram, muito cedo, um forte sentimento de posse em consonância com um «espírito de defesa» da terra ocupada, marchando ambas paralela e gradativamente com a penetração até a transposição da serra do Mar — um novo obstáculo a vencer pelos primeiros colonizadores, nesta parte da Colônia. Até aí chegou, no início, a exploração agrícola do açúcar vicentino.

Uma vez ocupado o litoral, esboça-se já uma sociedade pela organização do governo e ocupação de alguns pontos importantes e as sucessivas imigrações do Reino, se bem que em pequena escala, e os colonizadores procuraram consolidar a posse e se prepararam para ganhar o Planalto, que, pela sua grandeza e movimentação topográfica, os atraía de uma maneira irresistível.

E' justamente no litoral, durante a indústria açucareira, que se fêz necessário, desde logo, a organização de uma pequena força, ou uma pequena milícia, constituída pelos reinóis e mesmo alguns índios, que logo se mantiveram leais aos portugueses. Assim, escreve o ten. cel. Pedro Dias de Campos, em seu livro:

“E' assim que, pela Câmara de S. Vicente, foi promulgado em 9 de setembro de 1542, um “Termo” dando organização a uma milícia, formada pe-

los colonos e índios. Nesse “Termo” se obrigavam igualmente aos reinóis domiciliados nos campos, a concorrer com os vicentinos no serviço das armas, para o que foram previamente recenseados. Era um esbôço de serviço militar obrigatório.

Os belicosos tupiniquins, amigos dos portugueses, para a formação dessa milícia concorreram com elevado número de guerreiros, calculados para mais de dois mil arcos.

Estava criada a primeira organização movel de defesa militar” (3).

Era, pois, um pequeno exército, constituído orgânicamente de índios e reinóis, chefiado pelos mais corajosos e armados de arcos, flechas e outros apetrechos bélicos dos índios da terra e armas trazidas pelos colonizadores.

Essa pequena organização já semi-militar tinha um caráter ofensivo que se avoluma à medida que a penetração se fazia até ganhar o paredão da serra do Mar, procurando dispensar os ataques dos índios aí estabelecidos e agrupados em guerra declarada aos colonizadores.

Dispersos os ataques dos índios, muitos dos quais foram aprisionados em «guerra justa» ou «injusta» e, estando os moradores com necessidade de escravos para a lavoura canavieira, trataram logo de empregar tais índios nos trabalhos agrícolas e mesmo domésticos. Iniciava-se, assim, o apresamento junto ao litoral, em pequena escala, cousa que aumenta consideravelmente, quando se organizam as bandeiras, que, de São Paulo, se irradiam em grande número para o sul e oeste,

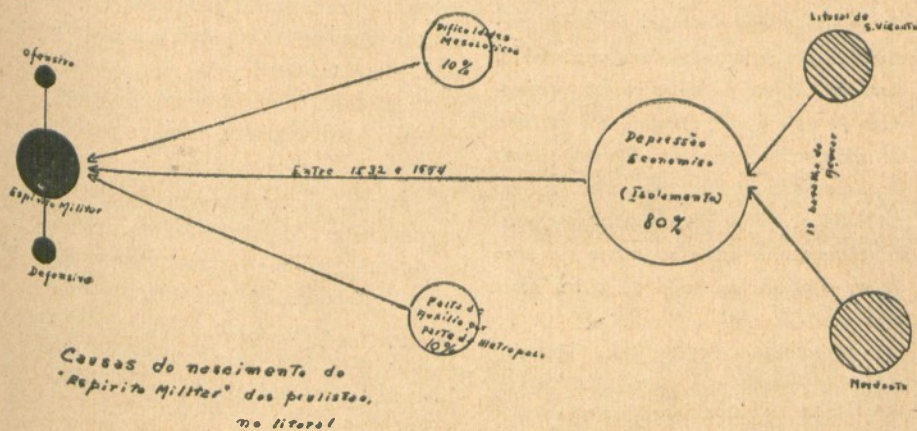
(3) Ten. cel. Pedro Dias de Campos — “O Espírito Militar Paulista”, 6.

em busca da «mercadoria humana» já semi-manufaturada para vendê-la ao Nordeste, sedento de braços escravos para as lavouras açucareiras.

Esse preamento do litoral, apesar de pequeno, levado pela necessidade econômica, formava e despertava também um «espírito ofensivo» cada vez mais aguçado que se desenvolve solidamente, quando o mameluco herda, pela sua própria natureza, parte

nômica existente e, como tal, seu único meio de vida, pois que a exploração ou pesquisa aurífera fôra infrutífera no litoral.

Sem um meio de vida que pudesse ou possibilitasse a permanência do colonizador no litoral de São Vicente, esse só teve uma alternativa forçada: a transposição da serra do Mar. Agora, o Nordeste monopolizava a produção açucareira, atraindo



da belicosidade da gente nativa e coragem dos colonizadores lusos.

Vencidas as dificuldades e, uma vez dominado o litoral pelo colonizador, a partir da segunda metade do século XVI, iniciava-se a «primeira batalha do açúcar» entre os dois centros de produção — o litoral de São Vicente e o Nordeste.

Dessa concorrência econômica, que é uma luta surda entre as duas partes extremas da Colônia, sae vencedora a segunda, pelas razões e fatores já expostos.

Vencendo o Nordeste essa batalha, vai o litoral vicentino perder, pouco a pouco, a sua atividade eco-

grande massa de colonizadores, enquanto que o Sul permanecia isolado, esquecido e na miséria. Enquanto isso, dominava no Planalto o português João Ramalho com sua prole numerosa, em Santo André da Borda do Campo, fazendo e monopolizando o comércio de escravos vermelhos.

A transposição da serra do Mar, pelo colonizador luso do litoral, se realiza ao início da depressão econômica causada pela vitória do Nordeste açucareiro. Todavia, quem primeiro transpôs o paredão, foi o jesuíta na sua missão de catequese. Além disso, a possibilidade da existência do ouro além dessa barreira

orográfica, sempre atraiu os colonizadores do litoral e agora os precipitou pela crise econômica resultante da perda dos mercados consumidores pelos vicentinos.

Quem nos mostra claramente as dificuldades dessa transposição é o jesuíta Simão de Vasconcellós:

"Não é caminhando que se faz maior parte da viagem, é de rastros sobre as mãos e os pés, agarrando-se às raízes das árvores, em meio de rochedos ponteados e de tão terríveis precipícios que eu tremia, devo confessá-lo, quando olhava para baixo. A profundidade do vale é aterrorizante e o número de montanhas que se elevam, umas próximas das outras, faz quase perder toda esperança de chegar ao fim. Quando se acredita estar no cume de uma delas, chega-se ao sopé de outra mais alta" (4).

Para quem fazia uma viagem longa, atravessando o Oceano Atlântico com enormes dificuldades, sem segurança, sem recursos, sem conforto, durante meses de incertezas para uma feliz chegada e assim mesmo para uma região completamente desconhecida, ingrata, hostil, sem meios de defesa, sem auxílios por parte da Metrópole e sujeitos os expedicionários a constantes ataques, não só dos naturais da Terra virgem, como dos piratas do litoral, essa transposição da serra do Mar se lhes apresentava um obstáculo tão difícil quanto o primeiro — o

da travessia marítima. E só podiam realizá-lo os mais fortes, os mais preparados física e moralmente. Sim, porque, os fracos, os vencidos permaneciam lá na Ibéria, junto às suas quintas, cantarolando as façanhas dos desbravadores quixotescos. Só vinham os «Quixotes», enquanto que os tímidos, os «Sanchos» permaneciam lá na Península Ibérica.

A travessia marítima, pela sua natureza, determinou uma primeira seleção físico-moral dos expedicionários chegados em terras vicentinas. Porém, uma vez aqui chegados, no novo meio terrestre, procedeu-se, naturalmente, uma segunda seleção.

Foram essas duas seleções que prepararam a mentalidade de arrôjo, coragem dos que sobreviveram no litoral vicentino e transpuseram, dessa forma, a serra do Mar, em verdadeira escalada épica, conforme nos descreve o jesuíta Simão de Vasconcellos.

Quando no Planalto intra-serra, após o caldeamento iniciado por João Ramalho, gerando o mameuco, que já é um produto da terra, aquelas qualidades foram transmitidas por hereditariedade com uma dose ainda maior, dada a origem belicosa do nativo.

— : : —

No proximo número cuidaremos do mameuco, no Planalto paulista e a fundação de São Paulo, etc...

(4) "Crônica da Companhia de Jesus" e citado p. Alfredo Ellis em seu Boletim n.º 6, pgs. 35 e 36, da Cadeira de História da Academia Brasileira.

NOTICÁRIO

O PRIMEIRO PAVILHÃO PARA O 6.º B. C.

— SUA INAUGURAÇÃO, EM SANTOS, PELO GOVERNADOR DO ESTADO —

Realizou-se, a 2 de abril, a cerimônia inaugural de parte do novo quartel do 6.º B. C. da Força, à avenida cel. Montenegro, em Santos. O ato, que teve aspecto festivo, contou

com a presença do Governador do Estado, altas autoridades civis e militares e pessoas de destaque, entre as quais notamos as seguintes: dr. Cesar Lacerda Vergueiro, secretário

Em primeiro plano, instantâneo das autoridades presentes ao ato inaugural e, ao fundo, um aspecto do novo pavilhão.





exma. sra. Brum Ferlich procede ao descerimento da placa comemorativa.

da Justiça; cel. Herbert M. Vasconcelos, secretário da Saúde; dr. Lucas Garcez, secretário da Viação; Rubens Ferreira Martins, prefeito Municipal de Santos; dr. José Monteiro, prefeito municipal de S. Vicente; cel. Eleutério B. Ferlich e Odilon A. Oliveira, respectivamente Comandante Geral e Chefe do E.M. da Fôrça Pública; prof. Miguel Reale, reitor da Universidade; oficiais do Exército, Aeronáutica e Fôrça Pública; autoridades policiais do Estado, deputados estaduais, vereadores da Capital, Santos e S. Vicente e outras autoridades, convidados e pessoas gradas.

Imediatamente após a chegada do sr. Ademar de Barros e outras autoridades, que foram recebidas com as honras militares do cerimonial, procedeu-se ao ato do hasteamento da Bandeira, pelo Governador, no pátio interno do novo quartel.

Em seguida teve lugar a cerimônia inaugural do primeiro pavilhão, traçado em bases técnicas mo-

dernas, com a preocupação de dar maior conforto às praças e maiores facilidade e rendimento do serviço.

Dada a palavra ao ten. cel. Porfirio da Silva, Chefe do Serviço de Engenharia da Fôrça Pública, este leu o Boletim Comemorativo relativo ao ato, reportando-se às diversas fases da construção, as grandes dificuldades vencidas e as características da edificação.

Seguiu-se-lhe o ten. cel. Cicero B. Brandão, comandante do 6.º B. C., que historiou os aspectos mais interessantes daquela iniciativa, louvando o governo do Estado pelo apoio dado àquela obra, e bem assim ao Comando da Fôrça, pelo esforço despendido para que a mesma fôsse terminada rapidamente, visando proporcionar o devido alojamento à tropa, até então alojada em prédio inadequado e ameaçado de ruína.

A seguir, logo após, falou o cel. Brum Ferlich. Salientou que não estava sendo inaugurado o quartel do 6.º B.C., mas apenas um seu pavilhão dos fundos. Que, entretanto, isso já representava uma grande melhoria para as instalações do batalhão, dada a precariedade dos anteriores alojamentos. Por êsse motivo o ato assinalava uma data importante da história do corpo glorioso, já que suas instalações atuais são 100% superiores às anteriores. Agra-

O cel. Cicero Brandão, agradecendo a presença dos visitantes e a todos que colaboraram para que a obra se tornasse uma realidade.





Em baixo: ao som do Hino Nacional, a Bandeira é hasteada no pátio interno do novo quartel, pelo sr. Ademar de Barros.

Em cima: aspecto de quando s. excia., acompanhado do cel. Ferlich e outras autoridades, visitava o interior do pavilhão inaugurado.

deceu ao Governo do Estado o empenho decidido que emprestou à Corporação, para que essa obra pudesse ser levada a cabo, tanto mais que já estava assegurado o necessário crédito para a continuação e conclusão das obras, consoante lei sancionada para aquêle fim.

Pela exma. sra. Brum Ferlich é descerrada a placa comemorativa da solenidade, com inscrições referentes à inauguração e com os nomes das autoridades que tiveram participação no empreendimento.

Encerrando a cerimônia, o cap. capelão Edmundo Cortez lançou a bênção ao novo edifício, proferindo algumas palavras de encômio às autoridades que realizaram aquela obra, visando dar conforto humano aos componentes da unidade encarregada da defesa da sociedade e da garantia da ordem na cidade praiana.

O Governador e demais pessoas presentes visitaram demoradamente as instalações inauguradas, constatando o alto grau de exigências técnicas apresentado pela nova construção.



GRANDIOSA PESTA INAUGURAL

Presentes o Governador e Altas Autoridades Cíveis e Militares

Tiveram lugar, a dois de abril, em S. Vicente, as festividades comemorativas da inauguração do novo edifício em que funcionará a Colônia de Férias do Clube Militar. Do programa festivo compreendia a ida de

numerosa caravana de excursionistas à cidade de Martim Afonso. Numerosos ônibus especiais, postos à disposição dos associados e convidados, desde as 7 horas daquela manhã radiosa, iniciaram o transporte dos ca-

Antes do descerramento da placa comemorativa da inauguração da nova Colônia de Férias, o cap. Oswaldo Feliciano, em nome da diretoria do Clube Militar, esclarece aos presentes a importância da obra que então se inaugurava.

A direita, flagrante do descerramento da placa, pelo sr. Governador do Estado.





O majestoso edifício da Colônia de Férias do Clube Militar, inaugurado a 2 de abril, em São Vicente.

ravanistas, rodando pelas sólidas e maravilhosas fitas de concreto da monumental Via Anchieta. E já à hora marcada para a inauguração, os salões térreos e as áreas circundantes do edifício estavam inteiramente tomadas por aqueles associados e convidados.

Logo após a inauguração do quartel do 6.º B.C., em Santos (de que damos notícia noutra local) o sr. Governador do Estado se dirigiu para a vizinha cidade de S. Vicente, acompanhado de tôdas as pessoas gradas e autoridades que haviam assistido àquela cerimônia. Esperavam-n'os à entrada do majestoso edifício, oficiais da Fôrça e seus familiares, além de outras pessoas de representação social.

Recebido em meio a uma grande salva de palmas, logo à entrada do edifício, o sr. Governador aproximou-se do local onde se achava, velada, a placa inaugural assinalando a conclusão dos serviços que desde 1941 vêm sendo realizados, e que encontraram no govêrno do sr. Ademar de Barros um grande impulsionador, pelo estímulo e apóio dados aos dirigentes da entidade social dos oficiais da Fôrça Pública.

Como orador oficial, usou da palavra o cap. Osvaldo Feliciano, exaltando o trabalho realizado pelo Clube Militar, decididamente apoiado pelo govêrno estadual, através do Comando Geral e dos chefes de alguns serviços. Congratulou-se com a oficialidade da Fôrça pela cerimônia que



O Governador Ademar de Barros, entre os filhos de sargentos e praças da Força Pública.

se estava realizando e pelo que ela significava como um empreendimento vitorioso, produto da colaboração e da força de vontade de uma plêiade de idealistas. Representava ela uma realização de caráter altamente assistencial, pois embora sendo privativa dos oficiais e respectivas famílias, ali estavam abrigadas, em estação de férias, quase uma centena e meia de crianças, filhas de cabos soldados, sargentos e sub-tenentes da Força, às quais era dispensado o mais carinhoso tratamento, inteiramente gratuito.

A pedido do dr. José Monteiro, chefe do executivo municipal vicentino, o sr. Ademar de Barros descerra a placa comemorativa do ato, com as inscrições referentes ao início e término da construção e com o nome das autoridades civis e militares que contribuíram para a sua concretização.

Em seguida ao ato inaugural, o sr. Governador, acompanhado dos se-

cretários, reitor da Universidade, prefeito da Capital, Comandante Geral da Força, membros de suas casas civil e militar, oficialidade da Força Pública, famílias, convidados e pessoas gradadas, percorreu tôdas as dependências do majestoso edifício, sempre seguido e orientado pelo presidente do Clube Militar, cel. Odilon Aquino de Oliveira e pelos demais membros da diretoria. Foi no decorrer dessa visita às dependências e instalações da Colônia de Férias, que o Governador Ademar de Barros recebeu carinhosa manifestação que muito o sensibilizou. As crianças que ali se achavam em temporada de recreio, quase tôdas filhas de praças e sargentos de nossa Corporação, renderam tocantes homenagens ao chefe do executivo bandeirante, com a espontaneidade e a beleza das cousas inocentes, brotadas de espíritos onde a realidade é a lei suprema, porque desconhecem as convenções interesseiras.

NA CONTRA-CAPA DÊSTE NÚMERO

Ao alto: o sr. Ademar de Barros, após o banquete realizado no «roof» da Colônia, manifesta-se entusiasmado com a grandeza da obra realizada pela diretoria do Clube Militar.

No centro: outra objetiva tomada durante o banquete.

Em baixo: dois flagrantes do apreciadíssimo almôço-convescôte que o Clube ofereceu aos seus convidados, no pátio da Colônia.

As onze horas foi servido às crianças em veraneio, o almôço infantil, com pratos muito ao gôsto da gente meúda, doces e bebidas refrescantes.

Ao meio dia e meio, no roof da Colônia, no amplo salão do quarto andar, foi oferecido o almôço oficial ao Governador, Secretários de Estado e demais autoridades da Capital e dos municípios de Santos e S. Vicente.

Ao «champagne» falou o cel. Odilon Aquino de Oliveira, na qualidade de presidente do Clube Militar. Começou s.s. declarando aquele dia um dos grandes marcos da vida do Clube Militar, porque transformava em realidade um velho sonho dos oficiais da Fôrça Pública e de suas famílias — a Colônia de Férias. Esta realização grandiosa — prosseguiu o orador, — demandou trabalhos incessantes e sacrificios de monta. Mas foi superada, porque se batiam pela sua conclusão homens de fé, homens de boa vontade. De minha parte, devo dizer a bem da verdade, — acrescentou o cel. Odilon — dou testemunho da dedicação dos meus companheiros para efetivação dêsse ideal; foi um trabalho de equipe que levamos a efeito, cada um disputando as tarefas mais árduas. Mas, não foi só nosso, frizou o atual presidente

do Clube, êste trabalho extraordinário. Outras diretorias tiveram também contribuição valiosa e eu quero neste momento homenagear o esforço dessas diretorias anteriores, na pessoa do cel. Coriolano de Almeida Júnior, que dirigiu os destinos do Clube por mais de um lustro e que foi de uma operosidade digna de louvor.

Falou o presidente do Clube de uma Colônia projetada em Campos do Jordão e de outras realizações que a atual diretoria pretende levar a efeito. Realçou o sentido educacional, social e humano, das temporadas de crianças, como a que ora se realizava, da necessidade de incrementá-las, com um número maior de crianças. Citou o nome dos beneméritos daquela obra pelo opóio material dispensado, enumerando o nome do Governador Ademar de Barros, Secretário da Segurança, Comandante Geral da Fôrça e outras autoridades do Estado. Agradeceu a presença das autoridades, convidados e pessoas gradas e terminou com calorosa saudação ao Governador, a quem aquela obra — disse o orador — pelo seu cunho social era gratíssima, visto ser essa uma das características principais de sua atividade governamental.

As palavras do presidente do Clube Militar foram saudadas com calorosas palmas.

O sr. Ademar de Barros agradeceu as palavras do cel. Odilon A. de Oliveira, mostrando-se entusiasmado pela grandeza da obra que acabava de ser inaugurada, que revelava o dinamismo da Diretoria do Clube Militar e o espírito realizador da oficialidade da Fôrça Pública, herdado dos seus antepassados bandeirantes. Declarou que dava o seu apóio aos novos empreendimentos que se tinham em mira, porque, como aquele, visavam o bem estar das famílias da oficialidade da Fôrça; tinham uma finalidade nobre e humana que só mereciam aplausos. Concluiu desejando novos êxitos à Diretoria do Clube Militar e declarando-se desvanecido pelas honrarias que lhe foram tributadas e pela ventura de ter sido o inaugurador da Colônia de Férias do Clube Militar, «obra grandiosa, por todos os títulos».

Ainda ao meio dia, enquanto se realizava o almoço oficial, no amplo refectório do 4.º andar, o Clube

Militar ofereceu aos demais excursionistas um delicioso e farto almoço-convescote, sendo por demais apreciado o churrasco preparado pelo De Angelis.

Das 14 às 18 horas teve lugar um animadíssimo vespéral-dansante, ao som da Orquestra do Clube Militar, que antes, ao almoço oficial, havia executado um seleta e variado programa.



— A minha mulherzinha pensa em tudo.
Eis uma serra para cortar o bolo.
(Everybody's Londres)

Capitão Dr. José Nogueira Sampaio

ADVOGADO

* * *

Rua Barão de Itapetininga n.º 50 — 7.º andar, salas 725 a

729 — Telefones 6-6216 e 4-4210

SÃO PAULO

Há insultos que, pela sua origem, são louvores imarcessíveis, pois somente se atiram pedras às árvores que dão bons frutos.

(Rui Barbosa)

Dia das Polícias Cíveis e Militares

A. Fôrça Pública rendeu significativa homenagem ao seu patrono, o imortal Tiradentes, comemorando a passagem de 21 de Abril, "Dia das Polícias Cíveis e Militares".

Dentre as solenidades levadas a efeito nesta Capital, pela Polícia Civil, no mesmo sentido, foi realizado um dos mais belos desfiles da tropa da Fôrça Pública, constituindo um Destacamento de especialização policial, na majestosa e recém-inaugurada avenida Campos Elíseos.

Grande era a afluência de populares ao longo do itinerário previsto e já o palanque se achava literalmente tomado quando, às 16,30 horas, tomou seu lugar de honra a. excia. o Governador de São Paulo, fazendo-se acompanhar dos srs. Secretário da Segurança, cel. Comandante Geral da Fôrça, do Magnífico Reitor da Universidade, grande representação do Corpo de Delegados de Polícia e das Secretarias de Estado. Já se encontravam no local o sr. gen. Comandante da II/R.M., todos os oficiais disponíveis da Fôrça, com suas famílias, e a Guarnição do "MARIZ E BARROS", da Marinha de Guerra Nacional, e representantes da Aeronáutica e grande número das mais altas autoridades cíveis.

A grande banda deu início ao desfile, secundada pelas diversas unidades, cuja marcialidade, garbo e distinção deixaram bem patente seu alto grau de eficiência física e moral.

Tão expressivo era o entusiasmo que intianava cada elemento que se torna impossível registrar qual a tração mais merecedora aos veementes e contínuos ap. ausos da assistência. De fato, se a intantaria se apresentou com sua tradicional disciplina de fmeira, não ficaram atrás as unidades motorizadas, cuja regularidade de formação e uniformidade de marcha foram notáveis. E o Regimento de Cavalaria, com a sua Escola de Volteio, fazendo desfilar seus elementos em pé e ao galope, conseguiu impressionar a todos que ali estavam, afortunadamente, assistindo ao desfile *caracteristicamente policial da Fôrça Pública*, no dizer do próprio governador do Estado. O Destacamento se escoou pela nova radial, obedecendo a seqüência dos agrupamentos, que se constituíram: um, de unidades a pé; outro, de unidades a cavalo e transportadas; outro de unidades transportadas e o último de unidades motorizadas.

Durante o desenrolar do desfile a tropa recebeu os mais calorosos aplausos do povo, fremido de entusiasmo e muito civismo.

Terminada a cerimônia, o sr. Governador fêz uso da palavra, dirigindo-se ao povo e enaltecendo os feitos e o passado de glórias dos soldados da Fôrça Pública de São Paulo, chamando a atenção dos presentes para o fato de terem desfilado apenas 1.300 homens, pois o restante da Corporação se achava disseminado pelos quartéis e destacamentos do interior ou empregados em serviços profissionais, na Capital.



Ao alto, o sr. Governador do Estado e outras autoridades que assistiram ao desfile caracteristicamente policial, e, mais abaixo, a escolta de motociclistas da carruagem governamental.

Ao centro, o ten. cel. Guilherme Rocha, comandante do Destacamento, no carro-comando. Em baixo, um detalhe do desfile do Regimento de Cavalaria.



75

Ao alto, desfilam as viaturas da Rádio-Patrolha e motocicletas blindadas. Ao centro, a Escola de Voltelo, do Regimento de Cavalaria, dá a sua nota característica, desfilando os cavaleiros de pé e a galope, arrancando frenéticos aplausos da assistência. Ainda ao centro, um detalhe do Pelotão de Motociclistas e outro dos oficiais que assistiram ao desfile.

Em baixo, um apanhado dos ciclistas da Companhia de Policiamento de Trânsito do B. P. e um dos caminhões para o transporte de patrulhas de cavalaria, adaptados nas oficinas do S. M. B. da Força.

Inauguração oficial do Quartel do 5.º B. C., em Taubaté

Com a presença do Governador do Estado

Taubaté, a cidade industrial do Vale do Paraíba, aprestou-se para festejar condignamente a inauguração oficial do novo aquartelamento do seu batalhão. Assim, a 25 de março, o escol representativo da sociedade taubateana esteve presente às solenidades levadas a efeito para comemorar o acontecimento. O ato contou com a presença do sr.

por companhia de guerra do Batalhão. S. excia., em seguida, hasteou a Bandeira Nacional ao som do Hino Brasileiro. Procedeu-se, então, à entrega dos prêmios aos elementos do B.C. que mais se destacaram no Concurso Interno de Tiro e nas provas esportivas da cidade de Taubaté. Finda a cerimônia cívico-esportiva o Governador Ademar



Hasteamento da Bandeira

(Gentileza de "O DIA")

Governador do Estado e de outras altas autoridades civis e militares seguidas desta capital de avião e ônibus especiais. A solenidade inaugural teve início às 10,00 horas com a chegada do chefe do executivo paulista, ao qual foram prestadas as continências do estilo

de Barros, acompanhado pelos presentes, visitou as novas instalações do aquartelamento, em cujo salão nobre lhe foi oferecido um coquetel abrilhantado pela Banda de Música Regimental.

Por ocasião do descerramento da placa inaugural, — feito por delegação



Entrega de prêmios aos vencedores do Concurso Interno de Tiro.
(Gentileza de "O DIA")

do sr. Governador do Estado — pelo cel. Odilon Aquino de Oliveira, Chefe do E. M. da Fôrça, fizeram uso da palavra, além dêste, o cel. Eleuthério Brum Ferlich, Comandante Geral da Fôrça Pública, ten. cel. José Lopes da Silva, Comandante do Batalhão e o Governador Ademar de Barros que se congratulou com a Corporação, pela aquisição de mais um moderno quartel.

S. excia., após ter sido homenageado em praça pública pelo povo e pelos escolares de Taubaté, regressou a São Paulo por via aérea.

Aos oficiais que foram à cidade berço de Monteiro Lobato, representando suas respectivas unidades, o Comando do 5.º B.C. ofereceu succulenta macarronada à brasileira.



Torrefação e Moagem de Café

≡ TIRADENTES S/A. ≡

Rua Prates n.º 881 — S. PAULO

Fones 4-5248 e 4-6574

CAFÉ TIRADENTES

"O MELHOR CAFÉ DA TERRA DO CAFÉ"

70.º aniversário do

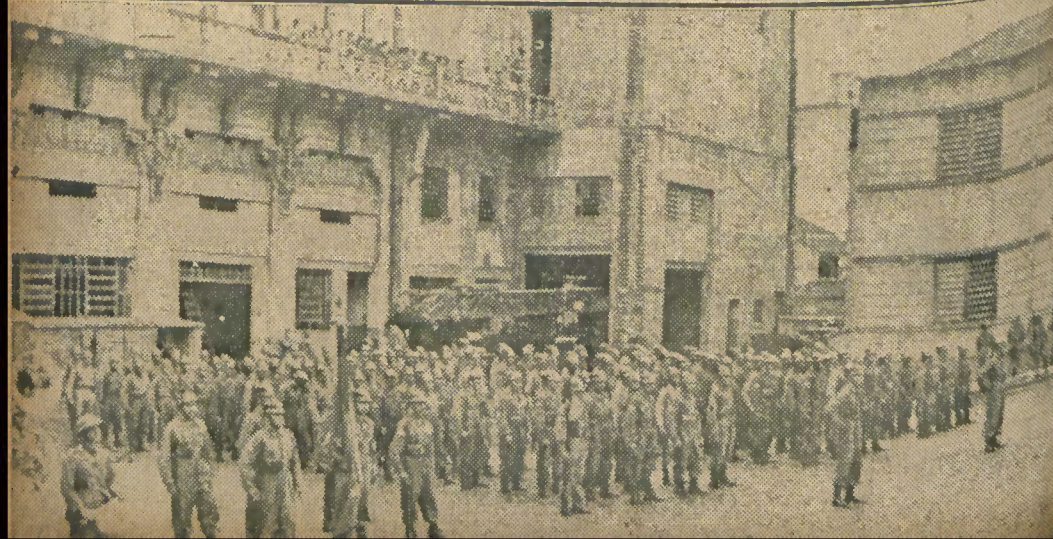
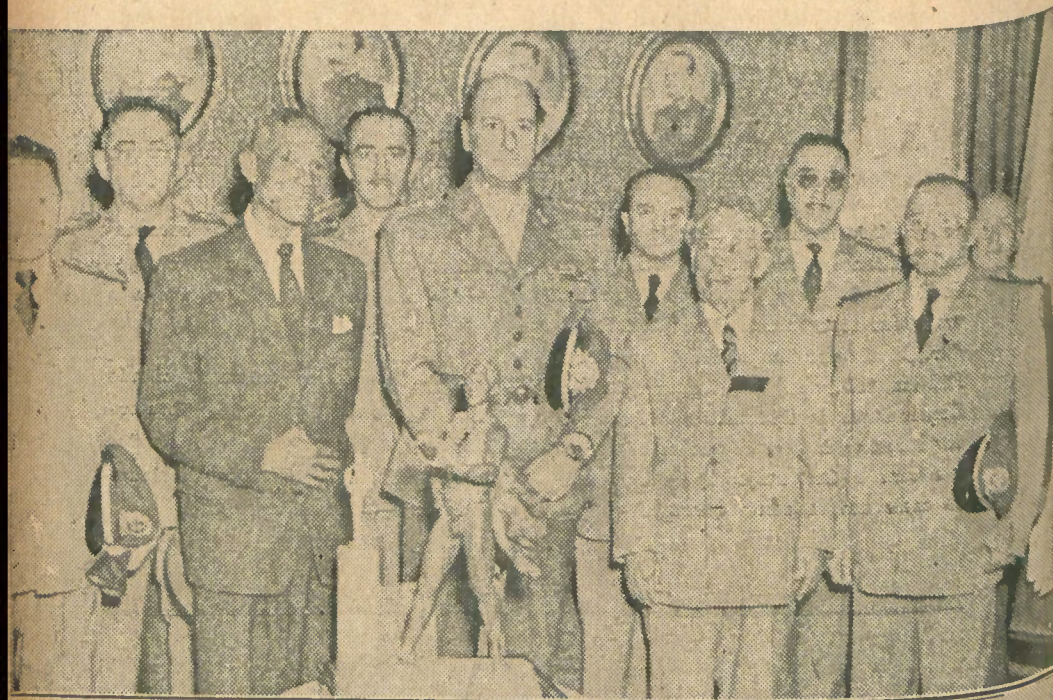
CORPO DE BOMBEIROS

Estabelecimento de linhas de ataque pelo sistema americano

No quartel da rua Anita Garibaldi, comemorou-se, pela setuagésima vez, no dia 10 de março, o aniversário de

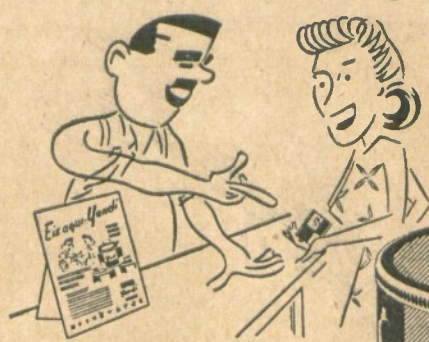
uma das instituições que mais têm feito em benefício dos interesses do povo paulista.

(Gentileza de "A GAZETA")



Eis aqui-Yandi

nutritiva
polpa de
amendoim



faz maravilhas
em todas as
cozinhas!



YANDÍ é a massa pura do amendoim selecionado, cuidadosamente torrado, descascado e moído, conservando todas as propriedades vitamínicas do amendoim natural. Consistente e macia, é um patê de primeira, sempre fresco, saboroso e nutritivo. Especial para sanduíches, canapés, molhos, bolinhos, pãesinhos, sorvetes e muitas outras delícias!

Polpa de
Amendoim
Yandi

Em latas de 250 e 500 gramas, à venda em toda parte

Um Produto I. R. F. M.



←
Ao alto, autoridades militares presentes às solenidades comemorativas, recebidas pelo comandante do C. B. no gabinete do comando.

Em baixo, aspecto da formatura.

Compareceram ao Corpo de Bombeiros altas autoridades civis e militares, bem como inúmeros convidados.

Entre as seletas atrações com que foram brindados os presentes, MILITIA tem o prazer de salientar a impecável demonstração do estabelecimento de linhas de ataque pelo sistema americano, de acordo com os moderníssimos ensinamentos trazidos dos Estados Unidos

pelo cap. Geraldo Teodoro da Silva, de onde regressou recentemente, após brilhante curso de aperfeiçoamento na arte de combater o fogo.

MILITIA publicará oportunamente, uma reportagem ampla sobre a magnífica e gloriosa entidade anti-fogo, que está passando por uma fase de radical atualização, consoante informações que vimos prestando aos nossos leitores.

Aos Heróis do Fogo

Acaba de ser publicado o livro «Soldados do Fogo», de autoria do 3.º sargento Abieser B. da Silva. É um conjunto de crônicas publicadas pela autor entre 1942 e 1949 na «Revista de Educação Contra Incêndios» do Rio de Janeiro e na revista «Vigilância» desta Capital.

Tratando-se de um elemento da Força Pública, sentimo-nos mais à vontade transferindo a tarefa da aprecação a um (se bem que nosso amigo) estranho ao Corpo. Para tanto transcrevemos um trecho da carta do ilustre escritor paulista Menotti Del Picchia, que é publicada em «Soldados do Fogo» à guisa de apresentação:



“O que me levou a ler os originais do seu livro, SOLDADOS DO FOGO, meu prezado patricio sr. Abieser B. da Silva, foi sua confiante mocidade e seu amor às coisas do espírito. Sua casquete brunida de graduado da mais simpática das milícias que defendem S. Paulo — os bombeiros — lembrou-me o eloqüente Shostakowsky, seu colega de classe, embora não se exprima êle com palavras mas com música. Como êle tem labaredas nas suas sinfonias em que o herói é, às vêzes o eloqüente e mesmo o decorativo, assim sua prosa ainda imatura busca sua inspiração nesses efêmeros brilhos. Mas é quente. Vive da generosa fé nas excelências da sua carreira, que é das mais úteis, pois patrulha e defende o patrimônio criado pelo esforço colossal de nossa gente. Não pode deixar de ser simpático um livro que narra os feitos, faz desfilar os nomes e enumera as glórias de uma corporação que sempre que sae à rua é, com razão, acolhida com palmas.

E’, portanto, a simpatia pela sua pessoa e pela sua façanha literária que dita esta carta. Ela se destina apenas a felicitar o bravo patricio pelo hino que ergue ao valente e querido Corpo de Bombeiros de São Paulo”.



Aspecto da mesa, presidida pelo sr. Governador do Estado.

O Centro Social dos Sargentos recebe a visita do Governador do Estado

Diploma de sócio benemérito para S. Excia.

Em reunião de alto significado social o C.S.S. recebeu em sua sede, à avenida Celso Garcia, 180, no dia 15 de março, a visita do sr. Governador do Estado. Sargentos e sub-tenentes ali estavam naquela tarde de quarta-feira, para dar as boas vindas e homenagear o chefe do executivo paulista.

Aguardavam a chegada de s. excia. o cel. Herbert M. Vasconcelos, Secretário da Saúde, céls. Brum Ferlich e Odilon A. Oliveira, respectivamente Comandante Geral e

Chefe do E.M. da Força Pública, ajudantes de ordens e assistentes militares das diversas autoridades do Estado e outros convidados e pessoas gradas.

Em meio a calorosa salva de palmas dos homenageantes, s. excia. é recebida pela Diretoria do Centro e pelas autoridades ali presentes, dirigindo-se para o gabinete da Diretoria, onde palestrou animadamente.

Já agora no salão de festas, ornado a caráter para a recepção, o Governador foi saudado pelo sub-

ten. Herotildes Carvalho de Araujo, presidente do C.S.S.

A presença de v. excia. nesta Casa constitui um grande contentamento para todos os sub-tenentes e sargentos da nossa querida Fôrça Pública e nesse sentido se somam os esforços e a dedicação dos nobres camaradas para, em sua sede social, receberem de braços abertos a insigne figura de v. excia. e demais autoridades aqui presentes.

E em outro trecho da sua saudação:

Em nós, os sargentos da Fôrça Pública do Estado de São Paulo, ficará perpétuamente a lembrança desta tarde memorável que constituirá mais um capítulo na história da nossa Sociedade.

Falou, a seguir, o sub-ten. Knoll Júnior, galvanizando os seus camaradas com sua inflamada oração. Citou fatos e coisas da Fôrça Pública, da sua classe e, especialmente, da atual administração pública paulista. Refêrli-se ainda, de modo carinhoso, a um ato da Diretoria do Clube Militar, proporcionando aos filhos de sargentos e praças da Corporação uma oportunidade para passar uma temporada de veraneio de seis dias, na Colônia de Férias que o Clube ia inaugurar brevemente, em S. Vicente. Além de ressaltar a inteira gratuidade da estadia de 200 crianças na Colônia, chamava a atenção de seus pares para o significado de tal gesto da Diretoria do Clube Militar e convidava-os a dar-lhes o apóio merecido.

Por delegação da Diretoria do C.S.S., falou também o 1.º sgt. José Antunes, de cuja oração destacamos estes trechos:

“Numa época de ambição desmedida, constituimos uma classe satisfeita e isto porque apoios moral e material não nos têm faltado, da parte de v. excia., recebidos através de nossos grandes chefes, cel. Comandante Geral Eleutério Brum Ferlich e seu chefe do E.M., cel. Odilon do Aquino Oliveira.

... apesar de satisfeitos com a situação, não constituimos uma classe isenta de problemas. Preocupam-nos velhos desejos: uma sede própria para esta sociedade, uma colônia de férias, um departamento cultural”.

“E é neste momento, sr. Governador, como preito de gratidão por tudo quanto já temos recebido das mãos bondosas de v. excia., que me faço executor da vontade de quatro milhares de sub-tenentes e sargentos da ativa e reformados, rogando-lhe que aceite modesta lembrança desta Casa. Lembrança despida de valor material, mas que testemunhará nossa gratidão, nosso reconhecimento, imorredouros — o DIPLOMA DE SÓCIO BENEMÉRITO DO CENTRO SOCIAL DOS SARGENTOS — concedido a v. excia. por unanimidade, em Assembléa Geral Ordinária desta entidade”.

Na mesma ocasião o sargento Abieser ofereceu ao sr. Governador um exemplar finamente encadernado de seu livro «Soldados do Fogo».



Ao alto, o sub-ten. Carlos Knoll Jr., quando pronunciava sua inflamada oração. Em baixo, o sr. Governador, despedindo-se do Centro, é entusiasticamente aclamado pelos seus associados.

Agradecendo a homenagem, falou o Governador Ademar de Barros. Disse da satisfação que sentia em estar entre os sargentos da F. P., muito deles seus conhecidos das trincheiras da memorável Arrancada de 32. «Gosto de estar com vocês — disse ele — mas aqui não tenho vindo mais vezes porque vocês têm a ma-

nia de fazer festa só aos domingos e feriados. E estes dias não pertencem à Capital... Quero estar sempre junto à minha caboclada do interior».

Finalizou-se a recepção com um animado rabo de galo e uma chopada para os convidados e associados em geral.

*Os homens mentem, ferem, pervertem quando têm o coração se-
quioso do mando.*

Beba **CAFÊ ROCHA**, o insuperável

Encerramento do 1.º turno do C. M. I. P.

O Curso de Monitores de Instrução Policial (C.M.I.P.) é um curso de emergência, criado com a finalidade de dar conhecimento mais aprimorados sobre Lei e Polícia aos sargentos da F.P., a fim de que estes, com os ensinamentos adquiridos, possam, nos corpos de tropa, nos desta-

Este curso tem um caráter mais prático que teórico e nele são ministradas, por oficiais especializados noções de Direito Constitucional, Direito Penal, Direito Processual, Leis e Contravenções Penais, Policiamento de Trânsito, Policiamento de Rádio Patrulha, Técnica Poli-



Grupo tomado após o ato de encerramento do turno do C.M.I.P. Sentados, o comandante do B.P., o diretor do curso e oficiais instrutores. De pé, os sargentos que contribuíram a turma.

camentos e nos policiamentos diversos, aplicar com segurança e precisão as normas básicas do policiamento preventivo e repressivo.

No ano passado funcionaram três turnos do curso em apreço e, para este ano, estão previstos dez turnos.

A duração de cada turno é de 20 dias úteis, com 6 horas de aulas diárias e serviços extras de policiamento noturno, às 3as. e 6as. feiras.

cial, Sorros de Urgência, Identificação Policial e Prática de Policiamento.

O curso é supervisionado pela D. G.I. e funciona no Batalhão Policial, onde ficam adidos os alunos matriculados.

A 1a. turma deste ano constituiu-se dos seguintes sargentos: 1.ºs. sargentos José Antunes, Abel Fer-

bandes da Costa e Romeu Guatura da Silva; 2.ºs. sargentos Alberto Morgado da Silva, Argemiro Granjeiro, Benedito Ribeiro Neto, Eugênio Rios, Francisco Luciano Rêgo, João Nunes dos Santos, José Martins, José Rodrigues Tobias Sobrinho, Justiliano Antônio do Prado, Mário de Jesus Cordeiro, Oswaldo Alexandre de Carvalho, Roberto Vieira dos Santos; 3.ºs. sargentos Alcides Cubas Miranda, Antônio Altéa, Ary Oliveira Leite, Daniel Pereira Marinho, Geraldo Balbino, João Pereira de Souza, José Moraes do Prado, José Miranda Quis-

sak, Landovir Corrêa Dias, Luiz da Cruz Morais, Luiz de Morais, Manoel Alves de Souza, Oswaldo Nesanovis, Valdevino Francisco e Antônio Colaço.

E' diretor do C.M.I.P. o major Zeferino Astolfo de Araújo Filho e, como instrutores, funcionam os 1.ºs. tenentes Paulo Marques Pereira, Teodoro Nicolau Salgado, Simpliciano Silveira Machado e o aspirante Alcides Lelis Moreira. O curso funciona no quartel do Batalhão Policial.

Voluntários para a Fôrça Pública

A Fôrça Pública está aceitando voluntários para as suas fileiras, e que preencham as condições abaixo :

- ser solteiro e desimpedido;
- ser brasileiro nato;
- ter de 18 anos completos a 29 incompletos;
- ser reservista de 1.ª, 2.ª ou 3.ª categorias ou ser portador do Certificado de Alistamento Militar, no qual conste estar dispensado por excedente e classificado no grupo "A";
- altura mínima, 1,ª60, descalço;
- apresentar atestado de boa conduta civil passado pela autoridade policial da localidade onde reside, com firma reconhecida em Tabelião;
- apresentar carta de referência pessoal passada por pessoa de absoluta idoneidade moral, de preferência por firma comercial, onde tenha trabalhado pelo espaço mínimo de 1 ano na qual conste o tempo de trabalho, o motivo da saída e suas qualidades pessoais demonstradas (firma reconhecida);
- saber ler e escrever corretamente, mediante exame;
- os dentes da frente tratados e sem falhas;
- inspeção de saúde.

E' inútil apresentar-se fora das condições acima enumeradas.

Os candidatos poderão dirigir-se à Secção de Alistamento, sita à rua Jorge Miranda n.º 74, das 7 às 10,30 horas, diariamente.

SINGELA E SIGNIFICATIVA HOMENAGEM

QUE O "CENTRO DE ESTUDOS FOLCLÓRICOS" PRESTOU A UM NOSSO CAMARADA

O «Centro de Estudos Folclóricos» convidou-nos para uma reunião artística, realizada a 23 de março, na sua sede, à avenida S. João, 269.

Ali nos estava reservada, entretanto, uma grata surpresa, pois vimos que, num gesto bastante fidalgo, próprio de corações cavalheirescos e de artistas, os alunos do nosso camarada 1.º ten. maestro Antônio

criou, no ano passado, a Banda «Major Antão», no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, onde é professor da cadeira de instrumento de sopro. Regente de grandes méritos, é ainda inspirado compositor, podendo-se citar, entre as suas produções mais conhecidas: **Elegia - Intermezzo - Florestas do Brasil - Prelúdio em dó sustenido menor -**



Bento da Cunha, também de surpresa, homenageavam o natalício dos seus mestres ten. Cunha e prof. Alberto Marino. Bonita e singela homenagem!

O ten. Cunha, que pertence à Banda de Música da Fôrça Pública,

Concerto para fagote - Sulte Brasileira - Sinfonia das Américas - e a marcha Fôrça Pública.

Fixando o grupo acima, MILITIA se associa ao abraço de felicitações de seus alunos, amigos e admiradores da sua arte musical.

Notícias dos Estados

PROMOÇÃO DE OFICIAIS E

NOMEAÇÃO DE SUB-TENENTES

DA BRIGADA MILITAR GAÚCHA

O sr. Governador do Estado, através da Secretaria do Interior e Justiça, promoveu os seguintes oficiais:

No Quadro de Combatentes

— ao posto de tenente coronel —

por merecimento, os majores Milton Gomes da Silva, Olegário Diogo Duarte, Nicomedes de Freitas Becon, Osvaldino Bica, Hermes Gomes Fernandes, Abílio da Silva Morais e Júlio Danton Canabarro Trois, e

por antiguidade, os majores Alfredo Barreto Alves, Waldo Gonçalves Barbosa de Menezes, Cicero Kras Borges e Euribiades Guasque de Mesquita;

— ao posto de major —

por merecimento, os capitães Oscar Ávila da Cunha, Hélio Corrêa da Fontoura, João Pedro de Matteo, José Martins, Antônio de Matos Ferreira, Ernani Ferraz Machado, Tisiano Felipe de Leoni, Ildefonso Pereira de Albuquerque e Olavo João Urquia Castagna, e

por antiguidade, os capitães Arão de Souza Guterres, Aureliano Siqueira Gomes, Pedro José Rodrigues e Luiz Henrique Ledur;

— ao posto de capitão —

por merecimento, os 1.ºs tenentes Jandir Bica Fernandes, Teófilo Muniz Reis, Orlando Pacheco, João Francisco Sofia, Francisco Samuel, Jofre Toma-

tis, Hermano Wolf e Cezário Lorandi Filho, e

por antiguidade, os 1.ºs tenentes Heitor Castro de Oliveira, Liberalino Paim de Andrade, Leo Kassow, Luiz Anselmo Piva, Júlio Martins Coimbra, Eurípedes Lewiz Ferraz, Dante Riograndino Fiori Belém e Fábio Pereira Gomes;

— ao posto de primeiro tenente —

por merecimento, os 2.ºs tenentes Adil Miller Quites, José Guimarães Tavares, Nelson Galant, Hélio Moro Mariante, Mario Azevedo Queirós, Ari Pitinga de Lima, Tomás José Lomando, Adelar de Almeida Andreta e Orfeu Correa da Silva, e

por antiguidade, os 2.ºs tenentes Moisés Brito Coelho, Mário Luiz Fetter, Romeu Rodrigues da Cruz, Antônio Luzzi Esperança, Alexandre Marcinkus, Isolino Leite Fernandes, Antônio Carlos Castilho, Tomás Pereira de Vasconcelos e Ápio Pereira de Vasconcelos;

— ao posto de segundo tenente —

Os aspirantes a oficial Otacílio Orozil Medeiros, Rodolfo Pedro Vitorino Jardim, Carlos Napoleão Zettermann, Apolônio Flores Filho, Odelot Morais da Silva, Adão Rodrigues Cordeiro, Raul Gomes de Oliveira, Ciro Queirós Filho, Almeirão Consiglio, Assis Fontoura de Almeida, Armando Chaves Credideu, Euclides Miote Juriati e Valdir Ferraz Feio.

No Quadro de Saúde

— ao posto de tenente coronel —
por merecimento, o major médico
dr. Francisco de Castilho Marques Pe-
reira;

— ao posto de major —
por merecimento, o capitão médico
dr. Alberto Schons.

No Quadro de Administração

— ao posto de major —
por merecimento, o capitão Vilson
Odilon Torres;

— ao posto de capitão —
por antiguidade, o 1.º tenente Pery
de Oliveira;

— ao posto de primeiro tenente —
por merecimento, o segundo tenen-
te Manoel Gonçalves Brochier e, por

antiguidade, o segundo tenente Júlio-
David Torres.

Nomeação de sub-tenentes

O sr. Governador do Estado, no-
meou sub-tenentes, aos seguintes sargen-
tos: sgt. ajd. Alcides Rodrigues de
Castro, 1.ºs sgts. ajdts. Numeraldo Tei-
xeira dos Santos e Cândido Walter Co-
lares de Azambuja, 1.ºs sgts. Atílio
Gonçalves dos Santos, Sílvio Adárcio
da Silveira, Clóvis Olivais, Néri Cruzei-
ro Ferraz, Artur Mazzaferro, Hermal
Medeiros Leite, Narciso Laureano San-
tana, Olegário Paes de Oliveira, Arnul-
fo Barcelos Ramcs, João Lewis Ferraz,
Ari Pouey Guimarães, Adão Castelar de
Aragão, Romeu Lopes e Pedro Gioto e
1.º sgt. enfermeiro mór Florisbello Pe-
reira.

DECLARAÇÃO DE ASPIRANTES

DA P. M. DE MINAS GERAIS

Concluíram em 1949 o curso da
Escola de Oficiais do Departamento
de Instrução da Polícia Militar de
Minas Gerais, os seguintes alunos
que foram declarados aspirantes:

Abner Peters dos Santos, Acrísio
José Maria, Ademar Alves, Agnelo
da Silva Vale, Alcides de Jesus, Aris-
tóteles Bernardino Nascimento, Car-
los Bernardes da Silva, Edgar Fer-
reira dos Santos, Elos Pires de Car-
valho, Eustáquio Maurílio da Silva,
Filadelfo Werneck, Geraldo Diana de
Oliveira, Jair Faria de Souza, João
Batista Andrade, João Teodoro da
Silva, Joaquim Soares Machado, José
Augusto de Oliveira, José Albino
de Oliveira, José Cardoso de Campos,

José Coelho de Lima, José Marques
dos Santos Filho, José Saraiva, José
Vicente Bracarense Luciano Antonio
dos Santos, Luiz Gonçalves de Lima,
Nelson Lopes, Pedro Raquel Junior,
Silverio Ferreira da Silva, Walter
de Oliveira Perdigão Sobrinho e Wil-
son Nunes dos Santos.

O programa das festividades
constou de uma parte oficial e
outra artística, sendo a primeira
desenvolvida com grande solenida-
de; foi paraninfo da turma o cel.
José Vargas da Silva e orador da
mesma o asp. Elos Pires de Car-
valho. A segunda parte ficou a
cargo do Côro Orfeônico Santa
Efigênia, Orquestra da Polícia Mi-
litar e Rádio Inconfidência.

educação física e DESPORTOS

PROVA "CORONEL FERRAZ"

III Disputa da importante prova de Tiro ao Alvo

Instituída em homenagem ao fundador da Federação Paulista de Tiro ao Alvo e da Confederação Brasileira de Tiro ao Alvo.

A F.P.T.A. realizou no dia 23 (domingo) de abril, no Estande de Tiro do Barro Branco, a tradicional prova de tiro ao alvo denominada "Cel. Ferraz", patrocinada pela Fôrça Pública, a qual visa congrega os atiradores de ambos os sexos, civis e militares, filia-dos ou não, da Capital e do Interior do Estado.

53 concorrentes, dos quais dezessete con-segurem média superior a oito.

Dois atiradores, duas posições... Pedro Simão, vencedor da "Cel. Ferraz", após emocionante disputa-desempate com o major Fausto Quirino Simões 2.º colocado, que também se vê, em segundo plano desta composição fotográfica.

Características da prova

- 1 — Revólver ou pistola de cali-bre 32 ou maior, podendo ser provido com cano longo, porém, com mira co-mum (fixa);
- 2 — Consta de 30 tiros, a 25 me-tros de distância, sobre alvo oficial pa-ra revólver, de 50 centímetros de diâ-metro com visual de 20 centímetros e zonas numeradas de 1 a 10;
- 3 — Duração de, no máximo, uma hora, isto é, dois minutos por tiro, sen-do permitido até cinco tiros de ensaio;
- 4 — Apuração dos resultados orien-tada pelo Regulamento Internacional de Tiro.

A primeira realização desta prova foi em 1947, tendo conseguido se colo-car na dianteira, com apreciável média de 8,60, o cap. José Tenório Quirino dos Santos, dentre o elevado número de



Em novembro do ano seguinte teve lugar a nova realização com surpreendentes contagens, comparecendo 55 atiradores, dos sessenta inscritos, tendo vencido, com notável resultado, Sebastião Ribeiro da Silva, da cidade de Bauru, d'êste Estado, estabelecendo novo "record" com a excepcional marca de 272 pontos, único a atingir média nove, pois a seguir vinte atiradores conseguiram-na superior a oito.

Espectáculo não muito diferente teve lugar novamente neste ano no Barro Branco, onde 52 atiradores, vinte com

média superior a oito, conseguiram bons resultados.

Venceu a prova PEDRO SIMÃO, o melhor atirador paulista de 1949, com 266 pontos, seguindo-lhe o maj. Fausto Quirino Simões, também com 266 pontos, tendo perdido no desempate pelos "noves" (12/9 contra 10/9), pois ambos possuíam um tiro branco (6) e conseguiram 10/10.

Pelos empates que apresentam os resultados seguintes verifica-se que houve um equilíbrio de forças entre grande número de concorrentes.

Lugar	Concorrentes	Entidade	Pontos
1.o —	Pedro Simão	C.R.T.	266
2.o —	Maj. Fausto Quirino Simões	F.P.	266
3.o —	Cap. Saul Brasil Falleiros	F.P.	261
4.o —	Ten. Helio Afonso da Cunha	F.P.	261
5.o —	Cap. Milton Ciríaco de Carvalho	F.P.	258
6.o —	Alan Sobocinski	A.E.F.	257
7.o —	Cap. José T. Quirino dos Santos	F.P.	257
8.o —	Antonio Guzman	C.R.T.	254
9.o —	Flavio Capeletti	F.P.	254
10.o —	Ten. Nelson S. S. Oliveira	F.P.	253
11.o —	Maj. Rubens Teixeira Branco	F.P.	252
12.o —	Maj. Alfredo Condeixa	F.P.	252
13.o —	Pedro Martins Aranha Packness	C.F.C.	249
14.o —	Ten. Renato Ourique de Carvalho	F.P.	249
15.o —	Renato Penteado Abate	C.F.C.	248
16.o —	Ten. Antonio Sampaio	F.P.	248
17.o —	Cap. Autilio G. Oliveira	F.P.	247
18.o —	João Garcia Figueiredo Jr.	C.F.C.	246
19.o —	Cap. Enio Collaço França	F.P.	245
20.o —	Ten. Sadoc Simas	F.P.	244
21.o —	Ten. Cel. Otoniel Eugenio Aranha	F.P.	239
22.o —	Severino Moreira	C.R.T.	239
23.o —	Sergio Linn	A.E.F.	239
24.o —	Ten. Jorge Mesquita de Oliveira	F.P.	238
25.o —	Cap. Dagoberto Veltri	F.P.	238

Seguiram-se: 26.º, João Sobocinski; 27.º, cap. Antonio Araujo; 28.º, Paulo Figueiredo; 29.º, ten. Aurelio Pedrazo- li; 30.º, cap. João Salles; 31.º, maj. Luiz C. Avila; 32.º, Olival Wey Pires do Amaral; 33.º, ten. Osvaldo Hilde-

brand; 34.º, ten. Francisco A. Bianco Junior; 35.º, ten. Olavo A. Andrade; 36.º, ten. Clovis de Mello; 37.º, ten. Valter Dias; 38.º, Angelo Chongoli; 39.º, Asp. Sinesio Rocha; 40.º, Bento de Camargo Barros; 41.º, ten. José Caldeira Jr.; 42.º, Alcides Del Guerra; 43.º, ten. Francisco Pimentel; 44.º, cap. Oscar Pais Leme; 45.º, Luiz Guilherme Cordes; 46.º, Francisco Troula; 47.º, Caetano Langone; 48.º, José Maria Wilmes; 49.º, Pauli Camargo Barros; 50.º, Mario M. Soubhia; 51.º, Domingos Publisi e 52.º, Antonio Langone.

A F.P.T.A. ofereceu medalhas aos três primeiros colocados e a Força Pública aos dois seguintes, além de uma medalha de prata ao que conseguisse superar o recorde anterior, a qual aguarda a próxima prova de características idênticas para ser disputada, esperando-se que muitos atiradores, em breve, o conseguirão.

Ao cel. Aníbal de Andrade, Diretor Geral de Instrução da Força Pública, a Diretoria da F.P.T.A. ofereceu medalha de prata com cunho oficial, como penhor de gratidão, pelo grande entusiasmo e interesse emprestado por esse oficial para que essa prova tivesse, como teve, resultados satisfatórios.



NOVA DIRETORIA PARA A FEDERAÇÃO PAULISTA DE TIRO AO ALVO

Em Assembléia Geral ordinária, foi de Tiro ao Alvo que dirigirá os trabalhos eleita a Diretoria da Federação Paulista no biênio 1950-51, assim constituída:

- Presidente: maj. Rubens Teixeira Branco
- Vice-Presidente: dr. Américo R. Neto
- Secretário: Pedro M. Aranha Packness
- Tesoureiro: Angelo Chongoli
- Diretor-Técnico: Armando Braga.



PREFIRA O NOVO PACOTE DE 400 GRAMAS

AMIDO DE MILHO

MAIZENA
DURVEA

MARCAS REGISTRADAS

É MAIS PRÁTICO, HIGIÊNICO E
MAIS BARATO!



TORNEIO FUTEBOLÍSTICO



Ao centro e em baixo, os 1.ºs. quadros do Sete de Paus e do Quegê, respectivamente.

Ao alto, o representante desta revista faz entrega ao "captain" do onze vencedor da magnífica taça "MILITIA".



Vencedor da taça "MILITIA", no principal prélio, o quadro principal do Quegê F. C.

A Diretoria do Quegê F.C., associando-se às homenagens prestadas ao grande TIRADENTES, Patrono das Polícias Civil e Militar, programou e fez realizar em seu campo, à avenida Cruzeiro do Sul, 548, nos dias

22 e 23 de abril, um grandioso e interessante torneio futebolístico.

Os jogos disputados, respectivos resultados e taças a que concorreram foram os seguintes:

— TAÇA «COMANDANTE ROCHA» —

União dos Ex-Alunos Salesianos 3 x Grêmio XV de Dezembro 2
(1.ºs. quadros)

— TAÇA «ASSOCIAÇÃO MÉDICA SANTANA» —

União dos Ex-Alunos Salesianos 1 x Grémio XV de Dezembro 2 (2.ºs. quadros)

— TAÇA «CAPITÃO GONZAGA» —

Casa do Sargento 1 x Rádios Assumpção F. C. 0 (1.ºs. quadros)

— TAÇA «SARGENTO CANAS» —

Casa do Sargento 5 x Rádios Assumpção F. C. 0 (2.ºs. quadros)

— TAÇA «CAPITÃO BOLESTAW» —

Imprensa Clube 3 x Q. G. da Zona Aérea F. C. 0 (1.ºs. quadros)

— TAÇA «CAPITÃO NAYLOR I» —

Imprensa Clube 2 x Q. G. da Zona Aérea F. C. 0 (2.ºs. quadros)

— TAÇA «ARGUISSO» —

Centro Social dos Sargentos F. C. 0 x E. C. O. Invernada 2 (1.ºs. quadros)

— TAÇA «GIACOZA IRMAOS» —

Centro Social dos Sargneos F. C. — x E. C. O. Invernada — 2.ºs. quadros

Este jôgo foi vencido pelo E. C. O. Invernada, pelo não comparecimento do C. S. S..

— TAÇA «CAP. J. GOUVEA FRANCO» —

Mascote F. C. 1 x Batalhão Policial F. C. 2 (1.ºs. quadros)

— TAÇA «MAJOR ALBUQUERQUE» —

Mascote F. C. 1 x Batalhão Policial F. C. 0 (2.ºs. quadros)

— TAÇA «COMANDANTE GONZAGA» —

Agapan F. C. 2 x Alfredo Maia F. C. 0 (1.ºs. quadros)

— TAÇA «J. MARTINS FILHO» —

Agapan F. C. 1 x Alfredo Maia F. C. 2 (2.ºs. quadros)

— TAÇA «CAP. MEYER» —

E. C. Mocidade da Ponte Pequena 3 x Corinthians de Vila Mazzei F. C. 2 (1.ºs. quadros)

— TAÇA «TENENTE SAMPAIO» —

E. C. Mocidade Ponte Pequena — x Corinthians de Vila Mazzei F. C. — (2.ºs. quadros)

Este jôgo foi vencido pelo C. V. Mazzei por sorteio.

— TAÇA «CAP. NAYLOR II» —

Quegê F. C. 2 x Sete de Paus F. C. 3 (2.ºs. quadros)

— TAÇA «MILITIA» —

Sem dúvida, os «matches» mais importantes foram os disputados entre os onze do Imprensa Clube x Q. G. da Zona Aérea F.C. e Quegê F.C. x Sete de Paus F.C., considerados os mais credenciados para vencer o torneio, por isso que preliaram 90 minutos, enquanto os demais apenas

lutavam 40. E, entre os principais, salientou-se a disputa entre o Quegê e o Sete de Paus, desenvolvida num ambiente de grande entusiasmo, lealdade e disciplina, e da qual saiu vencedor o primeiro, com a contagem de 5 x 1, fazendo jus à taça «MILITIA».



ESQUADRÃO DE CAVALARIA DA POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO

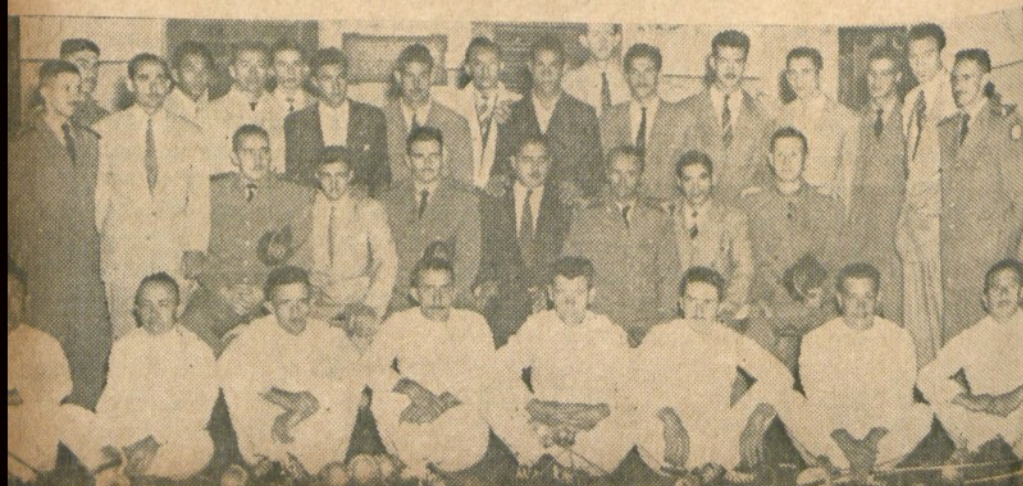
Grupo de Oficiais do Esquadrão de Cavalaria de Pernambuco, instrutores da arma e exímios cavaleiros que, no terreno esportivo, se afirmaram, como expoentes do hipismo pernambucano, mercê dos louros conquistados.

Na foto, vemos o maj. José Luiz da Silva (do E.B., instrutor do Esq.), enquadrado pelos tens. João Batista da Costa, Olinto de Souza Ferraz, Jesus Jardim de Sá e José Vitorino Toscano.



ESPORTISTAS PARAGUAIOS VISITAM A E. E. F.

Grupo formado quando de uma demonstração de esgrima, pelos monitores.



40.º Aniversário da Escola de Educação Física

O fim do 8.º lustro de existência foi brilhantemente comemorado em nosso estabelecimento de cultura física.

Os presentes, entre os quais representantes de entidades civis e militares, foram recreados com interessantes demonstrações de esgrima, ataque e defesa e outras modalidades desportivas.

O cel. Brum Ferlih, Comandante Geral da Fôrça, fêz entrega de uma flâmula desportiva da Escola de Educação Física ao cap. Otávio Gonçalves, presidente da Federação Paulista



Entrega da flâmula, pelo cel. Brum Ferlih

de Voleibol, de cujo ato damos um aspecto na foto, abaixo.

Assinalando a grata efeméride, publicamos, noutra local dêste número, ampla reportagem sôbre a Escola de Educação Física.



Demonstração de esgrima de espada



O Policial e a ————— ————— Educação Física

Educar o físico é um dever tão importante, que nenhum país adiantado se esqueceu de incrementar o seu desenvolvimento. É o trabalho físico o único meio eficiente de se conseguir maior rendimento da máquina humana. Tudo isto é sobrejamente sabido. Entretanto, uma dificuldade se nos apresenta, impedindo que pratiquemos os exercícios físicos tão aconselháveis. Esta dificuldade é engendrada, pelo próprio indivíduo, sob a forma de justificativa. Varia. Cada ser humano, de conformidade com a sua cultura, seu ponto de vista, fantasia e até o próprio desenvolvimento físico, acha uma fórmula adequada para expôr as razões de não cuidar convenientemente dos exercícios físicos. Podemos, no entanto, sintetizar as desculpas, pois tôdas visam o menor esforço: — é a falta de obrigatoriedade. A idéia de que não se desenvolve o físico sem a necessária atração despertada pelo exercício, sem algum prazer, é insubsistente. Se

atendêssemos ao ideal humano, que é conseguir produção sem esforço, poderíamos assegurar que o físico definharia. Sem trabalho é inviável o desenvolvimento físico. Necessário é que a educação física seja uma realidade. Dois modos se nos apresentam, tornando possível atingir-se êsse fim: por meio da prática espontânea, à qual se ligam o pendor, e emulação, e por meio da obrigatoriedade. No primeiro caso é natural que se apresenta certa dose de prazer, o que não acontece no segundo. Todavia, cumpre considerar que para a máquina não importa, tendo em vista o seu completo desenvolvimento, que haja prazer ou que êste não exista. Importa, entretanto, que os músculos sejam cientificamente movimentados, a fim de que se habituem ao trabalho e se tornem capazes de maior produção. Cada ser humano deveria conhecer, por meio de exercícios adequados, qual o limite da sua resistência, até onde seu corpo suportaria um esforço sem prejuí-

zo para a saúde. Excusado dizer que isto só é conseguido por meio da experimentação. O exercício físico executado assiduamente, o esforço constante, a avaliação periódica da capacidade orgânica é que nos dá a noção precisa do valor físico de cada indivíduo. Infere-se disto que, se não houver um meio de compelir os indivíduos à prática de trabalhos susceptíveis de desenvolver-lhes o físico e melhorar-lhes as funções, não será possível a qualquer coletividade atingir alto nível de cultura física. No mundo civil nota-se algum interesse neste sentido, embora poucos sejam aqueles que se dedicam profundamente; a maioria limita-se a uma prática que poderíamos considerar mero paliativo, um simples esforço para quebrar a monotonia da existência, na falta de outros recursos que os conduzissem à realização do bem supremo, que cada indivíduo tem idealizado para si mesmo. E, deste modo, dentre os que praticam exercícios físicos, poucos têm a sorte de ver coroado seu trabalho com um perfeito e harmonioso desenvolvimento físico, porquanto suas atividades não são bem orientadas e, não raro, lhes falta objetivo. Isto é plena-

mente justificado porque a preocupação fica restrita em passar o tempo e não em aperfeiçoar-se. O trabalho físico é exaustivo; como tudo que é útil e proveitoso, exige sacrifícios. Numa concepção irrefletida, o homem, devido ao anseio de conservação, erra, evitando o esforço físico. Superficial observação poderia confirmar o desacerto. Mas por que preocupar-se com o físico se a vida não está exigindo que êle se desenvolva? Com a aparelhagem moderna que simplificou o trabalho e não raro dêle prescinde, a vida decorre suavemente, sem maiores dificuldades que as apresentadas pelo próprio progresso. Assim é que o barco da vida prossegue, ao sabor das ondas e enquanto não temos borrasca, nada de preocupações. O que importa é viver. Como? Viver como puder, de acôrdo com o próprio modo de encarar a existência.

Entendemos, então, que não é imperioso na vida hodierna, um aprimoramento físico real, bastando o aparente, que é perfeitamente conseguido pela indumentária que um bom alfaiate ou costureira confeccione. Que importam as gerações futuras? Para que um corpo bem desenvolvido se a vida é tão cur-

ta ? Basta-nos suportar os a-borrecimentos do trabalho coti-diano. É suficiente gastar as energias como melhor nos a-prouver. Porém, se à maioria é permitido pautar a vida desta maneira, ao policial é vedado tal raciocínio. Como não se lhe permite desviar-se das nor-mas disciplinares, também não se lhe concede o direito de des-cuidar-se do físico. Além de um dever para com a sociedade, é uma imposição do elevado mister, uma necessidade da auto-defesa, um princípio dig-nificante do policial.

Como impôr-se perante os concidadãos se o policial não a-presentar qualidades físicas, morais e intelectuais compati-veis com a própria missão ? Não obstante estarmos em um século evoluido como nunca, é imprescindível ter em mente o direito da força em contraposi-ção à força do direito; se isto é uma desalentadora verdade quanto às nações, melhor se confirma entre os indivíduos. Em consequência, surge uma ordem de aprimoramento do po-licial:— Físico, Moral e Intele-tual. Ainda se nos apresenta uma correspondência na classi-ficação humana dentro da socie-dade:— Homem, Cidadão, Au-toridades. Pois bem, o policial

deve estar em condições de se impôr em benefício da socie-dade e é óbvio que a maior difi-culdade surgirá quando o poli-cial se defrontar com o homem — físico contra físico. Este ho-mem será aquele que respeita a superioridade visível, palpá-vel, provável. O progresso, a instrução, o nosso ambiente, o maior desenvolvimento das qua-lidades de cidadão e a seleção a que foi submetida a autoridade, no mundo atual, não impedem que a todo momento se nos de-pare apenas o homem - paixão, brutalidade, incompreensão. A reação, neste caso, é inevitável, a prevenção imperiosa, a repres-são obrigatória.

Eis o policial agindo física-mente para manter a ordem. E se o físico não estiver suficien-temente preparado ? Estamos constatando a miúde. O recur-so será a superioridade de mei-os, o emprêgo de armas e nestes casos, perda da razão, a irreme-diável inexistência de legítima defesa. — **condenação!..**

Preparemo-nos, pois, para nosso melhor porvir ! Pratique-mos sem esmorecer o trabalho físico, como nosso verdadeiro espírito militar exige, prova da nossa contribuição franca, leal e amiga para o verdadeiro engran-decimento da **Fôrça Pública**.



A Escola de Educação Física

da Fôrça Pública

Dados históricos — Contribuição à educação física paulista e brasileira — Atuação em congressos nacionais e estrangeiros — Contribuição aos desportos nacionais — Organização atual — Séde e instalações.

O PRIMEIRO CHEFE



CAP. DELPHIN BALANCIER
do Exército Francês

Comandou de 7-III-1910 a 25-III-1912

Com menos de dois lustros de vida independente, debatia-se o Brasil nas terríveis crises políticas que culminaram com a abdicação de Pedro I. O estabelecimento do «Triunvirato», constituído pelo Barão de Barra Grande, Costa Carvalho e Bráulio Muniz, apenas arrefeceu os ânimos exaltados, sem conseguir, no entanto, apagar totalmente os rastilhos da rebeldia que rebentava aqui, ali e alhures, enperrando a marcha inicial do jovem império nascente. O exército, mesmo pondo em jôgo requisitos técnicos, de dedicação e patriotismo, não pudera debelar a crise e manter o prestígio da autoridade. Sentindo a delicadeza do momento, baixou o poder central a Carta de Lei de 10 de outubro de 1831, determinando a criação das Guardas Municipais, na Côrte e nas Províncias, a fim de aumentar os meios de defesa das Instituições ameaçadas.

Com fundamento naquele diploma, o Brigadeiro Rafael Tobias de

OS QUE VIERAM DEPOIS

CAPITÃO LOUIS LEMAITRE

Exército Francês

25-III-1912 a 5-VIII-1914

TEN.-CÉL. MANOEL ESTEVES GAMOEDA

5-VIII-1914 a 3-I-1925

CAPITÃO ANTÔNIO PIETSCHER

3-I-1925 a 8-III-1927

CAPITÃO ROBERVAL DE MENEZES

8-III-1927 a 17-VI-1929

CAPITÃO PEDRO PRADO FILHO

17-VI-1929 a 11-XI-1930

CAPITÃO ESDRAS EVILMERODACH DE OLIVEIRA

11-XI-1930 a 26-II-1931

CAPITÃO DJALMA RIBEIRO DOS SANTOS

24-VIII-1931 a 1-IX-1931

CAPITÃO ODILON AQUINO DE OLIVEIRA

1-IX-1931 a 26-X-1931

CAPITÃO JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS

26-X-1931 a 3-XII-1931

MAJOR RÔMULO REZENDE

3-XII-1931 a 25-VI-1935

MAJOR PEDRO PRADO FILHO

25-VI-1935 a 5-I-1939

MAJOR DJALMA RIBEIRO DOS SANTOS

5-I-1939 a 29-III-1940

MAJOR ESDRAS EVILMERODACH DE OLIVEIRA

29-III-1940 a 26-IX-1947

MAJOR LUIZ GONZAGA DE OLIVEIRA

26-IX-1947 a 29-VII-1948

MAJOR GUILHERME ROCHA

29-VII-1948 a 21-II-1949

Galeria dos Comandantes da E.E.F.





Reminiscências...

1912. O famoso jôgo do pau, numa sessão de estudo.

Aguiar, que dirigia os destinos de Piratininga, cria, a 15 de dezembro de 1831, a Guarda Municipal Permanente da Província de São Paulo, com o efetivo de 150 homens — 100 de Infantaria e 50 de cavalaria — para «manter a tranqüillidade, auxiliar a Justiça e substituir na terra bandeirante as tropas de linha, chamadas ao Rio de Janeiro, pela gravidade da

situação». Assim, nasceu a Fôrça Pública de São Paulo.

Dêsse marco basilar, partiu, impávida e vertical, na sênda luminosa dos seus grandes destinos. Edificou quartéis e fundou escolas; levantou hospitais e monumentos de assistência social; organizou serviços provedores e abriu roteiros ao cooperativismo no Brasil, com a Caixa Benefi-



Ginásio
 "Delphin
 Balancier"
 onde nasceu
 nossa Escola de
 Educação Física
 Construída em
 1912 e reformada
 da em 1935.



Instalações da av. Cruzeiro do Sul.

Aí estão salas de aulas, departamentos e gabinetes. A frente vê-se a pista de corrida e, à esquerda, os pórtico e caixão de areia.

cente, criada aos primeiros albos do século atual. Fundou instituições científicas, recreativas, órgãos de assistência religiosa e esculpiu seu nome nos campos de batalha nacionais e estrangeiros, com o sangue de seus bravos, tombados em holocausto à Pátria.

Não tem sido menos grandiosa a obra de Educação Física da Milícia Bandeirante. Tentemos descrevê-la, em rápidas pinceladas, com elementos que colhemos em fonte respeitável.

Criada a Guarda Municipal Permanente, a sua instrução militar passou a constar de exercícios de tiro, manêjo da baioneta, da espada, do sabre, exercícios especiais de flexionamentos, deslocamentos e marchas em ritmos variados. Num treinamen-

to dessa ordem estavam contidas, sem dúvida a Hoplomaquia e a Agonística dos helenos, ou seja, no primeiro caso, exercícios físico-militares, precursores das aplicações militares dos nossos dias e, no segundo, uma ginástica especial para a arte da guerra. Dêsse modo, pode-se afirmar com segurança que a educação física na Força Pública nasceu em 1831, ao mesmo tempo que os Permanentes. Por volta de 1885, a instrução militar da Milícia foi enriquecida de um treinamento especial de armas brancas, notadamente da baioneta, seguido de corpo a corpo, integrante da chamada instrução **Moreira Cesar**. Aí está a luta corporal, o desporto de ataque e defesa, um dos ramos do moderno pugilismo. Com a Hoplomaquia e a Agonística a Milícia ban-

deirante foi à Retirada da Laguna e aos campos do Grande Chaco; com a Moreira Cesar, bateu-se no cerco da Lapa e nos sertões baianos, contra as hostes de Conselheiro.

Corria o ano de 1894. Ballava ainda no ar, por tôdas as bandas da metrópole bandeirante, a ressonância da esgrima boêmia e romântica do Convento Franciscano, com Castro Alves, Duque Estrada e seus radiosos contemporâneos, às ordens daquele mestre alemão, numa reedição do que se havia feito em Bolonha, Salamanca e nas Universidades Teutônicas. Chega a São Paulo e começa a lecionar a nobre arte o conhecido mestre d'armas peninsular, Giacinto Sanjes. A 7 de setembro daquele ano, é diplomado em provas públicas, a exemplo dos rituais da Academia de Carlos IX e da Escola de Marozzo, um jovem miliciano da então Brigada Policial. Trata-se do então alferes Pedro Dias de Campos, precursor da Educação Física brasileira, de acôrdo com decisão do II Congresso Paulista de Educação Física. De posse da técnica do esporte fidalgo, o jovem oficial paulista procura divulgá-lo por todos os meios.

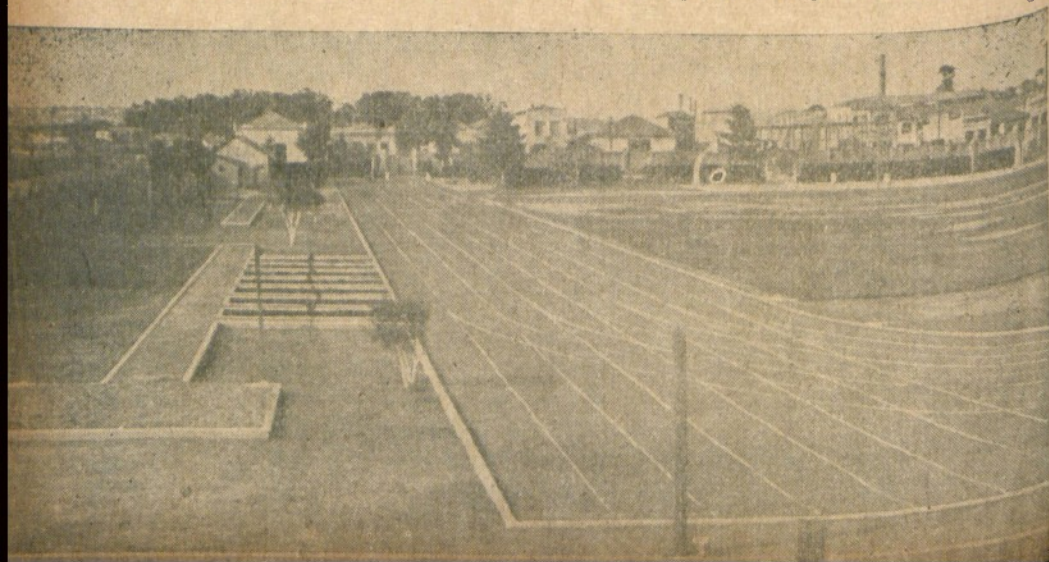
Funda, em abril de 1896, a Sala de Armas Giacinto Sanjes; dois anos depois, cria a Sala de Armas do Internacional e logo após o Clube de Esgrima 7 de Setembro, que marcou a época áurea da prancha nacional no dizer dos cronistas do tempo.

Em 1899, com um grupo de esportistas, Pedro Dias de Campos cria a secção de futebol do Internacional, fazendo este Clube cerrar fileiras com os São Paulo Athletic, Germânia, Mackenzie e outros, na prática do esporte bretão que ensaiava os seus primeiros passos, com o trabalho de Charles Muller.

A 15 de julho de 1902, é inaugurada, no quartel da Luz, uma Escola de Esgrima de espada, florete e sabre, para preparação de oficiais e sargentos, sendo seu fundador, diretor e professor, o ten. Pedro Dias de Campos. Doutrinariamente, regia-se a escola pelo sistema da famosa Magistral Militar de Roma.

Jorge de Tibiriçá, bandeirante de lei que presidia os destinos do nosso Estado, contrata, em 1906, u'a Missão Militar do Exército Francês para instruir a Fôrça Pública. Com os oficiais gauleses, vieram os capitães

Angulo do estádio da Escola, vendo-se aparelhos, quadras, pistas e campo de futebol.



Delphin Balancier, Louis Lemaitre, professores de esgrima e ginástica, diplomados pela Escola de Joinville. Com êsses dois expoentes da cultura física francesa, foi iniciada a prática da esgrima e da ginástica na Milícia, de acôrdo com o sistema adotado na Escola do Distrito de Sena. Nesse mesmo ano começa a ser praticado na Corporação o box savat, ou box francês, fazendo-se a tradução do regulamento oficial da pátria de Demyeny.

A diferença de doutrina determinou o fechamento da escola de esgrima Pedro Dias de Campos, surgindo em seu lugar, no ano de 1907, uma Sala D'armas, criada e dirigida pelos instrutores galeses.

Homologando uma proposta da Missão Militar Francesa, o govêrno paulista cria, a 9 de março de 1910, com sede na ala direita do quartel da Luz, o Curso de Esgrima e Ginástica, para formação de técnicos para instruir a Corporação. Era a consolidação de uma obra que vinha em marcha acelerada. Era a Escola de Educação Física da Força Pública — e esse nome lhe foi dado por lei estadual 3 anos mais tarde — a primeira escola que surgia no Brasil e a terceira de tóda a América do Sul. A mesma disposição legal que mudou o nome do Curso de Esgrima e Ginástica, o acresceu de uma secção de jiu-ji-tsu que teve como diretor e técnico o ten. Delbor, da Missão Francesa, especializado em esportes de ataque e defesa.

O incidente de Sarajevo fêz explodir a primeira Grande Guerra. Balancier, Lemaitre, Delbor e seus companheiros são chamados aos campos de batalha para defender a Pá-



O ten. cel. José Hipólito Trigueirinho, atual comandante da Escola, em seu gabinete de trabalho, nó estádio da av. Cruzeiro do Sul.

tria, deixando a direção da Escola aos nossos elementos, já credenciados, aliás, pelos conhecimentos adquiridos. Foi convocado para a direção do estabelecimento o ten. cel. Manoel Esteves Gamoeda, esportista ilustre, hábil espadachim, campeão invicto do Sul-Americano do Centenário, que cruzou lâminas com o Barão de São Malato, expoente da Escola Siciliana. Como auxiliares, o Comandante Gamoeda recrutou Antenor Gonçalves Musa, para a secção de ginástica, e Faustino da Silva Lima, o saudoso maj. Faustino, que tombou heróicamente nas barricadas de 1924 e que, na Necrópole de São



O corpo docente da Escola, no intervalo das aulas tendo ao centro o Comandante do Estabelecimento.

Paulo, em estátua que encima seu mausoléu, empunha ainda uma espada, arma que manejou com perfeição, para dirigir a Seção de Esgrima.

Pequenas alterações na organização da educação física da Fôrça Pública foram levadas a efeito, a partir de 1914, sem, contudo, alterar-se as linhas fundamentais traçadas pelos professores franceses. Em 1933, no entanto, é enviada ao Rio de Janeiro

uma delegação de oficiais combatentes e médicos para cursar a Escola de Educação Física do Exército, orientada naquele tempo pelas diretoras novas da Escola de Joinville. Compunham-na os então tens. Agenor de Almeida Castro, João Franco Madia, João de Oliveira Melo, Pedro Alves de Brito, Erlindo Salzano e Artur Alcaide Valls. Essa falange de batalhadores, de re-



Departamento Técnico.
O 1.º ten. Edson Falco Lacerda, chefe do Departamento, assessorado por dois sargentos auxiliares, retira dos quadros básicos elementos para os programas semanais.

Departamento de
Medicina
Especializada

O maj. dr. Armando Bergamini, chefe do Departamento e seu adjunto 1.º ten. dr. Floriano Bagaglia, em exame fisiológico dos candidatos ao alistamento.



gresso, empreendeu notável reforma, consubstanciada no regulamento de 28 de maio de 1936. Bases mais amplas, no terreno doutrinário e científico, foram imprimidas ao tradicional estabelecimento de ensino que passou a adotar o Método Francês de Educação Física, oficializado no País, por Lei federal. A organização atual pouco difere da de 1936, acrescida, naturalmente, de uma visão mais ampla no ensino, dados os progressos da ciência que seus pro-

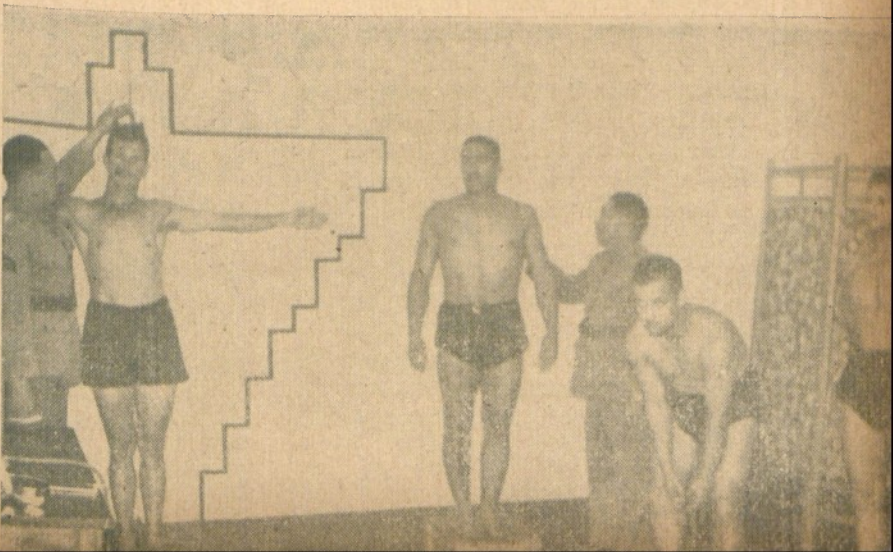
fessores têm acompanhado de perto, já pelo tirocínio e continuados estudos, já por observações nos centros mais adiantados da América e da Europa, onde fizeram viagem de estudos.

CONTRIBUIÇÃO A EDUCAÇÃO FÍSICA PAULISTA E BRASILEIRA

A proporção que formava técnicos e professores, espalhava-os pelos clubes, entidades e estabelecimentos de ensino, a princípio de São Pau-

Departamento de
Medicina
Especializada

Candidatos ao alistamento na Força são examinados na toesa e na balança. Sargentos auxiliares dos médicos especializados, em plena ação.



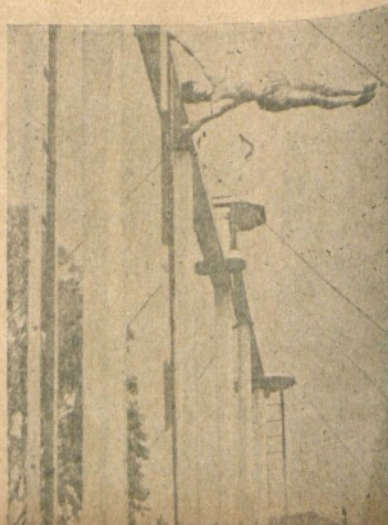


Uma formatura
da Escola, por
ocasião da abertu-
ra dos cursos.

lo e, mais tarde, de vários pontos do País, no desejo incontido de prestarem, a Escola e a Fôrça Pública, a maior contribuição à educação física nacional. Angelo Bernardelli e José Pina de Figueiredo, em Santos; Carlos Ramalho, Frederico Moreira, Diomedes Mendes Ferreira, Antônio Napoleão de Araujo, Aleixo Gonzales Arias, Anício Pinheiro, José Bonifácio Norival de Carvalho, no Paulistano, Portugal Clube, Clube Português, Palmeiras, Tietê, Floresta, São Paulo Railway, Corinthians Paulista, Comercial F. C., estes últimos desta Capital, são atestados eloquentes da nossa contribuição à cultura física da nossa gente. Os clubes e entidades de Ribeirão Preto, Bauru, Taubaté, Sorocaba e Campinas, onde se acham sediadas unidades da Fôrça, também receberam valioso auxílio dos elementos diplomados pela Escola da Fôrça. Outros deixaram as fronteiras do estado e foram atuar mais além, como Joaquim Loureiro, em Pernambuco e no Paraná; João Marques e José Neubern, no Rio de Janeiro. Menor não tem sido nosso trabalho pelos estabelecimentos de

ensino. Na Escola de Educação Física e Desportos do Estado, nossa brilhante irmã de lutas e idéias, pontificaram Erlindo Salzano, Alcaide Valls, João Franco Madia e Armando Bergamini que ainda integra o seu corpo docente. O comandante Esdras de Oliveira lecionou no Vera Cruz, Cruzeiro do Sul e Guedes de Azevedo, de Baurú; o cap. Antônio Araujo, cap. Ênio Colaça França, dr. Orlando Borelli e sub-ten. Jarbas de

Bandeira
pelo sgt. Miranda Quissak.



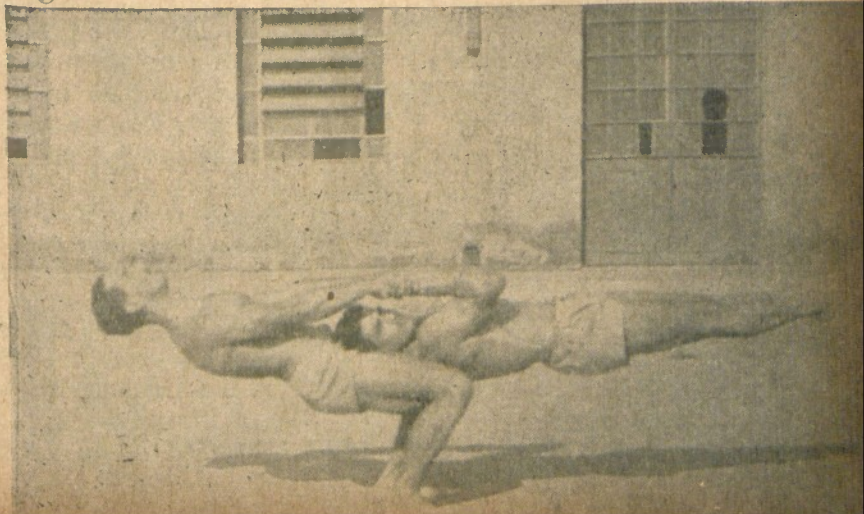
Carvalho, no Liceu Eduardo Prado, cap. Agenor de Almeida Castro, no Colégio Santo Agostinho; o cap. Hamilton Rangel Gama e o sub-ten. Aix Gomes, no Saldanha da Gama; cap. José de Abreu, no Ginásio do Estado de Taubaté; sgt. Miguel Batista Gonçalves, no Ginásio de São Caetano; o maj. Arrisson de Souza Ferraz, no Curso de Admissão ao Magistério Secundário, além de outros.

Querendo levar mais longe a sua contribuição à educação física nacional, a Escola Miliciania concedeu matrícula e diplomou médicos para diversos clubes de São Paulo, a fim de dar-lhes os recursos científicos para orientação e controle das práticas desportivas de milhares de jovens, figurando, entre esses clubes, a Sociedade Esportiva Palmeiras, o Esporte Clube Corinthians Paulista, Clube Atlético Juventus e o Clube de Regatás Tietê. Tem reservado também, de 1936 a esta parte, certo número de vagas nos seus cursos para elementos da Guarda Civil, Guarda Noturna, Polícia Especial e Penitenciária de São Paulo, Corpos de Bombeiros Municipais de Santos, Campinas e Ribeirão Preto, neste



No pórtico da E.E.F., o sgt. Miranda Quissak, em uma prancha sobre o ante-braço.

estado, e, para as Forças Policiais de outras Unidades da Federação, como Goiás, Mato Grosso e Santa Catarina. Anualmente, servidores daquelas Corporações, por força da fe-



Prancha — sargentos Plínio e Miranda.



Esgrima ornamental, no Ginásio da Escola

(Gentileza de "A GAZETA")

liz iniciativa, batalham lado a lado com o soldado paulista, em busca do pergaminho de mestre da cultura física.

Também ao Exército Nacional, que gentilmente tem aberto as portas de suas escolas aos nossos elementos, a Escola de Educação Física prestou a sua colaboração, preparando, em sua sede, um pelotão em ataque e defesa pessoal, para o serviço de polícia da 2a. Região Militar e proporcionando, em estágio de 5 meses, a especialização de oficiais e sargentos do 4.º R.I., para os misteres de instrutor de educação física.

Outra iniciativa interessante da Escola da Força Pública foram os trabalhos de educação física infantil, instituídos ali em 1940. A criançada das vizinhanças do estádio e de outros pontos da Capital, recrutadas

espontaneamente, depois de examinadas, passa a receber aulas e dar cumprimento a um programa, confiado à direção de professores abalisados.

ATUAÇÃO DA ESCOLA EM CONGRESSOS NACIONAIS E ESTRANGEIROS

Em vários congressos brasileiros, continentais e internacionais a Escola foi convocada a tomar parte, deixando bem patente em todos eles os traços marcantes de suas diretrizes pedagógicas, dos recursos e dedicação do seu corpo docente. Dos conclaves nacionais, destacam-se: 1a. e 2a. Reunião de Professores de Educação Física, em 1946 e 1947, no Rio de Janeiro; II Congresso Paulista de Educação Física e Mesa Redonda dos Órgãos Especializados em Educação Física, em 1947 e 1949, em São Paulo. Entre os conclaves

internacionais, figuram: I Congresso Pã-Americano de Educação Física, no Rio de Janeiro, em 1943; II Congresso Sul-Americano de Medicina Especializada, no Rio de Janeiro em 1946; 3a. Conferência de Professores de Educação Física, em 1947 em Buenos Aires; e II Lingiada, em Estocolmo, em 1949.

Defenderam tese nesses Congressos, os ten. cel. Esdras de Oliveira, majs. Erlindo Salzano, Alcaide Valls, Armando Bergamini e Arrisson de

Souza Ferraz, sendo que os dois últimos o fizeram no País e no estrangeiro.


Conta a Escola com 4 professores que realizaram cursos especiais de aperfeiçoamento. São os tens. Ulisses Teodoro dos Santos e Luiz Nóbrega e Silva, com aperfeiçoamento na Escola Nacional de Educação Física, da Universidade do Brasil, e os majs. Arrisson de Souza Ferraz e Armando Bergamini, com aperfeiçoamento pelo Real Instituto Central de Ginástica de Estocolmo.

- * A MELHOR OBRA DO GÊNERO NO PAÍS!
- * ABORDA OS ASPECTOS TÉCNICO, PEDAGÓGICO, HISTÓRICO E ORNAMENTAL, PERFEITAMENTE ATUALIZADOS.
- * EXCELENTE APRESENTAÇÃO GRÁFICA!
- * 60 ILUSTRAÇÕES!
- * APENAS CR\$ 40,00!

★

Pedidos à Gerência de "MILITIA", mediante remessa em valor declarado, cheque ou vale postal.

CAP. ABALTO FERNANDES DE ANDRADE



TRATADO DE ESGRIMA

FLORETE — ESPADA — SABRE

SÃO PAULO

CONTRIBUIÇÃO AOS DESPORTOS NACIONAIS

Bem numerosa é a falange de atletas que a Escola e a Força Pública têm dado aos esportes paulista e brasileiro. Muitos deles conquistaram para a nossa terra vitórias e louros brilhantes. O cel. Manoel Esteves Gamoeda foi a lâmina invencível da equipe brasileira que levantou o Sul-Americano de Esgrima do Centenário. O grande arqueiro e hoje técnico de futebol Jurandir Corrêa dos Santos, vice-campeão continental, campeão paulista e brasileiro, saú de nossas fileiras; Luiz Bento Ramos, o veterano maratonista que brilhou nos Andes, é tri-campeão Continental e muitas vezes campeão paulista; Joaquim Gonçalves da Silva, tri-campeão da São Silvestre, pentacampeão de A Fogueira, campeão paulista, campeão brasileiro, campeão Sul-Americano, vencedor do recordista Ibarra, é uma das maiores glórias do atletismo brasileiro; Sebastião Monteiro da Silva, Minervino Leão de Souza, Paulo Sebastião, Andrade Lima, Rosa Gaia, Rafael Peluso, Protógenes Conceição, Costa Tor-

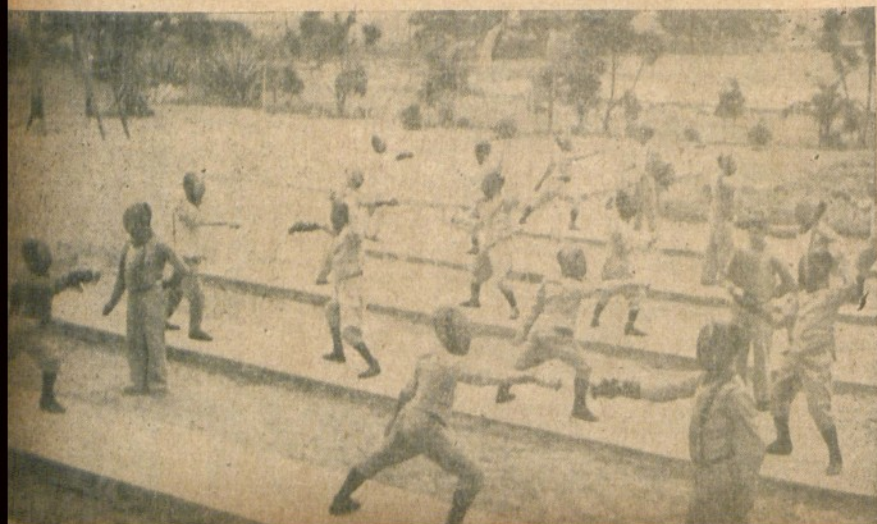
res, deram lindas vitórias ao esporte brasileiro, em território Nacional e além das nossas fronteiras; Antônio Napoleão de Araujo, estilista de ginástica de aparelhos, conquistou brilhantes títulos nesse esporte; Plínio Rosa é detentor do título máximo de alterofilia, em sua categoria. Esta falange, acrescida de outros que não são citados para não se alongar muito, foi preparada e adestrada na Escola da Força Pública, para o serviço da Milícia, mas também para São Paulo e para o Brasil.

ORGANIZAÇÃO ATUAL DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA FORÇA PÚBLICA

Técnicamente, a Escola está dividida em duas grandes secções:

- 1 — Departamento Técnico;
- 2 — Departamento de Ensino Especializado.

O Departamento Técnico consta de secções de Educação Física, de Esgrima, de Esportes Náuticos e Secção Especializada, para Ginástica de Aparelhos, Sóló e Acrobática. O Departamento de Medicina consta dos Gabinetes Biométrico, Fisiológico e



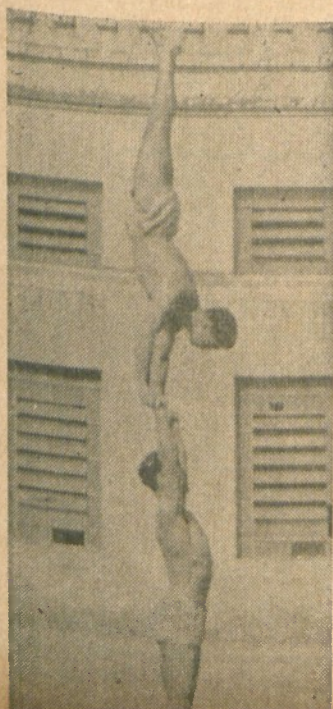
Uma aula de esgrima para os Curso de Mestre d'Armas (para oficiais) e curso de Monitores de Esgrima (para sargentos), ambos sob a direção do cap. Adauto F. Andrade.

Um assalto de
esgrima a balo-
neta entre o cap.
Adauto e o sgt.
Ildefonso.

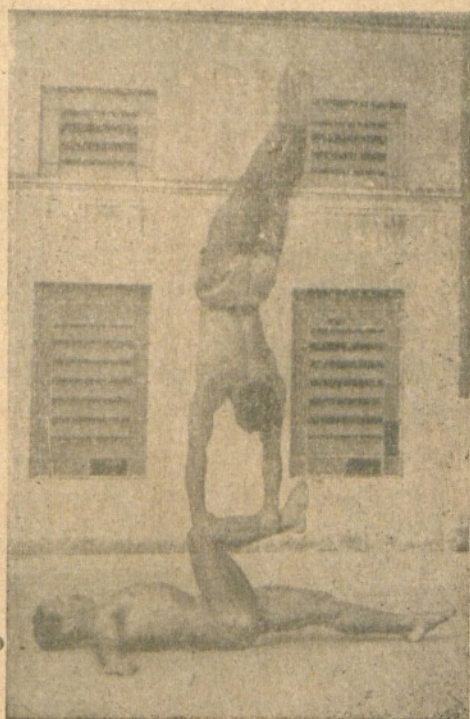


Laboratório de Pesquisas, cabendo-lhe o estudo da parte científica da educação física e os exames de ingresso à Força Pública e todos os cursos. O Departamento Técnico é o órgão dos estudos pedagógicos e doutrinários da educação física, cabendo-lhe ainda a organização e execução de todas as competições da Força e preparação das equipes para as lutas externas. É Chefe do Departamento de Medicina o maj. Armando Bergamini e do Departamento Técnico o 1.º ten. Edison Falco Lacerda.

Outra difícil demonstração de ginástica de sólo, pelos sgts. Plínio e Miranda.



O Ensino na Escola é distribuído em 6 cursos: a) Curso de Instrutores de Educação Física, para oficiais; b) Curso de Medicina de Educação Física e Desportos, para médicos; c) Curso de Mestres d'Armas, para oficiais já diplomados; d) Curso de Monitores de Educação Física, para sargentos; e) Curso de Monitores Especializados em Esgrima, para

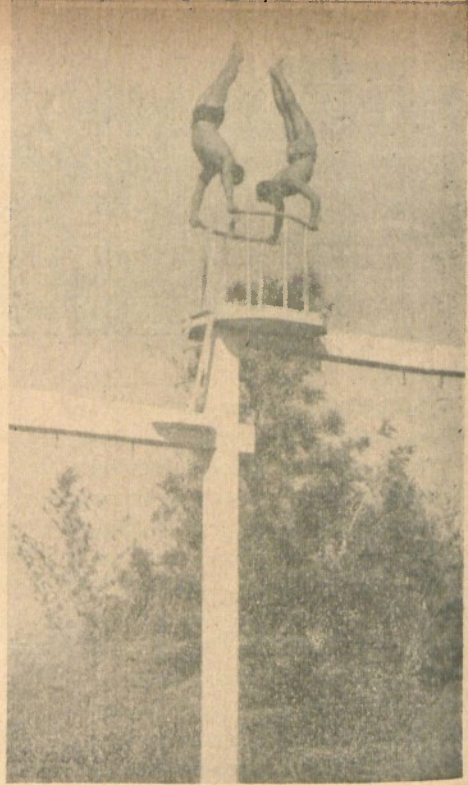


Os sargentos Plínio e Miranda demonstram, nesta parada difficilima, o valor do treinamento físico bem orientado.



Foto Quatros

Ten. Ulisses, Ten. Nóbrega e sgt. Napoleão (Parada de mão em escalada inclinada).



O ten. Nóbrega e sgt. Napoleão fazem dessas também. E não receiam a lei da gravidade.

sargentos já diplomados em educação física; f) **Curso de Massagista Desportivo**, para sargentos portadores do diploma de enfermeiros. O trabalho de preparação e supervisão de

tôdas as atividades letivas é confiado a um órgão especial — **DIREÇÃO DE ENSINO** — que tem como titular o cap. Adauto Fernandes de Andrade. No corrente ano, estão fun-

NÓBREGA & CIA LTDA.

ALFAIATARIA CIVIL E MILITAR

CONFECÇÕES SOB MEDIDA PARA CIVIS, MILITARES E COLEGIAIS

ESPECIALIZADA EM FARDAMENTOS

RUA SÃO BENTO, 520

SOBRE-LOJA — SALAS 3, 4 e 7

TELEFONE 2-5573

★ SÃO PAULO



Desfilam os campeões, homenageando Tira-dentes.

Luiz Bento Ramos e Joaquim Gonçalves da Silva, ostentando as inúmeras e honrosas medalhas conquistadas no campo esportivo.

cionando os Cursos de Instrutores, de Monitores de Educação Física e de Monitores de Esgrima, com um total de 34 alunos.

Cada unidade da Fôrça conta com um Departamento de Educação Física, dirigido por um oficial especializado (Oficial Regimental) que tem como auxiliar um sargento, também especializado. A êsse Departamento cabe tôda a instrução de educação física e a preparação das equipes desportivas, tendo em vista um vasto programa de competições anuais, elaborado pela Diretoria Geral de Instrução, órgão super-visor de todo o ensino e instrução na Fôrça Pública.

A vida desportiva da Fôrça é traçada pela Escola e pela Diretoria Geral de Instrução. Todos os Corpos são convocados, anualmente, às seguintes competições: — 1) — **Torneio de Inverno**, de voleibol, para oficiais e sargentos, no mês de junho; 2) — **Campeonato de Basquetebol**, para oficiais e sargentos, no mês de agosto; 3) — **Torneio da Primavera**, (esgrima e esgrima de baioneta) pa-

ra oficiais, sargentos e praças, no mês de setembro; 4) — **Campeonato Geral** (atletismo, náuticos, e esportes militares e pugilísticos) para oficiais, sargentos e praças, no mês de outubro; 5) — **Campeonato de Futebol**, para cabos e soldados, no mês de dezembro. Constantemente, a Fôrça participa de competições civis, cabendo à Escola selecionar e preparar as equipes. Nesses confrontos, brilhantes louros foram conquistados pelos atletas e milicianos. A galeria de troféus da Escola de Educação Física é expressiva. Fascina e encanta.

O corpo docente da Escola, que organiza, dirige e impulsiona tôdas essas atividades, que prepara professores para os trabalhos de amanhã, que se multiplica, às noites, nas horas de folga, pela Associação dos Professores de Educação Física, pelas entidades especializadas e pelos estabelecimentos de ensino, está à altura dêsses misteres. São indiscutíveis os seus recursos mentais e morais. Comanda o estabelecimento o ten. cel. José Hipólito Trigueirinho. O corpo docente é constituído pelos



Engalanando os festivos das unidades da Força. (48.º aniversário do 4.º B.C.).

Ao alto: o cap. Adauto dispõe os monitores, para a execução do apreciadíssimo bailado Joiville-Pont.

Em baixo: o sgt. Haroldo, na execução duma parada de nuca, na barra, e os spts. Plínio e Aleixo, numa prancha dupla.

majs. Pedro Alves de Brito, que é o imediato do comando, Arrison de Souza Ferraz e dr. Armando Bergamini, cap. Adauto Fernandes de Andrade, 1.ºs. tens. Edison Falco Lacerda, Adérito Augusto Ramos, Ulisses Teodoro dos Santos, Luiz Nóbrega e Silva, Ademar Ferreira, Osmar Antônio Vilela Santos, José Furtado Pisani, dr. Floriano Basaglia e 2.º ten. Alberto Gonçalves de Moura. As funções de Chefe da Formação Sanitária são exercidas

pelo 1.º ten. médico Nacib Miguel Simão. Seletos corpos de monitores, sargentos especializados em todos os ramos da educação física, auxiliam e completa o trabalho do corpo docente.

SEDE E INSTALAÇÕES DA ESCOLA

A Escola está sediada, parte nas instalações da avenida Cruzeiro do Sul, e parte na sua primitiva sede,

da rua Jorge de Miranda. Nesta
acha-se o ginásio coberto, para jo-
gos coletivos, exhibições, almoxarifa-
do, secretaria, gabinetes do Comando
e da fiscalização. Naquela estão en-
globadas tôdas as instalações letivas,
compreendendo sala de aulas, sede
dos departamentos, campos, pistas,
quadras, caixões, pórticos, escadas e
demais aparelhagem para tôdas as
modalidades do ensino e práticas des-
portivas. Estas últimas vão passar,
no corrente ano, por uma reforma,
a fim de melhor atender às necessi-
dades do ensino, já estando consigna-
da pelo Comando Geral da Fôrça,
uma verba de Cr\$ 360.000,00. E', sem
dúvida, auspiciosa esta resolução da-
quele chefe militar, do qual, no en-
tanto, a Escola espera uma solução
definitiva para o seu problema de
sede, que é o seu máximo problema.
As suas atividades cresceram e se

Parada sobre os cotovelos (fôrça con-
jugada).

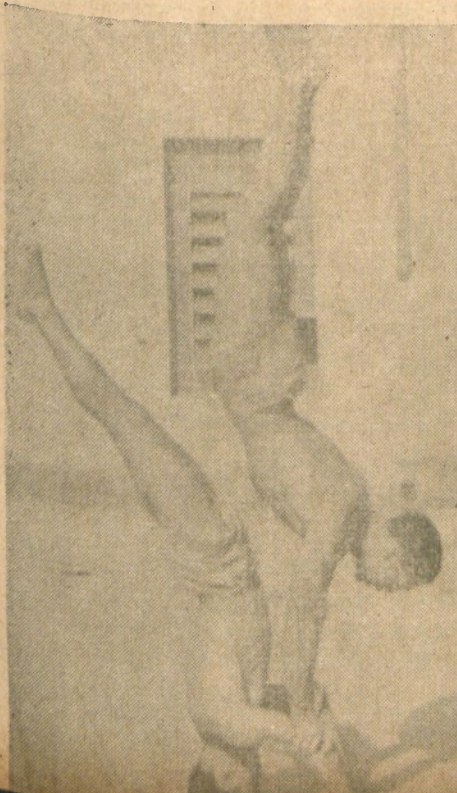


Aplicações Militares — Armados e equi-
pados, nossos homens assim são trel-
nados para as mais variadas missões
do policial-militar.

multiplicaram, exigindo para contê-
las instalações de maior amplitude,
reunidas em um só local, além de
instalações náuticas e piscinas. E
êste local, tudo leva a crer, deve ser
a planície da avenida Cruzeiro do
Sul que tem qualquer coisa de seme-
lhante à Elida dos helenos dos es-
plendôres da Educação Física clás-
sica.

A história da Escola e da Edu-
cação Física da Fôrça é muito mais
longa e tem páginas extremamente
lindas, mas vamos ficar por aqui,
na impossibilidade de descrevê-la, em
rápida reportagem.

Militia sente-se satisfeita e or-
gulhosa ao apresentar aos seus lei-
tores as informações contidas nesta
reportagem e felicita a Fôrça Pública
por êsse magnifico estabelecimento
de ensino que não só honra as tra-
dições de ordem e cultura da Corpo-
ração, mas, também, dignifica os fo-
ros da cultura física nacional.



Ciranda



ANTES A DENTADURA DO QUE...

Quando passava pelo campo de Santana, no Rio, o investigador Moacir Possidônio dos Santos escapou de morte certa quando sua arma disparou, em consequência de uma queda, indo o projétil atingir a sua dentadura postiça, esfarelando-a.

NOS BRAÇOS DE MORFEU

A rádio-patrolha de Belo Horizonte salvou da morte um indivíduo que dormia perigosamente à beira de um abismo. Seu nome era Morfeu dos Anjos Rodrigues.

BRINCANDO COM FOGO...

Está prêso em Pôrto Alegre o "maior" Manoel Frederico Gonzales de Aragão, criminoso violento e perigosíssimo, que está sendo acusado de ter escapado da prisão duas vezes e incendiado os prédios do Tribunal do Júri e da Repartição Central de Polícia daquela cidade.

SE A MODA PEGA...

O cidadão Gonzalo Lopes, falecido na cidade de Pedro L. unôz, deixou disposto em testamento que fôsse presenteadá com um charuto tôda pessoa que assistisse ao seu entêrro.

PASSEIO A CAVALO...

A baronesa alemã Ellen von Hohe-nau foi de Gannisch a Roma a cavalo, percorrendo 600 quilômetros em 30 dias.

DE MÉDICO E DE LOUCO...

No Rio, o professor Adauto Botelho declarou que 10% da população é atacada por distúrbios de natureza psíquica.

LIBERDADE DE PASSARINHO

Em São Paulo, o ladrão José Antônio Barbosa foi detido por uma ronda da polícia na rua Livre.

AMIGOS DO ALHEIO...

Em São Paulo, os soldados de uma guarnição da rádio-patrolha descalçaram as botas para socorrer algumas vítimas de inundação. Quando terminaram o trabalho, as botas haviam desaparecido.

ISSO SE FÊZ...

Em São Paulo, o pintor Luiz Isso mantinha o seu filho João Isso, de 11 anos, acorrentado em casa para evitar que o menino aborrecesse os vizinhos. Isso não se faz.



Recebemos colaboração de charadas novíssimas, sincopadas, casais, em versos, auxiliares, logogrifos em prosa e em verso e palavras cruzadas.

A correspondência e colaboração deverão ser endereçadas à "Militia", — Secção de Édipo, Rua Alfredo Maia, 106.

São adotados nesta Secção, o Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, Simões da Fonseca e o Breviário do Charadista.

LOGOGRIFO EM VERSOS

1 — Édipo, acorda!

Ó Tu que por pai tiveste Laio
E que sabes todos os mistérios,
Em nome da Esfinge eu saio
A dirigir-te uns impropérios

Onde estiveste foragido?
Em que choupana te escondeste?

[3-7-5-4

Diz-me, quem ouviu o teu vagido?
Que voto dê silêncio fizeste?

Volta agora do degrêdo
A que a sorte te levou: 7-3-4-5-2..

Volta, solve êste segrêdo,
Que a Esfinge preparou
Para a notícia te dar cedo: -1-7

Tragédia! Tua mãe se matou.

[6-4-5-5-2

Contra

LOGOGRIFO EM PROSA

2 — Uma 1-11 boa charada não deve conter expressões por demais vagas ou terminologia profundamente

te técnica ou especializada. Por exemplo: — uma ave da família dos motídeos é diferente 11-2-4-6-8 de um peixe da família dos carangídeos.

Para decifrar essa charada sincopada, achando-lhe o conceito: juruajuva talvez fôsse necessária uma junta de naturalistas.

É preciso muito carinho 4-10-7-9-2-6-8 para evitar que, em tais casos, o charadista, sem a proteção 8-3-8 divina vá até 4-5 parar na cova.

Von Silva

CHARADAS AUXILIARES

3 —

+ brado = liso
+ cado = lembranças
+ guesa = generosidade
Conceito = Queixar-se

Contra

4 —

+ carrão = zanga
+ bungo = baile de negros
+ gã = revólver de cavalaria grande e de cano comprido.
+ la = caminho entre montanhas.

Conceito = Risada de escárneo.

Onz

CHARADAS NOVISSIMAS

5 - Uma gota de sangue basta para fazer bruxaria. 2-1

6 - A mulher palreira não tem paixão do vizinho. 2-1

Von Silva

MO

PALAVRAS CRUZADAS

Horizontais:- 1 - Que suspende - 2 - Resposta de um Deus a quem o consultava - 3 - Relativo a cacique - 4 - Nome de homem - 5 - (Mytol) Filho de Dédalo - 6 - Bens de mulher casada (pl) - 7 - Verbo - 8 - Nome de homem - 9 - Peça do navio que reforça as cavernas.

Verticais:- 1 - Lugar (pl) - 2 - Comprar garrotes-Metade de coco-Grande veado Europeu s/a última - 3 - Vacilante - 4 - Rio da Província da Catânia-Nota musical - 5 - Pintura para automóvel s/a última-Modo de cortar a crina animal - 6 - Interjeição que serve para chamôr - 7 - Nome comum a todos os pequenos Columbiformes.



SOLUÇÕES DO NÚMERO 9

1 - Felicidade. 2 - Mandamento. 3 - Módulo. 4 - Filargia. 5 - Querela. 6 - Fábula. 7 - Tabaréu. 8 - República. 9 - Limonada. 10 - Edilidade. 11 - Saldo. 12 - Revelho. 13 - Doesto. 14 - Lâmina. 15 - Fenomeno-feno. 16 - Morada-moda. 17 - Falecido-fado. 18 - Fôlego-fogo. 19 - Recruta-reta. 20 - Corisco-coco. 21 - Trajado-trado. 22 - Lúcula-lula. 23 - Quenga-o. 24 - Festa-o. 25 - Marco-a.

PALAVRAS CRUZADAS

Horizontais e verticais:- Cabo - Amor - Boia - Orar.

Problema «O Bêbado»

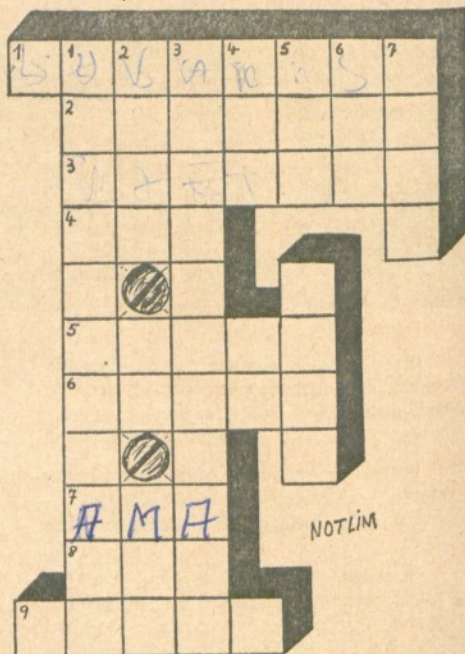
Horizontais:- Huri - Irar - Guia - Nó - Em - Nazarenas - Pá - Ironiza - Atar - Cenos - Valete - Ola - Operária.

Verticais:- Higiénico - Urú - Raio - Iraniano - Marel - Zona - Riso - Zé - Nave - Sala - Pati - Area - Ter - Ar.

SOLUÇÕES DO NÚMERO 10

1 - Afugenta. 2 - Isoperimétrico. 3 - Merecimento. 4 - Polido. 5 -

AO CAP. TENORIO Q. DOS SANTOS



Panria. 6 - Monótono. 7 - Pandano. 8 - Cambeta. 9 - Filamento. 10 - Unau. 11 - Bombilha. 12 - Facada-fada. 13 - Jatobá-jabá. 14 - Lúbrico-luco. 15 - Ordenar-ornar. 16 - Boneca-o. 17 - Conta-o. 18 - Máxima-o. 19 - Puro-a. 20 - Sapo-a.

PALAVRAS CRUZADAS

Problema «9 de julho»

Horizontais:- Julho - Orear - Bondadoso - Carie - Ébano - Caldos - Soldar - Alie - Gune - Losnas - Abalas - Taoca - Sedan - Usado - Orion - Caso - S.O.S.

Verticais:- Jônio - Urdes - Leal - Hades - Orobó - Balisas - Ordenou - Salgado - Ondular - Calota - Oanani - Cal - Rês - As - Os.

Problema «Torneio de Inverno»

Horizontais:- Az - Cacica - Tú - Alaro - In - Raras - Eritroide - Mar-moear.

Verticais:- Atira - Zunir - Carro - Alaor - Cária - Irada - Coser - Em - T.M..

7 - O machado antigo estava no vaso para guardar vinho e seu proprietário foi roubado com intimidação. 2-2

8 - Na pedra de moinho é zero a macaqueice. 1-2

Onz.

9 - A vaca foi colocada ali como réplica. 1-2

10 - Esta nota de luto tem uma só face. 1-1

Notlim.

11 - Ao Sol, sem ferramenta, é coisa difícil obter açúcar em tijolos. 1-1-2

12 - Tem grande massa a pedra do moinho do Rei 1-1

13 - Comeu o único bocado de creme que lhe restava e pôz-se a dormir por um pouco 1-2

Contra.

CHARADAS SINCOPADAS

14 - Durante o nevoeiro perdi minha boneca. 3-2.

15 - Aquela moça tem boa aparência. 3-2.

Von Silva.

16 - Uma rocha é mais sensível que o coração mal agradecido. 3-2.

17 - Velho decrépito é como louça quebrada. 3-2.

Contra.

18 - Pediu permissão para entrar na briga. 3-2.

Notlim.

19 - Um orçamento não depende de uma ablução 3-2

20 - A pequena náu ia cheia de homens de escol 3-2

21 - Obarril estava cheio de vinho côr de fogo 3-2

22 - No conflito feriram o soldado na barriga da perna 3-2

Contra

CHARADAS CASAIS

23 - A bruxa soltou um assobio e desapareceu 3.

24 - Soldado de policia não gosta de mulher feia. 3

25 - Esse assunto não tem base. 2
Von Silva.

26 - O individuo matreiro tem um futuro sólido. 2

27 - Um colchão compacto precisa arremate. 2

Contra.

28 - É doloroso matar esta galinha magra. 3

Notlim.

29 - Vende-se um papagaio por uma libra 2

30 - No momento propício uma descarga de fuzilaria, é eficiente 2

31 - A posse de um cobertor grosso não é motivo para arrogância 2

Contra.



PREVISÃO

Os futebolistas ingleses já organizaram o regime diário para a concentração no Brasil, por ocasião dos jogos da Taça do Mundo, que é o seguinte: — 7,30 — chá simples, servido nos apartamentos; 9,00 — pequeno almoço, constituído de ovos, presunto, fiambre, frutas e chá; 10,30 — treino (quando determinado pelos técnicos); 13,00 — almoço normal; 17,00 — chá, bolos e torradas; 20,00 — jantar; 21,00 — diversões; e 23,00 — recolher.

PÁGINA HUMORÍSTICA

Publicamos abaixo as legendas premiadas do concurso "Espírito Humorístico dos Leitores"... Os vencedores residentes na Capital poderão procurar seus prêmios em nossa Redação, das 12 às 18 horas. Aos do interior remete-los-emos por vale postal,



1.º LUGAR

ESPÍRITO PIEDOSO

- *Você acaba ficando prêso com essa brincadeira.*
- *Brincadeira? Não vê que o sargento disse ontem que fuzil tem alma e, como hoje é dia de finados...*

Nelson Soares — Rua Conego Ladeira, 30-A — (Tucuruví) Capital

2.º LUGAR

NO CORPO DA GUARDA

- *Por que puseram essas florzinhas?*
- *Foi o sargento, prá quando formar a guarda. Hoje é o aniversário do comandante...*

Carmo O. Crecchi — Rua Cel. Gustavo Santiago, 297 — Tatuapé) Capital

3.º LUGAR

ESPÍRITO INVENTIVO

- *Que tal minha invenção?*
- *Invenção?!*
- *Sim. Um tipo de cobre-mira para desfiles.*

Aparecido Amaral Gurgel — Araraquara, Est. de São Paulo

COMUNICADO AOS LEITORES

Deixamos de publicar o habitual desenho desta página, por se achar em reorganização o nosso departamento de concursos, ao qual desejamos dar forma mais interessante e ampliada.

Legislação

Ajuda de custo

A praça viuva e com filhos faz jús ao mesmo abono de transferência estabelecido para praça casada. BG 52, de 7-III-50.

Alimentação a hospitalizados

As diárias de alimentação dos elementos baixados ao H.M. passarão a ser cobradas, a partir de fevereiro do corrente ano, aos seguintes preços :

Força Pública	
Oficiais, aspirantes e alunos oficiais	25,00
Sub-tenentes e sargentos ..	19,00
Cabos e soldados	17,00
Guarda Civil	
Inspetores e sub-inspetores	25,00
Classe distinta	19,00
Guardas de 1.ª, 2.ª e 3.ª clas.	17,00
Guarda Noturna	
Inspetores e sub-inspetores	25,00
Classe distinta e regionais de 2.ª e 3.ª classe	19,00
Guardas de 1.ª, 2.ª e 3.ª classe	17,00

BG 55, de 10-III-50.

Centro de Formação e Aperfeiçoamento

Dá outra denominação ao Centro de Instrução Militar e, baixa regulamento para o novo Centro de Formação e Aperfeiçoamento (CFA). Dec. 19347, de 11-IV-50. Esse diploma que é longo, 106 artigos e 3 anexos, estabelece, pormenorizadamente, a organização e o funcionamento do instituto destinado a formar ou aperfeiçoar oficiais, sargentos, cabos e soldados para o desempenho de suas funções na Força Pública, consoante as missões que lhes são conferidas pela legislação vigente. Os processos de seleção, instrução e educação são tais que o

Cap. José Arimathéa do Nascimento

acesso ao oficialato e às graduações de sargento e cabo e a formação de soldado sòmente são possíveis aos que hajam revelado qualidades indispensáveis às missões que terão de desempenhar. BG 87, de 20-IV-50.

Comissão Central de Compras

Normas para o funcionamento da Comissão Central de Compras do Estado. Lei n.º 511, de 18-XI-49.

Centraliza, para tódas as repartições estaduais, a compra de diversos materiais. Edital n.º 1. BG 69, de 27-III-50.

Concurso para especialistas

Normas do concurso para o preenchimento de vagas de especialistas, artífices e escreventes, anexas ao BG 61, de 17-III-50.

Conferências

Nos dias 13, 20 e 27 de abril de 1950 o cap. Teodoro de Almeida Pupo fará palestras sobre "Organização do Corpo de Carabineiros do Chile e Corpo de Bombeiros da Comuna de Santiago" e outros assuntos de interêsse geral colhidos durante a sua viagem e permanência na República do Chile. BG 59, de 15-III-50.

Crédito especial

Fica aberto, com vigência até 31 de dezembro de 1950, um crédito especial de Cr \$ 4.810.000,00, destinado ao prosseguimento de obras de construção e reforma de quartéis de F.P. do Estado. Lei 664, de 16-III-50.

Descontos variáveis

As relações de descontos variáveis devem ser entregues ao Serviço de Fundos por elemento capacitado a prestar auxílio à 3.ª Sec. do S.F., na passagem das alterações constantes das ditas rela-

ções para as fichas financeiras destinadas ao saque de vantagens em folhas. BG 48, de 2-III-50.

Destacamento da Ilha Anchieta

Fica limitado ao máximo de 2 anos o tempo de permanência do pessoal naquele destacamento, sendo que os homens não devem ser substituídos antes desse prazo, senão por motivo plenamente justificável. BG 51, de 6-III-50

Diária de Carnaval

Autoriza ao SF a efetuar o pagamento da importância correspondente a meia diária de diligência, por dia de serviço, aos elementos empenhados no policiamento da Capital, durante os dias de Carnaval.

As Unidades que tiverem elementos empenhados no referido policiamento, deverão providenciar as respectivas requisições àquele Serviço. BG 52, de 7-III-50.

Diligências — Restrições

As diárias atribuídas aos funcionários que se deslocam temporariamente da respectiva sede no desempenho de suas atribuições devem ser pagas nos casos em que haja, realmente, despesas com a alimentação e pousada. Os secretários de Estado devem baixar portarias visando a regulamentação da concessão de diárias, no sentido de se restringirem as despesas públicas nesse setor. Resolução do Governador n.º 262, de 23-III-50. BG 72, de 30-III-50.

Doação voluntária de sangue

Será consignada com louvor na folha de serviço de militar, de funcionário público civil ou de servidor de autarquia, a doação voluntária de sangue, feita ao Banco mantido por organismo de serviço estatal ou paraestatal, devidamente comprovada por atestado oficial da instituição.

Será dispensado do ponto no dia da doação de sangue, o funcionário público civil, de autarquia ou militar, que provar sua contribuição para tais Bancos.

O doador voluntário, que não for servidor público civil ou militar, nem de autarquia, será incluído, em igualdade de condições exigidas em leis, entre os que prestam serviços relevantes à socie-

dade e à Pátria. Lei Fed. 1075, de 27-III-50. BG 87, de 20-IV-50.

Escola de Bombeiros

Instruções para o funcionamento da Escola de Bombeiros, criada com o objetivo de padronizar e ampliar a instrução de bombeiros na FP. BG 60, de 16-III-50.

Forrageamento de animais

Tabela de forrageamento aplicável aos solípedes da FP, publica o BG 63, de 20-III-50.

Empréstimo simples na Cx. Beneficente

Fica restabelecido na Cx. Benef. o empréstimo simples, na base da metade da importância estabelecida. BG 90, de 25-IV-50.

Licença-prêmio

Ficam suspensas a partir desta data as restrições existentes na concessão e gozo de licença-prêmio, ficando restabelecidas as quotas normais para as Unidades e para os Serviços. Em consequência, os requerimentos podem ser encaminhados, de acordo com as instruções anteriores. BG 52, de 7-III-50.

Orçamento para 1951

A fim de que o SF fique habilitado a organizar a proposta orçamentária para 1951, as unidades administrativas e órgãos provedores devem apurar e apresentar àquele serviço as suas necessidades, até o dia 20 de abril de 1950. BG 70, de 28-III-50.

Promoção de praças

Altera a letra "b" do art. 6.º do Dec. 19084, de 5-I-50 que aprova o Regulamento de Promoções de Praças da Força Pública. Dec. 19322, de 29-III-50.

Promoções de praças

Regimento Interno da Comissão de Promoções de Praças. Publica-se em anexo ao BG 72, de 30-III-50.

Promoção de praças

A Comissão de Promoções de Praças, baseada no que preceitua o art. 19 do Regulamento de Promoções de Praças, resolveu, por unanimidade, propor ao exmo. sr. cel. Cmt. Geral, sejam alguns graduados rebaixados, excluídos dos qua-

dros a que pertencem e reconduzidos à tropa como soldados ou cabos, por estar provada a incapacidade para o desempenho das funções respectivas BG 74, de 1-IV-50.

Promoção por merecimento

Num requerimento em que o interessado pede promoção por merecimento, o sr. Governador do Estado exarou o seguinte despacho: Indeferido. O requerente não pode pleitear direito à promoção por merecimento, que é feita a juízo do Governor, atendidos os requisitos legais. BG 82, de 14-IV-50.

Reajustamento de verbas

Instruções para o reajustamento de verbas do Orçamento vigente. BG 68, de 25-III-50.

Reforma de militares

Reforma dos militares que pertencem, forem fillados ou propagarem as doutrinas de associações ou partidos políticos que tenham sido impedidos de funcionar legalmente. Lei Federal n.º 1057, de 23 de janeiro de 1950. Esta Lei applica-se às Polícias Militares do Estado. BG 65, de 22-III-50.

Reforma

Nos pedidos de reforma deve ir esclarecido se ao interessado foram ou não concedidas as vantagens do art. 30 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Em caso afirmativo a documentação deverá ir acompanhada do respectivo certificado expedido pela Comissão competente. BG 76, de 4-IV-50.

Salário-Família

Normas sobre redução ou supressão do benefício do salário-família. Ordem de serviço da Sec. da Fazenda n.º 29-50. BG 73, de 31-III-50.

Secção de Reembolsáveis

Institue na F.P. a Secção de Reembolsáveis, com o objetivo de defender a economia de seus quotistas, promovendo a distribuição de gêneros alimentícios de primeira necessidade e, secundariamente, de artigos de uso domésticos nas melhores condições de qualidade e preço, mediante desconto em fôlhas. Regulamento da Sec. Reembolsáveis anexo ao BG 72, de 30-III-50.

Séde da 1.ª Cia. Ind.

A 1.ª Cia. Ind. instalou sua séde no prédio n.º 623 da rua Senador Dantas, em Mogi das Cruzes. BG 81, de 13-IV-50.

Serviço de Extinção de Incêndios e Salvamento

Autoriza o Poder Executivo a firmar acôrdo com os municípios que o desejarem, para a execução, por parte da F.P. do Estado, de serviço de extinção de incêndios e salvamento. Estabelece as normas gerais básicas para êsse acôrdo. Lei n.º 658, de 13-III-50.

Publica o inteiro teor do contrato lavrado entre o Governor do Estado e a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, para prestação, pela Fôrça Pública, dos serviços de extinção de incêndio e salvamento. BG 92, de 27-IV-50.

Telefones

Intruções para o emprêgo dos telefones internos e externos da Fôrça. BG n.º 81, de 13-IV-50.

Uniformes

O distintivo previsto para uso no braço esquerdo poderá, facultativamente, ser feito em metal esmaltado ou pintado a duco, conservando tôdas as demais características.

Recomenda-se aos elementos da Fôrça que é proibido comparecer fardados a comícios políticos (n.º 114, art. 13 do R.D.), isentando-se, naturalmente os que nessas reuniões estejam de serviço, só se permitindo, quando naquelas funções estejam regularmente equipados e armados. BG n.º 73, de 31-III-50.

Fica criada, para uso facultativo das praças, a túnica de gabardine chumbo, fechada, no mesmo feitio da túnica do atual 6.º uniforme, com botões dourados e cinto de pano azul mescla, com fêcho de metal dourado. As platinas serão prêsas e da mesma fazenda. BG 75, de 3-IV-50.

Vantagens de 5% sobre o sôldo

As vantagens de 5% sobre o sôldo concedidas por haver o oficial passado para a reserva nos termos do art. 1.º, § único, do D-L 14.197, de 25-IX-44, combinado com o Dec. 17.106, de 12-III-47, serão calculadas de acôrdo com o sôldo da tabela vigente. BG 48, de 2-III-50.

NOSSOS REPRESENTANTES

(Continuação no verso da contra-capa)

RIO GRANDE DO NORTE (Polícia Militar)

— Q.G. (Natal) — 1.º ten. Antônio de Moraes Neto.

RIO GRANDE DO SUL (Brigada Militar)

— Q.G. (Porto Alegre) — 1.º ten. Renato Moro Ramos.

— 4.º B.C. (Pelotas) — 2.º ten. Militão da Silva Neto.

— 1.º R.C. (Santa Maria) — ten. Pedro Celény S. Pires Garcia.

— 2.º R.C. (Livramento) — 2.º ten. Carlos Cravo Rodrigues.

— B.G. (Rio Grande) — 2.º ten. João Matos de Araujo.

— 3.º R.C. (Passo Fundo) — Asp. Armando Chaves Credideu.

SANTA CATARINA (Polícia Militar)

— Q.G. (Florianópolis) — 1.º ten. Teseu Domingos Muniz.

SÃO PAULO

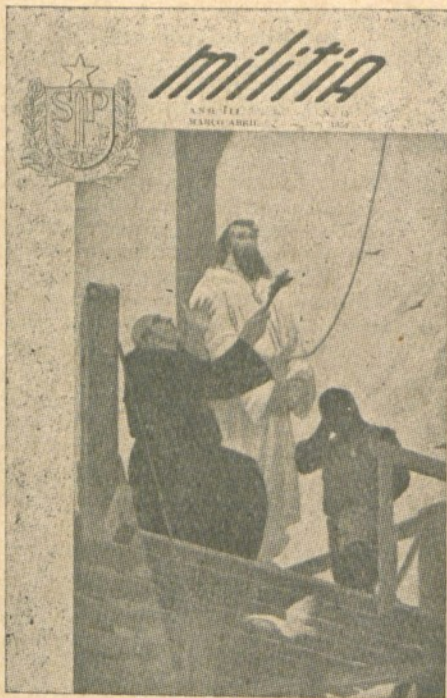
— Guarda Civil (Capital) — insp. Antônio Vieira.

— Rádio Patrulha (Capital) — sr. Epaminondas Caldas Cardoso.

SERGIPE (Polícia Militar)

— Q.G. (Aracaju) — 1.º ten. Osvaldo de Albuquerque.

Além dos supra mencionados, mantemos representantes em tôdas as Unidades e Serviços da Força Pública, bem como agentes em tôdas as cidades do interior do Estado de São Paulo.



Nossa

Capa

“Tiradentes” — tela de Aurélio de Figueiredo, fixadora do momento crucial da vida do herói, que passou às páginas da História, como proto-mártir da Independência Nacional.

NOSSOS REPRESENTANTES

Representam MILITIA no Exterior, nos Estados e Territórios

- BOLÍVIA** (Corpo de Carabineros)
— Dirección General de Policía (La Paz) — cap. Saul Herbas Casanovas.
- CHILE** (Corpo de Carabineros)
— Victoria Subercaseaux, 173 2.º piso (Santiago) — teniente Efraín de la Fuente Gonzáles.
— Prefectura General (Valparaíso) — capitán Franklin Troncoso Bachler.
— IV Zona de Carabineros (Concepción) — capitán Edmundo Perotti Quaglia.
- ACRE** (Guarda Territorial)
Q.G. (Rio Branco) — 1.º ten. Milton Braga Rola.
- ALAGOAS** (Policia Militar)
— Q.G. (Maceió) — cap. José Cavalcante.
- AMAPA** (Divisão de Segurança e Guarda)
— Séde (Macapá) — dr. Flávio de Carvalho Maroja.
- AMAZONAS** (Policia Militar e Corpo de Bombeiros)
— Q.G. da P.M. (Manaus) — ten. cel. Temístocles Henrique Trigueiro.
— Cia. Bombeiros Municipais (Manaus) — 1.º ten. Joaquim José de Carvalho e Cascais.
- BAHIA** (Policia Militar)
— Q.G. (Salvador) — cap. Gestsemani G. da Silva.
- CEARA** (Policia Militar)
— B.I. (Fortaleza) — 1.º ten. Gerardo Fragoso de Vasconcelos.
- DISTRITO FEDERAL** (Policia Militar)
— R.C. (Rio de Janeiro, D.F.) — cap. Darcy Fontenele Castro.
— 6.º B.I. (Rio de Janeiro, D.F.) — cap. Hélio Miranda Quaresma.
- ESPIRITO SANTO** (Policia Militar)
— Q.G. (Vitória) — 2.º ten. Antenor Olívio Plotegher.
- GOIAS** (Policia Militar)
— Q.G. (Goiânia) — cap. Cláudio das Neves.
- MARANHAO** (Fôrça Policial)
— Q.G. (São Luiz) — major Arlindo Faray.
- MATO GROSSO** (Policia Militar)
— Q.G. (Cuiabá) — major Gonçalo Romão de Figueiredo.
— 1.ª Cia. do B.S.M. (Cuiabá) — cap. Evaristo da Costa e Silva.
— 2.ª Cia. do B.S.M. (Cuiabá) — cap. Gonçalo Ribeiro da Silva.
— C.C.S. do B.S.M. (Cuiabá) — cap. Eurides Celestino Malhado.
— 2.º B.C. (Campo Grande) — major Hermenegildo Teodoro do Nascimento.
- PARÁ** (Policia Militar)
— Q.G. (Belém) — cap. Mário Barriga Guimarães.
- PARAÍBA** (Policia Militar)
— Q.G. (João Pessoa) — 2.º ten. Francisco de Assis Veloso.
- PARANA** (Policia Militar)
— Q.G. (Curitiba) — 2.º ten. Benoit Pontes Cidreira.
— Guarda Noturna (Curitiba) — sr. Floriano José da Costa.
- PERNAMBUCO** (Policia Militar)
— Q.G. (Recife) — cap. João Rodrigues Pereira.
- PIAUI** (Policia Militar)
— Q.G. (Teresina) — cap. Santiago Vasques Filho.
- RIO DE JANEIRO, ESTADO DO** (Policia Militar)
— Q.G. (Niterói) — 2.º ten. Luiz Gonzaga Guerra.

